

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Maurício Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emílio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTES

- Borsari Neto; Basílio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTES

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Maurício Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basílio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.
SUPLENTES

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.
SUPLENTES

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basílio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.
SUPLENTES

Basílio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias

SUPLENTES

(MDB).
Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE FERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Maurício Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emílio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basílio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Léllo Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Maurício Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Maurício Fruet (MDB).

RESOLUÇÕES:

RESOLUÇÃO N. 36-72

Data: 27 de outubro de 1972

Súmula: Autoriza a Comissão Executiva da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, instituir medalhas, alusivas, como prêmio pela participação de estudantes paranaenses no Projeto Rondon e da outras províncias.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica autorizada a Comissão Executiva a instituir como prêmio de participação dos estudantes paranaenses no Projeto Rondon, medalhas alusivas a este empreendimento sócio cultural, a ser entregue anualmente em solenidade a ser efetivada no Palácio 19 de dezembro.

Art. 2.º — As medalhas, confeccionadas em ouro, terão no verso o emblema do Paraná e no anverso as palavras: Prêmio de Participação do Projeto Rondon. Instituído pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e serão ofertadas a todos os participantes do Paraná, naquele Grupo de Trabalho.

Art. 3.º — as despesas decorrentes desta iniciativa correrão à conta da verba Encargos Diversos, consignação 3.1.4.0.02, do Decreto Legislativo 201-72.

Art. 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 27 de outubro de 1972.

(a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Rondon, instituído pelo Decreto n.º 62.927, de 28 de junho de 1968 e reformulado pelo Decreto n.º 67.505 de 6 de novembro de 1970, desde o início de suas atividades e sempre trazendo por lema "Integrar para não Entregar", vem se caracterizando por proporcionar ao estudante brasileiro o contato com a realidade nacional, proporcionando-lhe a futura liderança e a sua conscientização das reais necessidades do País, estimulando-o à criação de uma mentalidade nacional de participação comunitária.

Sendo uma evolução da filosofia do referido Projeto, o "Campus" avançado daquele grupo de Trabalho é basicamente, uma área de estágios para estudantes universitários, objetivando a melhoria de sua formação profissional, a sua maior participação no desenvolvimento do País e o conhecimento das condições de trabalho no interior. As atividades realizadas pelos estudantes proporcionam o engajamento dos grupos populacionais, a integração do homem ao meio, desenvolvendo e fortalecendo as lideranças necessárias à continuidade do processo de desenvolvimento das comunidades. Assim os estudantes contribuem para melhorar o nível de vida da população interiorana, além de serem ponto de partida para o desenvolvimento do espírito comunitário.

A instituição de medalhas para a entrega aos estudantes paranaenses que participaram do Projeto Rondon, nada mais significa do que o engrandecimento deste Legislativo e do povo, por ele representado, do esforço que estes jovens procuraram desenvolver pela melhoria do nosso homem do interior, abrindo-lhes novas perspectivas de vida, razão pela qual confiamos na aprovação do Projeto em tela, pelos nossos pares.

RESOLUÇÃO N. 38-72

Data: 29 de novembro de 1972

SUMULA: Aprova em todos os seus termos, o Contrato n. 1.72, firmado entre o Estado do Paraná, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, — o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU, — e a Universidade Federal do Paraná, com finalidade que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado em todos os seus termos, o Contrato n. 1.72, firmado em 31 de maio de 1972, entre o Estado do Paraná, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU, a Universidade Federal do Paraná, objetivando a execução de levantamentos, análises e estudos básicos, com vistas à formulação de alternativas para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento urbano e micro-regional no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 29 de novembro de 1972.

(a) Wilson Fortes — Presidente

RESOLUÇÃO N. 39-72

Data: 29 de novembro de 1972.

Súmula: Aprova convenio celebrado entre o Ministério da Justiça, — Departamento de Polícia Federal, e o Governo do Estado — Secretaria de Segurança Pública, objetivando delegar ao Estado a execução parcial dos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteira, conforme Lei Federal n. 4.483, de 16.11.64.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o convenio celebrado em 7 de agosto de 1.972, entre o Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, e o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, objetivando delegar ao Estado do Paraná a execução parcial dos serviços da polícia marítima aérea e de fronteira, na forma da Lei Federal n. 4.483, de 16 de novembro de 1.964.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de novembro de 1.972.

(a) Wilson Fortes — Presidente

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 199.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 5 de Dezembro de 1972 - (3.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Borsari Neto.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielise Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zannusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Lusso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença dos Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 138/72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 167/70, de autoria do Sr. ex-Deputado Abrahão Miguel, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga os Municípios que especifica. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 200.ª Sessão de Encerramento da Segunda
Sessão Legislativa Ordinária da Sétima Legislatura,
Período de 1.º de Agosto à 5 de Dezembro de 1972
(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielise Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zannusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Lusso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

MENSAGENS:

MENSAGEM 65/72

Curitiba, 24 de novembro de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar a alienação de uma área de terreno com 210,00 m2 (duzentos e dez metros quadrados), constituído de remanescente do lote n.º 122, da Planta Vila Marina, no Centro Cívico, medindo 7,00 metros de frente para a rua Papá João XXIII e 30,00 metros de frente para a rua Rio Negro, nesta Capital.

2. O imóvel cuja autorização para alienação ora se propõe a essa Augusta Assembléia Legislativa foi atingido pelo novo alinhamento da rua Rio Negro, perdendo, em consequência, 5 metros na linha de frente para a rua Papá João XXIII, onde o remanescente ficou com apenas 7 metros. Assim sendo, e conforme esclarecem as informações prestadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo, a questionada área não apresenta as mínimas condições de utilização pela Administração Estadual, razão pela qual é que se pretende aliená-la.

Vale ressaltar, ainda, que o anexo anteprojeto de lei contém dispositivo expresso, segundo o qual a alienação objetivada será precedida da necessária avaliação e do preenchimento de todas as formalidades legais exigidas pela Legislação Federal pertinente às licitações.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar mediante prévia avaliação e preenchimento de todas as formalidades legais, a área de terreno com 210,00 m² (duzentos e dez metros quadrados), constituído do remanescente do lote 122 da Planta Vila Marina, no Centro Cívico, medindo 7,00 metros de frente para a rua Papa João XXIII e 30,00 metros de frente para a rua Rio Negro, nesta Capital, adquirido pelo Estado do Paraná, por desapropriação amigável, conforme transcrição n.º 21.810 da 2.a Circunscrição desta Capital.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 66/72

Curitiba, 24 de novembro de 1972

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Medianeira e Porto Rico, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colêndia Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Medianeira, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos trinta dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Luiz Bonato, Prefeito Municipal de Medianeira, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-7-1972, resolveram, mediante as Cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante segue:

CLAUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinado pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, na Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica mu-

nicipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA

Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA

Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento, às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 30 de agosto de 1972

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Luiz Bonato — Prefeito Municipal de Medianeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Porto Rico - Pr., com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Sr. Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Sebastião Secorun Barbosa, Prefeito Municipal de Porto Rico — Pr., tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-07-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinado pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Porto Rico - Pr., em contra partida, proporcionará aos equipamentos e compreendidos na descrição genérica do item "B" do Artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA

Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA

Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento, às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 28 de setembro de 1.972

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Sebastião Secerun Barbosa — Prefeito Municipal de Porto Rico — Pr.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 67/72

Curitiba, 24 de novembro de 1972

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com os Municípios de Andirá, Assaí, Cascavel, Colorado, Flórida, Iporã, Paranaguá, Sabáudia, Santa Fé, Siqueira Campos e Tomazina, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Andirá, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Alarico Abib, Prefeito Municipal de Andirá, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local, e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de ANDIRÁ, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filme, papéis apropriados, material de limpeza conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA

Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA

Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 25 de outubro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Alarico Abib — Prefeito Municipal de Andirá

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSAÍ

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Assaí, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de mil e novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Dr. Domingos Julião, Prefeito Municipal de Assaí — Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Assai, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retifica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA

Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA

Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 25 de outubro de 1.972.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

(As. Ilegível)

Prefeito Municipal de Assai

(As. Ilegível)

Testemunha

(As. Ilegível)

Testemunha

CONVÊNIO

CONVÊNIO que celebram, entre si de um lado o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário dos Negócios da Segurança Pública, Gal. Mário Carneiro Portes, e de outro lado o Município de Cascavel, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Octacílio Mion, com a finalidade de auxílio à 7a. Sub-Divisão Policial, com sede nesta cidade, para a manutenção das viaturas Policiais, compra de peças, combustíveis e reparos gerais, a fim de ser dado a implantação de um sistema Policial eficiente, preventivo e repressivo, móvel, auxiliando a Polícia Judiciária naquele Município, através de provimento e infra estrutura complementar da Polícia Civil na forma a condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

A Prefeitura Municipal de Cascavel, consoante a previsão e autorização outorgada pela Lei Municipal n. 871-71, de 16-8-71, uma verba de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), para o exercício de 1972, como ajuda de custo e auxílio à manutenção das viaturas existentes no órgão Policial desta cidade, que será liberada dentro da programação financeira do Município.

CLAUSULA SEGUNDA

A Secretaria de Segurança Pública, através da Polícia Civil, dotará o serviço em objeto, do pessoal necessário ao funcionamento Judiciário e repressivo para execução da atividade Policial, estabelecida neste Convênio, no próprio Município de Cascavel.

CLAUSULA TERCEIRA

Incumbirá à Secretaria de Segurança Pública, o fornecimento do material permanente ao funcionamento administrativo do órgão.

CLAUSULA QUARTA

O Serviço Auxiliar da Polícia Judiciária junto à Delegacia de Polícia local, obedecerá às normas e diretrizes administrativas oriundas da Diretoria da Polícia Civil, através do setor a que tiver subordinada.

CLAUSULA QUINTA

Veículos, equipamento e pessoal não poderão por nenhuma das partes, ser usados em outro mistério ou setor, senão naquele indicado no preâmbulo deste instrumento ou seja de auxiliar da Polícia Judiciária.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente Convênio para que produza os seus efeitos Jurídicos e legais.

Cascavel, 10 de março de 1972.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

Octacílio Mion

Prefeito Municipal de Cascavel

(As. Ilegível)

Testemunha

(As. Ilegível)

Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Colorado, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 2 (dois) dias do mês de outubro do ano de mil e novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Sr. Secretário de Segurança Pública, presentes o Sr. Gal Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Olívio Dias, Prefeito Municipal de Colorado, tendo em vista o que preceitua o art. 117 da Constituição Estadual e o Art. 51 (itens VIII e IX) da Lei orgânica dos municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-7-1972, resolvem, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitem melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Art. 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação, contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Colorado, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do art. anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas atualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças, consertos em geral, retifica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis e portáteis, fornecimentos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídos substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliado e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio pro- cessar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendário e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgâni- ca municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Po- lícia Civil).

CLAUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA

Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Ofi- cial do Estado.

CLAUSULA SETIMA

Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu exe- cutor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade no município ou a Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com a cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os efeitos legais.

Curitiba, 2 de outubro de 1.972.

Mário Carneiro Portes
Secretário de Segurança Pública

Olívio Dias
Prefeito Municipal de Colorado

(As. Ilegível)

Testemunha

(As. Ilegível)

Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Mu- nicipal de Flórida, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a De- legacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de setembro do ano de mil e novecen- tos e setenta e dois), presentes o Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Orides Begnossi, Prefeito Municipal de Fló- rida, tendo em vista o que preceitua o Artigo 113 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de..., resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à po- pulação local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decor- rentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção de ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de ver- ba de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA

Definições e legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstan- ciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quanti- dade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de pré- vio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamen- tos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Mé- dico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Flórida, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compre- endidos na descrição genérica do "item" (b) do artigo anterior:

a) — diretamente através de dotações orçamentárias próprias, consigna- das anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especiali- zadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos po- liciais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a ga- rantia dos produtores;

III — conservação reposição de peças; concertos em geral; retifica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa dis- tância, fixos, móveis e portáteis; fornecimento de implementos e acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — concerto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio pro- cessar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgâ- nica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes houver denunciado a outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA

Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Ofi- cial do Estado.

CLAUSULA SETIMA

Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu exe- cutor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza seus efeitos legais.

Curitiba, 26 de outubro de 1.972.

Mário Carneiro Portes
Secretário de Segurança Pública

Orides Begnossi
Prefeito Municipal de Flórida

(As. Ilegível)

Testemunha

(As. Ilegível)

Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÁ

Termo de Convênio, que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Mu- nicipal de Iporá, com a finalidade de traçar normas de mútua coope- ração tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e seis dias do mês de Setembro de um mil, novecentos e seten- ta e dois, no Gabinete do Senhor Secretário de Segurança Pública, presentes os senhores Gal. Mário Carneiro Portes e Augusto Gonçalves, respectivamen- te Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e Prefeito Municipal de Iporá, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Esta- dual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21/Fev/1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21 de julho de 1972, publicada no Diário Oficial n.º 102, de 27 de julho de 1972, re- solveram, mediante as cláusulas do presente termo de Convênio, estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA:

O objetivo do Convênio é fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Dele- gacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e uti- lização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação visando a harmonia e a in- tegração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil apr- oveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do orçamento municipal.

CLAUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos ter- mos do Artigo 4.º do Código de Processo Civil, digo, Código de Processo Penal e Decreto Estadual n.º 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos en- tre outros de apuração das infrações penais e contravencionais, a manuten- ção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio pla- nejamento de aplicação;

b) Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos

de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico-Legal;

c) A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento;

— A Prefeitura Municipal de Iporã, em contra partida proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" da cláusula anterior:

a) diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta orçamentária encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade do mesmo;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material, mobiliário e das instalações, internas e externas dos órgãos, locados ou não na Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA:

Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor de estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA

Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA

Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 26 de setembro de 1972

Gen. Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Augusto Rodrigues Gonçalves — Prefeito Municipal de Iporã

Testemunha — (Assinatura ilegível)

Testemunha — (Assinatura ilegível)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Paranaguá, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 30 (trinta) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Interventor Federal de Paranaguá, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor General de Divisão João da Silva Rebello, Interventor Federal de Paranaguá, tendo em vista o que preceitua o Artigo 11 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA:

Objetivo do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados

em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico-Legal;

c — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Paranaguá, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal ou de seus órgãos; ou

b — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA:

Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA

Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA

Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

CLAUSULA OITAVA

A Secretaria de Segurança se compromete a substituir os veículos destinados à Delegacia de Polícia de Paranaguá no prazo máximo de quatro anos a contar da data de sua entrega, ficando estabelecido ainda que, na medida das necessidades locais, novas viaturas serão incorporadas.

CLAUSULA NONA

Sempre que, em consequência de acidente, sinistro ou outra razão de força maior, viaturas forem inutilizadas, sua reposição por parte da Secretaria de Segurança será automática.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Paranaguá, Palácio "Visconde de Nacar", em 30 de setembro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Gen. Div. João da Silva Rebello — Interventor Federal

Testemunha — (Assinatura ilegível)

Testemunha — (Assinatura ilegível)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABÁUDIA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Sabáudia, Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 02 (dois) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Dr. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Paulo Manueira Altófin, Prefeito Municipal de Sabáudia, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-07-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o que adiante segue:

CLAUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA**Definições e Legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA**Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico-Legal;

c — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Sabáudia, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal ou de seus órgãos; ou

b — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locais ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA**Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA**Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA**Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA**Celeridade e Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste Convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem em pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza seus efeitos legais Curitiba, 02 de outubro de 1972

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Paulo Maneira Alfesin — Prefeito Municipal de Sabáudia

Testemunha — (Assinatura ilegível)

Testemunha — (Assinatura ilegível)

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 68/72

Curitiba, 24 de novembro de 1972

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 22 de novembro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a União, representada pelos Ministérios da Fazenda e dos Transportes objetivando estabelecer normas de cooperação entre o Governo Federal e o Estado, para execução do Programa Especial de Vias Expressas — PROGRES, consubstanciado no Decreto Federal n.º 71.273, de 30 de outubro de 1972.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES****Departamento Nacional de Estradas de Rodagem****PROGRAMA ESPECIAL DE VIAS ESPRESSAS — PROGRES —
Convênio com o Estado do Paraná**

Termo de Convênio que, entre si, fazem o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Estado do Paraná, na forma abaixo:

Aos 22 dias, do mês de novembro, do ano de 1972, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, presentes, de um lado Suas Excelências, os Senhores Ministro da Fazenda, Dr. Antonio Delfim Neto e dos Transportes Cel. Mário David Andreazza, em nome do Governo Federal, e, representando o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o seu Diretor-Geral Engenheiro Eliseu Resende e, de outro lado, Suas Excelências os Senhores Secretários da Fazenda e Transporte e Ass. Planejamento, a final nomeado, representante do Estado do Paraná é firmado, pelas partes designadas, o presente instrumento de Convênio, feito e negociado em obediência às seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA — OBJETIVOS E FUNDAMENTO LEGAL

O Governo da República Federativa do Brasil, no interesse da economia nacional e da harmonia da atividade técnico-operacional dos poderes responsáveis pela circulação rodoviária em todas as áreas do território nacional, decidiu instituir o Programa Especial de Vias Expressas — PROGRES, consubstanciado, no Decreto n.º 71.273 de 30 de outubro de 1972. Referido Programa, que é administrado pelo DNER, autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, tendo como objetivo principal a consecução de um sistema de circulação rápida e econômica, que integre as redes rodoviária nacional e a viária urbana, necessitaria, para alcançar as suas finalidades, de obter a participação dos poderes locais, mais diretamente responsáveis pelos problemas para cuja solução visa o PROGRES, contribuir. Tal participação é indispensável à coordenada elaboração de planos, fixação de prioridades e execução de projetos, bem como ao suporte financeiro das realizações programadas. Objetiva, assim, o presente Convênio, tal como admitido no ato constitutivo do PROGRES, regular a cooperação entre o Governo Federal, representado pelo DNER, e o ESTADO DO PARANÁ, dentro das diretrizes do PROGRES.

CLAUSULA SEGUNDA — COMPROMISSOS DO DNER

O DNER obriga-se a, no cumprimento dos objetivos do PROGRES e de acordo com as prioridades que recomendem os estudos técnicos que executará, promover a construção de rodovias com as características previstas no Art. 1.º e seu Primeiro Parágrafo, do Decreto n.º 71.273, de 30-10-72. Obriga-se, ainda, a atuar em regime de permanente consulta e troca de informações com a Agência Estadual, que seja designada para atuar em nome do Estado, a fim de que o PROGRES se beneficie dos dados técnicos disponíveis e possa colaborar em outras atividades planejadas pelo Estado, que possam interferir nos seus resultados. Obriga-se, também, em consonância com a autorização que lhe é dada na Cláusula Terceira, a proceder as apropriações dos recursos estaduais destinados ao PROGRES, e a aplicá-los, apenas em realizações de interesse e/ou no território do Paraná. Tal apropriação será objeto de escrituração adequada, prestando-se ao Estado informações quanto às despesas efetuadas à conta das suas dotações. Obriga-se, outrossim, a, quando oportuno e tecnicamente recomendável, firmar instrumentos subsidiários ao presente Convênio, delegando a órgãos estaduais quaisquer das atividades executivas compatíveis com as finalidades do PROGRES. Obriga-se, entretanto, a propor a inclusão, no seu Orçamento, de dotações que representem a participação federal nas realizações do PROGRES no Paraná.

CLAUSULA TERCEIRA — OBRIGAÇÕES DO ESTADO DO PARANÁ

Compromete-se o Estado do Paraná, a participar do PROGRES, cooperando com o DNER, em tudo que seja necessário, particularmente no tocante ao apoio técnico dos órgãos especializados do Estado assegurando-lhe o acesso a fontes de informação e o fornecimento de planos e projetos, existentes ou que venham a ser elaborados e que sejam do interesse do PROGRES. Compromete-se, também, a assegurar todas as facilidades para execução dos planos, projetos ou obras incluídas no PROGRES, inclusive pela participação de órgãos ou autoridades estaduais cuja atuação se faça necessária e, bem assim, a, sempre que necessário, exercer a ação que a legislação permita, em bem do PROGRES, no que toca a restrição de direitos particulares e desapropriação de bens atingidos por projetos ou obras a serem executadas com recursos do PROGRES. Compromete-se, ainda, a participar financeiramente do PROGRES promovendo a inclusão nos Planos e Orçamentos Estaduais de dotações destinadas a consubstanciar tal participação, e, bem assim, a promover a execução de projetos e/ou obras complementares que propiciem rendimento ótimo ao sistema integrado de circulação que o PROGRES visa alcançar. Compromete-se, outrossim, a autorizar, como autorizado tem, por este instrumento e de forma irrevogável e irretirável, ao DNER, a proceder dedução e retenção, para aplicação no PROGRES de parcela correspondente ao 28,5% (vinte e oito inteiros e cinco décimos de por cento) da quota parte devida ao Estado e seus Municípios, no rateio do produto da arrecadação da Taxa Rodoviária Única, criada pelo Decreto-Lei n.º 9999, de 21 de outubro de 1969, alterado pelo Decreto-Lei n.º 1.242 de 30 de outubro de 1972. Referida retenção será escriturada em conta especial, aberta nos livros do DNER, e o produto aplicado em realizações do PROGRES, do interesse e/ou no território do Estado do Paraná.

CLAUSULA QUARTA — AGÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ

O Estado do Paraná designará, para agir em seu nome em todos os efeitos deste Convênio órgão da sua estrutura, que será investido dos necessários poderes perante o DNER ou outros quaisquer órgãos públicos, autoridades ou pessoas, para agir em nome do Estado, em todos os efeitos deste Convênio.

**CLAUSULA QUINTA — VALIDADE E EFICÁCIA. DISSOLUÇÃO.
ALTERAÇÕES. ARBITRAMENTO**

O presente Convênio entrará em vigor, na data de sua assinatura adquirindo validade e eficácia, quando aprovado pelo Legislativo Estadual. Considerar-se-á indevida a presente convenção: a) com a extinção do programa criado pelo Decreto n.º 71.273 de 30 de outubro de 1972, ou b) pela superveniência de Lei ou ato que o torne material ou formalmente impossível. As alterações que se façam necessárias, fixação de regras de interpretação ou correção de possíveis infrações se processarão mediante negociações entre as partes convêniantes. No caso de ocorrer ponto controverso que se não resolva por negociação, as partes submeter-se-ão a arbitramento, designando cada uma um árbitro que entre si, designarão um terceiro, de sua livre escolha.

Assim, por estarem justas e acordadas as partes, foi lavrado o presente Convênio, em 2 (duas) vias de igual teor e idêntica validade, uma pertencente ao DNER e outra ao Estado do Paraná. Delas serão extraídas tantas cópias quantas necessárias às partes só valendo estas quando certificadas por autoridade competente do DNER ou do Estado do Paraná. Assinam os representantes das partes, assistidas pelas testemunhas abaixo. Eu Maria da Glória A. de Moraes, escrevente datilógrafo laivre e assino por último.

Rio, 22 de novembro de 1.972.

Dr. Antonio Delfim Neto — Ministro da Fazenda
Cel. Mário David Andreazza — Ministro dos Transportes
Eng.º Eliseu Resende — Diretor Geral do DNER
Dr. Mauricio Schulman — Secretário da Fazenda do Estado do Paraná
Dr. Maximo Ivo Domingues — Secretário dos Transportes do Est. do Paraná
Dr. Theodoro Vezetiquides — Assessor do Planejamento do Est. do Paraná
Testemunha — (Assinatura ilegível)
Testemunha — (Assinatura ilegível)
Maria da Glória A. de Moraes — Escrevente Datilógrafo
A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 69-72

Curitiba, 30 de novembro de 1972.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde do mesmo Estado, a Faculdade de Odontologia de Londrina e a Prefeitura Municipal de Iporã, objetivando estabelecer condições para a doação de uma ambulância destinada à instalação de um gabinete odontológico volante para atendimento da população rural.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Térmo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde do mesmo Estado, a Faculdade de Odontologia de Londrina e a Prefeitura Municipal de Iporã, do referido Estado.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de outubro, do ano de mil novecentos e setenta e dois (1972), no Palácio do Governo do Estado do Paraná, na cidade de Curitiba, presentes, de um lado, o Ministério da Saúde, representado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro, Doutor Mário Machado de Lemos e, de outro lado, o Governo do Estado do Paraná representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, Doutor Pedro Viriato Parigot de Souza, a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, representada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário, Doutor Ivan Beira Fontoura a Faculdade de Odontologia de Londrina, representada pelo Reitor da Universidade Estadual de Londrina, Professor Ascênio Garcia Lopes, e a Prefeitura Municipal de Iporã representada pelo Prefeito, Senhor Mauro José Pierro, resolveram celebrar o presente convênio, visando fixar condições para doação de uma ambulância na qual será instalado um gabinete odontológico volante para atendimento à população rural, de baixo poder aquisitivo, do Município de Iporã, tudo de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I — CONVENÇÕES — Ficam convencionadas as designações de "Ministério" para o Ministério da Saúde, de "DNOSA" para a Divisão Nacional de Organização Sanitária, de "Secretaria" para a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, de "Faculdade de Odontologia de Londrina e de "Prefeitura" para a Prefeitura Municipal de Iporã.

CLÁUSULA II — OBJETO — O presente Convênio tem por objetivo estabelecer condições para a doação de uma ambulância destinada à instalação de um gabinete odontológico volante para atendimento da população rural de baixo nível econômico, que servirá também como campo de docência assistencial da Faculdade.

CLÁUSULA III — OBRIGAÇÕES DO MINISTERIO — O Ministério se obriga a:

a) doar à Prefeitura uma ambulância cujas características serão especificadas no respectivo termo a ser lavrado de acordo com o disposto no art. 2.º da Lei n. 5.146, de 20 de outubro de 1966, e seu Regulamento, aprovado pelo Decreto n. 59.709, de 12 de dezembro de 1966, termo esse que passa a fazer parte integrante deste Convênio;

b) proceder à avaliação do trabalho previsto na cláusula IV, através da DNOSA.

CLÁUSULA IV — OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA — A Secretaria, a par da assistência odontológica a ser prestada, se obriga a coordenar, orientar e supervisionar, de acordo com o Plano de Saúde elaborado para o Estado do Paraná:

a) o levantamento da situação odonto-sanitária da população rural do Município, por amostragem;

b) as ações preventivas contra as cáries dentárias e outros males buco-dentais;

c) fornecer ao Ministério relatório anual contendo os elementos necessários à avaliação dos trabalhos.

CLÁUSULA V — OBRIGAÇÕES DA FACULDADE — A Faculdade se obriga a prestar assistência odontológica, inclusive designar pessoal para a consecução dos objetivos previstos neste Convênio.

CLÁUSULA VI — OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA — A Prefeitura se obriga a:

a) instalar na ambulância de que trata este Convênio um gabinete dentário completo dotado de um motor de alta rotação com turbina;

b) fornecer o material necessário à manutenção dos serviços odontológicos, de acordo com as solicitações da Secretaria;

c) prover a manutenção e o abastecimento da ambulância.

CLÁUSULA VII — VIGENCIA, ALTERAÇÃO E RESCISÃO — O presente Convênio vigorará a partir da data de sua publicação no Diário Oficial, podendo ser alterado, no que couber, através de termo aditivo, ou rescindido mediante consenso das partes convenientes, caso em que a ambulância reverterá ao Ministério.

E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, foi o pre-

sente Convênio assinado pelas partes supramencionadas, em presença das testemunhas abaixo assinadas dele se extraindo cópias para a sua publicação e execução.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

IVAN BEIRA FONTOURA

Secretário de Saúde

ASCÊNIO GARCIA LOPES

Reitor da Universidade

MARIO MACHADO DE LEMOS

Ministro da Saúde

MAURO JOSÉ PIERRO

Prefeito do Município

TESTEMUNHAS:

(Assinaturas Ilegíveis)

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 70-72

Curitiba, 30 de novembro de 1972.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e o Instituto de Câncer de Londrina, objetivando estabelecer as bases para desenvolvimento da luta contra o câncer no Estado do Paraná, através da execução de programas assistenciais e contribuições financeiras.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Térmo de Convênio entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e o Instituto de Câncer de Londrina, para a intensificação da luta contra o câncer no Estado do Paraná.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois (1972), de um lado o Ministério da Saúde, neste ato representado pelo Doutor Mário Machado de Lemos, Ministro do Estado, e de outro, o Governo do Estado do Paraná, representado pelo Senhor Governador, Pedro Viriato Parigot de Souza, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública neste ato representada pelo Senhor Secretário Ivan Beira Fontoura, seu titular, e o Instituto de Câncer de Londrina, representado pelo seu Presidente, Lucilla Pinto Ballalai deliberaram essas partes firmar o presente convênio mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I — OBJETO — O presente convênio se destina a estabelecer as bases para desenvolvimento da luta contra o câncer no Estado do Paraná, destinadas pelo Ministério da Saúde através da Divisão Nacional de Câncer ao Instituto de Câncer de Londrina.

CLÁUSULA II — CONVENÇÕES — Ficam convencionadas as designações de "Ministério" para o Ministério da Saúde, de "Secretaria" para a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, de "Divisão" para a Divisão Nacional de Câncer e de "Instituto" para o Instituto de Câncer de Londrina.

CLÁUSULA III — OBRIGAÇÕES DO MINISTERIO — O Ministério através da Divisão, para o cumprimento deste convênio se obriga a:

a) fornecer à Secretaria recursos financeiros no valor de Cr\$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros), destinados ao Instituto, para o Hospital Antonio Prudente e para o Ambulatório da Faculdade de Medicina do Norte do Paraná;

b) supervisionar e orientar a execução técnica dos programas de controle do câncer a cargo do Instituto;

c) fiscalizar o exato cumprimento das obrigações assumidas pela entidade beneficiada;

d) dar assistência técnica especializada, quando solicitada, para o bom desempenho das atividades de controle ao câncer pactuadas neste convênio;

e) proporcionar o treinamento de pessoal envolvido nas ações de luta contra a doença;

f) assegurar, conforme as suas disponibilidades anuais, a continuação da ajuda técnica e financeira objetivada neste convênio.

CLÁUSULA IV — OBRIGAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ — O Governo do Estado do Paraná, obriga a:

a) pagar ao Instituto a importância de Cr\$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros) tão logo sejam aprovados pela Divisão os respectivos Planos de Aplicação apresentados pelo Instituto e liberada a importância pelo Ministério da Saúde;

b) firmar recibos das importâncias recebidas do Ministério;

c) fiscalizar o emprego pelo Instituto dos recursos pagos consoantes os Planos de Aplicação aprovados pela Divisão;

d) contribuir com a importância de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) para suplementar a execução do programa a cargo do Instituto;

e) proporcionar assistência técnica permanente ao Instituto para fins de execução dos objetivos deste convênio;

f) solicitar ao Instituto e encaminhar à Divisão, nos prazos indicados pela última, os respectivos documentos comprobatórios das despesas, realizadas com os recursos previstos neste convênio;

g) fornecer à Divisão, sempre, que solicitados, os dados técnicos e outros julgados necessários ao controle do câncer no Estado;

h) fiscalizar as condições técnico-administrativas de funcionamento do Instituto mantendo a Divisão informada a respeito.

SUBCLÁUSULA ÚNICA — O pagamento a que se refere a letra "a" desta cláusula deverá ser efetuado no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

CLÁUSULA V — OBRIGAÇÕES DO INSTITUTO — O Instituto se obriga a:

a) aplicar os recursos recebidos da Divisão, através da Secretaria, com estrita observância dos Planos de Aplicação aprovados pela Divisão;

b) obedecer as normas técnicas sobre combate ao câncer ditadas pela Divisão, que farão parte integrante deste convênio, independentemente de sua transcrição;

c) executar as atividades que lhes forem cometidas pela Divisão, em função dos Programas de Controle do Câncer;

d) integrar-se nas atividades objetivadas pela Campanha Nacional de Combate ao Câncer, na forma do Decreto n. 61.968, de 22 de dezembro de 1967;

e) adotar medidas visando o financiamento da manutenção dos seus serviços, através de ajustes, acordos ou convênios, celebrados com entidades públicas ou privadas;

f) assegurar assistência a pacientes de câncer carentes de recursos, destinando-lhes 30% do total de seus leitos e 70% dos atendimentos ambulatoriais de acordo com a orientação que traçar o Ministério e a Secretaria;

g) fornecer à Secretaria os elementos que lhe forem solicitados de modo a permitir uma constante avaliação dos seus serviços;

h) apresentar à Secretaria os comprovantes das despesas realizadas com os recursos decorrentes deste convênio;

i) permitir a fiscalização local dos seus serviços por técnicos da Divisão e da Secretaria, e o acesso aos registros técnicos e administrativos da entidade, a análise dos seus balanços e demonstrações financeiras e outros documentos que comprovem a fidelidade da gestão dos recursos que lhe forem entregues pela Divisão, através da Secretaria;

j) manter em estabelecimentos oficial de crédito conta bancária especial destinada à movimentação dos recursos que lhe forem entregues pela Secretaria, objeto deste convênio;

l) adotar medidas visando o constante aperfeiçoamento técnico científico do seu pessoal e sugerir à Divisão providências que possam contribuir para incrementar a luta contra a doença;

m) manter registro estatístico de acordo com as normas prescritas pela Divisão, enviando a esta última, nos prazos estipulados, os modelos padronizados devidamente preenchidos;

n) promover campanhas educativas e de arrecadação de fundos privados destinados à luta contra o câncer no Estado.

SUBCLAUSULA UNICA — As medidas enunciadas na alínea "e" desta cláusula serão adotadas de modo a que os serviços não sofram redução no seu padrão técnico, assistencial e científico.

CLAUSULA VI — RECURSOS FINANCEIROS — Os recursos financeiros do Ministério da Saúde, destinados à execução do presente convênio, num total de Cr\$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros) se encontram assim classificados: Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) à conta do Elemento 3.2.1.0.

— Subvenções Sociais, Atividades 2510.1506.2049, Subvenções às Entidades de Combate ao Câncer, constante da Lei n. 5.754, de 3 de dezembro de 1971; Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) à conta do crédito suplementar aberto pelo Decreto n. 70.830, de 13 de julho de 1972, publicado no Diário Oficial de 14 seguinte, sendo: Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) à conta do elemento 4.3.4.0 — Auxílios para Equipamentos e Instalações de Atividades 2510.1506.1014 — Ampliação e Equipamento da Rede Hospitalar filiada à Campanha Nacional de Combate ao Câncer e de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) à conta do Elemento 3.2.1.0 — Atividade 2510.1506.2049 — Empenhada a despesa sob n.s 184, 185, 186.

Os recursos financeiros do Governo do Estado correrão à conta: Órgão Principal: Secretaria da Fazenda — Administração Geral do Estado. Dotação: 72—09—90—09—0 — Programa: Encargos Gerais do Estado — Unidade Executora: Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda — Administração Geral do Estado. 3.0.0.0 — Despesas Correntes: 3.2.0.0 — Transferências Correntes: 3.2.1.0 — Subvenções Sociais — Instituições Diversas.

CLAUSULA VII — DENUNCIA — Este convênio poderá ser denunciado, em qualquer época, pelo inadimplemento de suas cláusulas e condições pela superveniência de fatos que impeçam o seu prosseguimento ou por acordo entre as partes mediante comunicação prévia e por escrito, com antecedência mínima de noventa (90) dias.

CLAUSULA VIII — VIGÊNCIA E EFICÁCIA — O presente convênio vigorará a partir da data de sua publicação no Diário Oficial, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, com prazo de vigência por 2 (dois) anos.

CLAUSULA IX — ALTERAÇÃO — O presente convênio poderá ser alterado de comum acordo pelas partes, mediante termo aditivo.

CLAUSULA X — SANÇÕES — O inadimplemento por parte de qualquer cláusula ou condição do presente convênio a inabilitará para o recebimento de qualquer auxílio subvenção ou contribuição do Governo Federal, sem prejuízo das demais providências legais cabíveis.

CLAUSULA XI — CASOS OMISSOS — Os casos omissos, bem como as dúvidas decorrentes da execução do presente convênio serão dirimidos pelo Ministério e pela Secretaria.

E, por estarem acordes, o presente convênio lavrado em livro próprio da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde e de forma idêntica em livro próprio da Secretaria, por mim. Chefe da Secretaria Executiva e depois de lido, aceito e achado conforme foi assinado pelas partes supra-mencionadas e testemunhas abaixo, dele se extraindo cópias para sua publicação e execução, tudo de conformidade com o disposto no item V do art. 1.º da Lei n. 5.187, de 21 de outubro de 1966.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

MARIO MACHADO DE LEMOS

Ministro de Estado

IVAN BEIRA FONTOURA

Secretário de Saúde

JOÃO SAMPAIO GOES JUNIOR

Diretor da Divisão

LUCILLA PINTO BALLALAI

Presidente do Instituto

TESTEMUNHAS:

Illegíveis

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 71-72

Curitiba, 30 de novembro de 1972.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Ministério da Saúde, o Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde do Estado e a Fundação Serviços de Saúde Pública, objetivando a prestação de cooperação técnica e capacitação de recursos humanos.

O interesse público na aprovação da medida era submetida à apreciação dessa Colenda Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA**

Governador do Estado

Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde do Estado, e a Fundação Serviços de Saúde Pública, para prestação de cooperação técnica e capacitação de recursos humanos.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de outubro, do ano de mil novecentos e setenta e dois (1972), presentes o respectivo titular, Doutor Mario Machado de Lemos, representando o Ministério da Saúde, doravante, neste ato, denominado Ministério, o Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, representando o Estado do Paraná, doravante, neste ato, denominado Estado, o Doutor Ivan Beira Fontoura, representando a Secretaria de Saúde, doravante, neste ato, denominada Secretaria, e o Doutor Aldo Villas Boas, Presidente em Exercício da Fundação Serviços de Saúde Pública no uso da competência que lhe confere o Artigo 4.º, § 1.º, letra "d", do Estatuto aprovado pelo Decreto n. 69.944 de 17 de janeiro de 1972, representando a referida Fundação, doravante neste ato, denominada FSESP, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as condições expressas nas seguintes Cláusulas:

CLAUSULA I

O presente Convênio tem por objetivo definir as bases para a atuação do Ministério, através da FSESP, visando a prestação de assessoria e consultoria técnica ao Estado, através da Secretaria, no campo da administração e planejamento da saúde.

CLAUSULA II

Para atender o disposto na Cláusula anterior, serão estabelecidos, de comum acordo, planos anuais de trabalho, visando definir as áreas geográficas da atuação as atividades a serem desenvolvidas, o montante dos trabalhos e os recursos orçamentários a serem empregados, respectivamente, pelo Estado e pela FSESP.

CLAUSULA III

Para execução dos planos anuais de trabalho obriga-se a PSESP:

a) proporcionar assessoria e consultoria técnica, em planejamento, organização e administração sanitária, através de sua Diretoria Regional de Saúde e dos órgãos técnicos da Presidência;

b) participar na implantação de um sistema de estatística do setor saúde;

c) colaborar no preparo de pessoal técnico e auxiliar.

O ESTADO:

a) proporcionar os instrumentos legais e institucionais, bem como criar condições favoráveis para o integral desenvolvimento das atividades ora ajustadas;

b) promover atos de sua competência para consignar recursos financeiros destinados a execução das atividades definidas nos planos anuais de trabalho;

c) fornecer o pessoal necessário para a execução das atividades.

CLAUSULA IV

A FSESP poderá celebrar acordos, convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas, para o desempenho dos encargos que assume no presente Convênio, visando a integração sanitária das atividades e a participação das comunidades.

CLAUSULA V

O presente Convênio será rescindido, quer pela inexecução das obrigações estipuladas, sujeitando a parte inadimplente à indenização por perdas e danos, quer pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutível. Poderá, no entanto, este Convênio ser resolvido por mútuo consenso, mediante denúncia da parte interessada, com antecedência mínima de, sessenta (60) dias, da data proposta para extinção de sua vigência.

CLAUSULA VI

O presente Convênio terá vigência até 31 de dezembro de 1975, a partir da data de sua publicação, podendo ser alterado ou prorrogado, a qualquer tempo, mediante Termo Aditivo.

CLAUSULA VII

Procedimentos judiciais originados pela execução deste Convênio, bem como os onus decorrentes, serão atendidos pelo ESTADO, perante quaisquer juízos, instâncias ou tribunais sem prejuízo da FSESP, reservar-se a faculdade de intervir em quaisquer atos que julgar necessários à defesa de seus interesses.

CLAUSULA VIII

Quaisquer questões originadas pela execução deste Convênio serão dirimidas no foro da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Convênio assinado a fls. do livro próprio, em presença das testemunhas abaixo assinadas, e por mim que o lavrei, dela se extraindo cópias para sua publicação e execução.

Pelo Ministério da Saúde

Doutor Mário Machado de Lemos

Ministro de Estado da Saúde

Pelo Governo do Estado do Paraná

Doutor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Pela Fundação de Serviços de Saúde Pública

Doutor Aldo Villas Boas

Presidente em Exercício

Pela Secretaria de Saúde

Doutor Ivan Beira Fontoura

Secretário de Saúde

TESTEMUNHAS:

Illegíveis

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 72-72

Curitiba, 30 de novembro de 1972.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e a Liga Paranaense de Combate ao Câncer no Estado do Paraná, objetivando estabelecer as bases para desenvolvimento da luta contra o câncer no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VARIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Termo de Convênio entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e a Liga Paranaense de Combate ao Câncer no Estado do Paraná,

Aos vinte e seis (26) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois (1972), de um lado o Ministério da Saúde, neste ato representado pelo Doutor Mário Machado de Lemos, Ministro de Estado e, de outro o Governo do Estado do Paraná representado pelo Senhor Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública, neste ato representado pelo Senhor Secretário Ivan Beira Fontoura, seu titular, e a Liga Paranaense de Combate ao Câncer representada pelo seu Presidente, Doutor Antero, Sadi Pizzatto, deliberaram essas partes firmar o presente convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I — OBJETO — O presente convênio se destina a estabelecer as bases para desenvolvimento da luta contra o câncer no Estado do Paraná, através da execução de programas assistenciais e educativos e contribuições financeiras pelo Ministério da Saúde através da Divisão Nacional de Câncer à Liga Paranaense de Combate ao Câncer.

CLÁUSULA II — CONVENÇÕES — Ficam convencionadas as designações de "Ministério" para o Ministério da Saúde, de "Secretaria" para a Secretaria da Saúde Pública do Estado do Paraná, de "Divisão" para a Divisão Nacional de Câncer e de "Liga" para a Liga Paranaense de Combate ao Câncer.

CLÁUSULA III — OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO — O Ministério, através da Divisão, para cumprimento deste convênio, se obrigará:

a) fornecer à Secretaria recursos financeiros, no valor de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) destinados à Liga, para o Hospital Erasto Gaertner, em Curitiba Estado do Paraná;

b) supervisionar e orientar a execução técnica dos programas de controle do câncer, a cargo da Liga;

c) fiscalizar o exato cumprimento das obrigações assumidas pela entidade beneficiada;

d) dar assistência técnica especializada quando solicitada, para o bom desempenho das atividades de controle ao câncer pactuadas neste convênio;

e) proporcionar o treinamento de pessoal envolvido nas ações de luta contra a doença;

f) assegurar, conforme as suas disponibilidades anuais, a continuação da luta técnica e financeira objetivada neste convênio.

CLÁUSULA IV — OBRIGAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ — O Governo do Estado do Paraná, se obriga a:

a) pagar à Liga a importância de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) tão logo sejam aprovados pela Divisão os respectivos Planos da Aplicação apresentados pela Liga liberada a importância pelo Ministério da Saúde;

b) firmar recibos das importâncias recebidas do Ministério;

c) fiscalizar o emprego pela Liga dos recursos pagos consoantes os Planos de Aplicação aprovados pela Divisão;

d) contribuir com a importância de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) para complementar a execução do programa a cargo da Liga;

e) proporcionar assistência técnica permanente à Liga para fins de execução dos objetivos deste Convênio;

f) solicitar à Liga e encaminhar à Divisão, nos prazos indicados pela última, os respectivos documentos comprobatórios das despesas realizadas com os recursos previstos neste convênio;

g) fornecer à Divisão sempre que solicitados, os dados técnicos e outros julgados necessários ao controle do câncer no Estado.

h) fiscalizar as condições técnico-administrativas de funcionamento da Liga mantendo a divisão informada a respeito.

SUBCLÁUSULA ÚNICA — O pagamento a que se refere a letra a desta cláusula será efetuado no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

CLÁUSULA V — OBRIGAÇÕES DA LIGA — A Liga se obriga a:

a) aplicar os recursos recebidos da divisão, através da Secretaria, com estrita observância dos Planos de Aplicação aprovados pela Divisão;

b) obedecer as normas técnicas sobre combate ao câncer ditadas pela Divisão que farão parte integrante deste convênio, independentemente de transcrição;

c) executar as atividades que lhes forem cometidas pela Divisão, em função dos Programas de Controle ao Câncer;

d) integrar-se nas atividades objetivadas pela Campanha Nacional de Combate ao Câncer, na forma do decreto n. 51.968, de 22 de dezembro de 1967;

e) adotar medidas visando o financiamento da manutenção dos seus serviços, através de ajustes, acordos ou convênios, celebrados com outras entidades, públicas ou privadas;

f) assegurar a assistência a pacientes de câncer carentes de recursos, destinando-lhes 30% do total de seus leitos e 70% dos atendimentos ambulatoriais, de acordo com a orientação que traçar o "Ministério" e a "Secretaria";

g) fornecer à Secretaria os elementos que lhes forem solicitados de modo a permitir uma constante avaliação dos seus serviços;

h) apresentar à Secretaria os comprovantes das despesas realizadas com os recursos decorrentes deste convênio;

i) permitir a fiscalização local dos seus serviços por técnicos da Divisão e da Secretaria e o acesso aos registros técnicos e administrativos da entidade, a análise dos seus balanços demonstrações financeiras e outros do-

cumentos que comprovem a fidelidade da gestão dos recursos que lhe forem entregues pela Divisão, através da Secretaria;

j) manter em estabelecimento oficial de crédito conta bancária especial destinada a movimentação dos recursos que lhe forem entregue pela Secretaria, objeto deste convênio;

l) adotar medidas visando o constante aperfeiçoamento técnico científico do seu pessoal e sugerir à Divisão providências que possam contribuir para incrementar a luta contra a doença;

m) manter registro estatístico de acordo com as normas prescritas pela Divisão enviando a esta última, nos prazos estipulados, os modelos padronizados, devidamente preenchidos;

n) promover campanhas educativas e de arrecadação de fundos privados destinados à luta contra o câncer no Estado;

SUBCLÁUSULA ÚNICA

As medidas enunciadas na alínea "e" desta cláusula serão adotadas de modo a que os serviços não sofram redução no seu padrão técnico e científico.

CLÁUSULA VI — RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros do Ministério de Saúde, destinados à execução do presente convênio, num total de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), à conta do Elemento 3.2.1.0 — Subvenções Sociais, Atividades 2510.1506.2049 — Subvenções à Entidades de Combate ao Câncer, constante da Lei n. 5.754 de 3 de dezembro de 1971, empenhada a despesa sob o n. 115.

Os recursos financeiros do Governo do Estado correrão à conta: Órgão Principal: Secretaria da Fazenda — Administração Geral do Estado, Dotação: 72-09-90-09-0 — Programa: Encargos Gerais do Estado — Unidade Executora: Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda — Administração Geral do Estado: 3.0.0.0 — Despesas Correntes: 3.2.0.0 Transferências Correntes 3.2.1.0 — Subvenções Sociais — Instituições Diversas.

CLÁUSULA SÉTIMA — DENÚNCIA

Este convênio poderá ser denunciado, em qualquer época, pelo inadimplemento de suas cláusulas e condições, pela superveniência de fatos que impeçam o seu prosseguimento, ou por acordo entre as partes mediante comunicação prévia e por escrito, com antecedência mínima de noventa (90) dias.

CLÁUSULA VIII — VIGÊNCIA E EFICÁCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua publicação no Diário Oficial, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, com prazo de vigência por 2 (dois) anos.

CLÁUSULA IX — ALTERAÇÃO

O presente convênio poderá ser alterado de comum acordo pelas partes mediante termo aditivo.

CLÁUSULA X — SANÇÕES

O inadimplemento por parte da Liga de qualquer cláusula ou condição do presente convênio, a inabilitará para o recebimento de qualquer auxílio, subvenção ou contribuição do Governo Federal, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

CLÁUSULA XI — CASOS OMISSOS

Os casos omissos, bem como as dúvidas decorrentes da execução do presente convênio serão dirimidos pelo Ministério e pela Secretaria.

E, por estarem acordos, o presente Convênio lavrado em livro próprio da Consultoria Jurídica, do Ministério da Saúde, e de forma idêntica em livro próprio da Secretaria, por mim, Chefe da Secretaria Executiva, e depois de lido, aceito e achado conforme foi assinado pelas partes supra mencionadas e testemunhas abaixo, dele se extraindo cópias para sua publicação e execução, tudo de conformidade com o disposto no item V do art. 1.º da Lei n. 5.167, de 21 de outubro de 1966.

MÁRIO MACHADO DE LEMOS

Ministro da Saúde

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado do Paraná

IVAN BEIRA FONTOURA

Secretário de Saúde

JOÃO SAMPAIO GÓES JUNIOR

Diretor da Divisão Nacional de Câncer

ANTERO SADI PIZZATTO

Presidente da Liga Paranaense de Combate ao Câncer

TESTEMUNHAS:

(Ass. Illegíveis)

A Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Quiélse Crisóstomo, solicitando dispensa de publicação para o Projeto de Lei n. 202-72.

— de autoria do Senhor Deputado Quiélse Crisóstomo, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 202-72.

— de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei ns. 175-72 e 198-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos, um voto de profundo pesar pelo falecimento, em Bela Vista do Paraíso, do Senhor João Cardoso, ocorrido na madrugada de hoje.

Homem bom, de coração magnânimo, conquistou mereço de sua modéstia e simplicidade, a amizade e admiração do povo daquela comuna. Por essa razão o seu prematuro desaparecimento, causou profunda consternação a toda família Belavistense.

Foi até a presente data. Presidente do Diretório Municipal da Arena e Vereador dos mais atuantes à Câmara Municipal de Bela Vista do Paraíso.

Assim, solicitamos desta Augusta Casa, após ouvido o Plenário, que nos associamos à dor e à tristeza do laborioso povo de Bela Vista do Paraíso.

Requer ainda, que desta decisão seja dada ciência a ilustre família entitada — ao Senhor Prefeito Municipal, à Câmara dos Vereadores de Bela

Vista do Paraíso e a seu irmão o Prefeito eleito de Andirá, Senhor Mauro Cardoso.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1972.

(a) Rosário Pitelli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão um voto de congratulações pelo retorno às colunas do matutino "Gazeta do Povo", do renomado jornalista José Wanderley Dias, quem, não só no rádio como na televisão e na imprensa local soube, através dos tempos, mercê a alta qualidade de sua produção literária, lograr a conquista definitiva de vasta e esclarecida parcela da população curitibana, sempre atenta à sua versatilidade, experiência e alto escrupulo de crítica construtiva, distinguindo-se como uma das penas mais valorizadas no concerto de nossa opinião pública abalada.

Wanderley Dias, como mais habitualmente é conhecido, com suas crônicas na Rádio Clube Paranaense constituiu-se, por largo espaço de tempo, na presença agradável ao mundo ouvinte, também ditando aplausos na televisão e na imprensa. Eis porque congratulamo-nos pelo anunciado retorno de Wanderley Dias, vale, inequivocamente, como preito de admiração e justiça a um profissional cioso e altaneiro, digno do respeito e apreço de seus concidadãos.

Pede o signatário, outrossim, que desta decisão seja oferecido conhecimento ao nosso homenageado bem como ao conceituado matutino "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1972.

(a) Borsari Neto

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja inserido em Ata um voto de louvor e regozijo pela montagem do espetáculo "Cidade Sem Portas", no Teatro do Paiol, de autoria de Paulo Vitola e Adherbal Fortes de Sá Junior.

Trata-se de uma peça de profundo conteúdo cultural, abordando a história da Curitiba, desde a fundação até nossos dias. Pela qualidade do texto, das músicas e do acabamento artístico, "Cidade Sem Portas" está a altura dos melhores espetáculos montados nos teatros do Rio e São Paulo, merecendo seus atores, produtores, diretor e atores os aplausos desta Casa.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1.972.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de congratulações à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso pela Concessão do Título de Cidadão Matogrossense ao Diretor Enio Pipino.

Requer-se outrossim, que da deliberação deste Plenário seja dada ciência ao Legislativo de Mato Grosso e ao homenageado.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1.972.

(a) Fuad Nacii

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que ao final assina, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvido o Plenário, que se consigne na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Conselheiro Raul Viana, digno e ilustre Presidente do Tribunal de Contas do Estado, pela significativa e marcante atuação de Sua Excelência à frente daquela alta Corte de Contas e que terá, como corolário, de sua eficiente e profícua gestão, a entrega à Administração Pública, no próximo dia 19, das novas e magníficas instalações daquele Colendo Tribunal.

Requer, outrossim, que das manifestações desta Casa seja dado conhecimento à Sua Excelência, enviando-se-lhe, através de mensagem, os cumprimentos do Poder Legislativo pelo feliz evento.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1.972.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência a consagração da Ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de congratulações ao Deputado Federal José Alencar Furtado pela sua escolha como o "Melhor Parlamentar de 1972", na escolha procedida pela Imprensa destacada na Câmara dos Deputados.

Parlamentar brilhante e com uma atuação vigorosa em defesa dos interesses paranaenses, o Deputado José Alencar Furtado, do Movimento Democrático Brasileiro, tem pautado a sua conduta de homem público pelo restabelecimento das franquias democráticas e pelo império da Lei.

A sua escolha é, por isso tudo, motivo de orgulho para todos os paranaenses.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1.972.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

É motivo de satisfação este registro. O Tribunal de Alçada de nosso Estado, vem julgando todos os processos que lhe são encaminhados, em 30 dias. Justiça rápida, constitui o ideal de sua efetiva aplicação. Os ilustres e dedicados juizes do Tribunal de Alçada estão conscientes dessa missão nobre e importante.

Daí porque pedimos, após ouvido o Plenário, um voto de louvor ao Tribunal de Alçada, em nosso Estado e que do fato se dê conhecimento ao Exmo. Senhor Presidente daquela egrégia corte de Justiça.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1.972.

(a) Antônio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado estadual infra-assinado pede, ouvido o Plenário, a inclusão nos Anais desta Casa, do discurso proferido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Alionar Baleeiro, estampado no "O Estado de São Paulo", edição de 29 de novembro de 1972.

Uma vez aprovado, dê-se ciência ao eminente brasileiro desta deliberação.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1.972.

(a) Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado estadual infra-assinado, com assento nesta Casa, de conformidade com suas razões de Plenário, constantes da discussão do projeto em foco, registradas nos dias 30 de novembro e 4 de dezembro últimos, tendo em vista a relevância da matéria em estudo, requer a retirada da Ordem do Dia, para reexame da matéria pertinente ao seu processamento. do Projeto de Lei n. 195-72, por 3 dias.

Tendo em vista que o próprio projeto se denomina "Lei Orgânica do ICM", e como tal, na forma do art. 26 da Carta Estadual estaria sujeito ao voto da maioria absoluta para obter aprovação, sabendo-se que o mesmo projeto tem sido aprovado por maioria simples;

tendo em vista, ainda, o parágrafo, digo, o número 9 do parágrafo único, do citado art. 26 da C.E., como lei Orgânica estará incluído no rol de "outras leis de caráter estrutural que se reporta o mesmo dispositivo.

tendo em vista, por outro lado, os fundamentos existentes de que se possa, realmente, tratar de um projeto de codificação, ou até mesmo de consolidação, o que lhe daria, também, processamento distinto do que vem seguindo, completando o acima requerido, pede que — uma vez concedida a retirada do projeto 195-72, da Ordem do Dia, com aprovação do Plenário, retorne o mesmo à Comissão de Constituição e Justiça, para proferir parecer sobre os problemas apontados, todos eles surgidos da discussão da matéria em Plenário, e por conseguinte, supervenientes ao duto pronunciamento daquela Comissão.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1972.

(a) Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Negócios do Governo sugerindo o estabelecimento, naquela Pasta, de um Grupo de Trabalho encarregado de efetuar o levantamento geral das possibilidades e necessidades científicas e tecnológicas de nosso Estado, visando a criação de um Órgão enfeixando todas as atividades atinentes à Ciência e Tecnologia no Paraná.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1972.

(aa) Bersari Netto e Xenofonte Villanueva

JUSTIFICATIVA:

A ciência e tecnologia condiciona inegavelmente o desenvolvimento de um Estado.

A evolução dos diferentes setores estaduais está intimamente ligada a planejamento que computam todos os esforços no campo da ciência e tecnologia. Esses esforços devem, entretanto, ser coordenados e estimulados de modo a permitir maior aproveitamento.

Sente-se, assim, em nosso Estado a oportunidade da criação de um Órgão responsável pela eficiente coordenação das atividades atinentes à Ciência e Tecnologia.

Entendemos que, inicialmente, haveria conveniência na criação de um Grupo de Trabalho, vinculado à Secretaria dos Negócios do Governo, com a responsabilidade de levantar e integrar órgãos de natureza científica e tecnológica, visando-se, a seguir, a criação de um único órgão enquadrando o Setor.

Incluimos, também, em nossa justificativa o trabalho Ciência e Tecnologia, de autoria do ilustre Professor General Werner Hjalmar Gross, no qual lastreamos o Requerimento que submetemos à apreciação do Plenário.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n. 214-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Higienópolis, com sede e foro na cidade de Londrina, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1.972.

(a) Álvaro Dias

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Esportiva Higienópolis é uma sociedade civil, composta de número ilimitado de sócios que, sem distinção de nacionalidade, culto e sexo, procura difundir o civismo e a cultura física, principalmente futebol, entre a mocidade de Londrina.

A sua declaração, como utilidade pública, é de uma importância fundamental para que consiga prosperar e realizar as suas grandes metas estatutárias.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, primeiro orador inscrito.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Ocupo o Pequeno Expediente para dizer à Casa que, o Requerimento de Informações que dias atrás subscrevemos, dirigido ao BADEP, recebeu a sua resposta.

Quero inicialmente me congratular com a Diretoria do Banco do Desenvolvimento do Estado do Paraná, pelo pronto atendimento ao Pedido de Informações aprovado por esta Casa. Apenas, deixarei para me manifestar mais definitivamente acerca do assunto no próximo período legislativo, porque se trata de matéria da mais alta importância e as respostas do BADEP merecem mais acurado estudo, para que nós nos pronunciemos definitivamente e com a responsabilidade que o assunto requer.

Inicialmente, apenas quero adiantar à Casa que, em absoluto, as respostas do BADEP não me convenceram. Não me convenceram, por vários aspectos.

Gostaria que também tivesse acompanhado as respostas do BADEP, cópia do contrato do Compromisso de Compra e Venda, ou da Escritura, se já foi lavrada. Lamentavelmente isto não ocorreu e nós pretendemos ainda obter cópia do Compromisso de Compra e Venda, ou da Escritura, se até então for lavrado.

Dissemos que, a uma análise ligeira, a uma apreciação rápida das respostas do BADEP elas não nos convenceram porque, em primeiro lugar, afirma o BADEP nos esclarecimentos adicionais de suas respostas, que a primeira proposta por escrito do Grupo Atlântico Voa Vista foi recebida

pelo BADEP em 21 de setembro de 1972, e coincidiu com os estudos que vinham sendo realizados para a alteração do projeto original da construção de nova sede. Ora, a primeira proposta escrita do Grupo que vendeu o prédio ao BADEP, chegou ao BADEP em 21 de setembro, e, diz o próprio BADEP, coincidiu com os estudos que vinham sendo realizados para alteração do projeto original da construção de nova sede. Então, a primeira proposta chegou às mãos do BADEP, por escrito, em 21 de setembro e coincidiu com o estudo que vinha fazendo o BADEP para alterar o projeto original da construção de nova sede; entretanto, acompanha as respostas do BADEP, um Laudo da Câmara de Valores Imobiliários do Estado do Paraná pedido pelo BADEP, porque ao BADEP foi endereçado, e este Laudo está datado de 12 de setembro de 1972. Então, antes mesmo da primeira proposta chegar ao BADEP, já o BADEP havia solicitado a avaliação do prédio que, por fim, veio adquirir do Grupo Atlântico Boa Vista. Esta resposta do BADEP, neste tópico, não nos convence. A primeira proposta escrita não pegou. Como ele afirma, não coincidiu com o propósito do BADEP, de alterar o projeto original da construção de nova sede, que, pelo que eu entendo do Laudo da Câmara de Valores Imobiliários, essa disposição do BADEP era bem anterior à proposta escrita que ele recebeu do Grupo Atlântico Boa Vista, porque, se não, não se justificaria que o BADEP tivesse pedido o Laudo de Avaliação do prédio, datado de 2 de setembro de 1972, muito antes pois da primeira proposta chegar às mãos do BADEP. O BADEP já se havia interessado pelo edifício e adquirido e encomendado um Laudo de Avaliação da Câmara de Valores Imobiliários do Paraná.

Se este Laudo é datado de 12 de setembro, por certo a encomenda do BADEP à Câmara de Valores Imobiliários é, inclusive, anterior a esta data. Diz o BADEP também em suas respostas, que não tem propósito a afirmativa do Deputado, sobre a paralisação das obras, porque não houve paralisação das obras. Diz o BADEP que elas não haviam sido iniciadas, e que havia, apenas, o terreno, recebido trabalho de infraestrutura de fundações. Não entendemos tecnicamente o assunto, mas acreditamos que fundações, que trabalho de infraestrutura já possam ser consideradas início de obras. E tanto assim entendemos, porque o BADEP respondeu a um dos quesitos das perguntas que lhe foram dirigidas, dizendo que os desembolsos do Banco nos trabalhos de fundações constante de estaqueamento, totalizaram 578 milhões, 860 cruzeiros. Ora, se o BADEP não chegou a iniciar a obra e gastou 578 milhões e 860 cruzeiros, então eu pergunto aos Senhores:

Se se dispõe de uma importância dessas para não se iniciar coisa alguma, acredito que a própria importância gasta pelo BADEP já está a mostrar que não procede a afirmativa do BADEP que a obra não havia sido iniciada porque não se gasta 578 mil cruzeiros ato, para não se começar coisa alguma. Lamentamos que esta importância inclusive, deverá ser perdida pelo BADEP, deverá ser perdida pelo Banco. Porque diz o BADEP respondendo também a um quesito das perguntas que lhe foram formuladas, que o imóvel aonde ele iria construir a sede poderá ser utilizado para o centro cultural ou vendido a terceiros.

Pergunto senhores, o terceiro que comprar o imóvel que comprar o terreno onde o BADEP irá construir sua nova sede, dará a ele a mesma destinação que caberá ao mesmo projeto que o BADEP encomendou dificilmente, isto ocorrerá, então o projeto inicialmente formulado e pago a peso de ouro pelo BADEP, tanto assim que deve estar incluído resta despesa inicial de 578 mil cruzeiros. Não será este projeto utilizado por aqueles que adquirirem o imóvel que se destina à construção da sede própria do BADEP. Desta forma, reafirmando aqui as respostas do BADEP em absoluto não nos convenceram, nós voltaremos ao assunto quando da reabertura dos trabalhos da Casa para analisar mais detidamente as respostas que o Banco endereçou a esta Casa.

Deixo aqui com os Senhores uma vez mais, afirmando de que em absoluto não nos convenceram as respostas que o BADEP forneceu aos quesitos que formulamos através desta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebi uma carta de um contribuinte da qual apenas providerei a leitura, reservando-me para posteriormente, desde que hoje encerra o período legislativo, não há tempo para que se possa avaliar convenientemente as denúncias contidas na referida carta.

A carta em síntese diz o seguinte:

Apelo ao nobre deputado Erondy Silvério e aos demais Deputados do Poder Legislativo para que encaminhe idêntico apelo ao Secretário do Interior e Justiça para que determine ao Procurador Geral do Estado que, imediatamente requirite da SANEPAR todos os executivos fiscais e somente os distribuam para ajuizamento, entre os advogados lotados nesse órgão. O motivo disto reside no fato de se haver estabelecido uma indústria entre funcionários da SANEPAR e cartórios civis da Capital no sentido de que as partes em débito sejam intimadas por cartas e quando pagas às vezes, acima do normal, as quantias são devidadas.

Pedir que se oficie também ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, o eminente Desembargador Alceste Ribas de Macedo, denunciando-lhe o mesmo caso e dizendo que os cartórios estão intimando por cartas, nas quais gastam apenas vinte centavos, enquanto cobram das partes como se tivessem expedido e cumprido mandados expressos de citação elevando-se isto a muitos cruzeiros.

A SANEPAR está ameaçando de cortar a água de todos os usuários, mas não se certifique de que todos receberam os avisos. Supõe-se que muitos avisos de débitos são desviados para justificar o aparente trabalho do serviço executivo dessa própria companhia que assim permite que meia dúzia se enriqueça em detrimento de milhares de contribuintes.

4) — Mensalmente são ajuizados centenas de executivos fiscais e, estranhavelmente, todos subscritos por um único advogado, — este da Sanepar — o qual sem nenhuma hipótese pode acompanhar a todas as ações.

Não existe no Direito Processual Civil, a citação por carta. Diz o Decreto Lei número 260 de 17 de dezembro de 1938, que regula a cobrança judicial da dívida pública, que a citação far-se-á acompanhar de certidão do alcance.

Isso não vem ocorrendo porque a SANEPAR simplesmente possui as chamadas petições iniciais já impressas. E opor: ajuiza ações mensalmente quando deveria ser depois de verificado o débito correspondente a um exercício.

Como havia dito de início, não houve tempo para que eu me certificasse da veracidade ou não das denúncias formuladas nesta Casa. Mas uma coisa já nos parece evidente, a SANEPAR não pode, em hipótese alguma,

ajustar as ações mensalmente, e sim depois de verificado o débito correspondente a um exercício. Isso no meu entendimento. Mas realmente é o que ocorre na Sanepar e lá existem dois ou três advogados que estão enriquecendo em denúncias criminosas, com algum Cartório de nossa Capital.

Existe um Projeto de nossa autoria no sentido de que os avisos de cobrança de impostos e taxas, tarifas, como agora são denominadas, para poder subir quando bem entende. Porque a taxa tem que ter autorização legislativa e a tarifa não. Então, já existe aqui um projeto de nossa autoria no sentido de que o Governo obrigue todos os órgãos da administração pública a enviar os avisos, contas etc. pelo correio e no próprio aviso indique o que o contribuinte terá de pagar quando não liquidar seu imposto no prazo mencionado por lei, despesa de cartório, citação etc. a fim de que não se cobre do contribuinte 10 vezes mais o valor da taxa como tem acontecido com a SANEPAR.

Continuando, diz o missivista: — “Por outro lado o advogado da SANEPAR não faz representar por delegação de poderes outorgado pelo Procurador Geral do Estado, como determina a Constituição do Estado, em seus artigos 59 e 62, notando-se que essa entidade está se sobrepondo à Carta Magna do Estado que acentua que o Estado será representado, judicial e extrajudicialmente, pela Procuradoria e no interior pelos órgãos do Ministério Público”.

De maneira que também me abstenho de ler o nome do signatário da carta porque apenas, como já disse, estou me pronunciando sobre a mesma por ser nosso último dia de sessão. Mas, quando a Assembleia reabrir prometo ao missivista que nos enviou esta carta que irei averiguar as denúncias contidas e esta Assembleia, tenho certeza, não negará apoio a medidas saneadoras em benefício do contribuinte.

Para encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Alguns jornais da Capital noticiaram que eu seria candidato a eleições na Federação Paranaense de Futebol. Quero declarar publicamente que não empresto meu nome a nenhum movimento que vise alijar da Presidência da Federação Paranaense de Futebol, um homem digno, honesto, como é José Milani. O movimento ao que nos parece, não é contra José Milani, é contra o Pinheirão; não querem de maneira nenhuma que se conclua aquela majestosa praça de esportes, que é a redenção do futebol paranaense. E, só à testa da Federação Paranaense de Futebol, José Milani, poderemos ter a certeza que aquela praça de esportes será concluída, ainda em tempo hábil, para o próximo Campeonato Nacional de Futebol.

Se eu puder influenciar o Clube de meu coração, do qual sou Presidente do Conselho Deliberativo, o Esporte Clube Pinheiros, o farei no sentido de que seu voto seja a favor do Sr. José Milani. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos em mãos uma denúncia subscrita por vários Vereadores de São João do Caiuá, que reputamos de muita gravidade.

Para que a Casa tome conhecimento, na íntegra, do que ocorre naquela cidade, passarei à leitura do documento que é uma representação que foi feita por vários Vereadores, ao Juiz de Direito da Comarca.

“Exmo. Sr. Dr. ARNO GUSTAVO KNOERR

DD. Juiz de Direito da Comarca de Alto Paraná

Lúcio Marques, Joaquim Rodrigues da Costa, José Antônio Bet, Lourival Sampaio de Souza, Norberto Flor e Arlindo Bariviera, infra assinados, Vereadores, representando dois terços da Câmara Municipal de São João do Caiuá, vêm pelo presente, com o devido respeito e acatamento e confirmando denúncias verbais, expor e requerer o que se segue:

Que nos dias próximos passados a Câmara Municipal de São João do Caiuá reuniu-se para discutir e apreciar o projeto de Orçamento para o exercício de 1973, enviado pelo Sr. Prefeito Municipal.

Que tendo o referido Projeto sofrido algumas emendas, que não foram do agrado do Chefe do Executivo Municipal, passou o Poder Legislativo a sofrer as mais violentas coações.

Tendo o referido projeto sido discutido e aprovado em primeira votação, em sessão do dia 28 pp., com a aprovação das emendas referidas, até a data de hoje o Poder Legislativo não mais pode se reunir, dada as ameaças de violência que vem sofrendo, inclusive sobre a vida e bens dos Vereadores de nosso Município.

Em 29 de novembro, data marcada para a segunda votação do projeto, elementos como os Srs. José Alcídio Veltrini, José Maurício de Queiroz, Vereadores, Genésio Thomé, Elias Nery de Souza, Miguel Ferreira Rosa, Francisco Odilardo da Silva, Carlos Pereira do Nascimento, Valfrido Lopes Passos, entre outros, todos elementos de confiança e a soldo do Sr. Prefeito Municipal insuflaram a população local, transportaram pessoas da zona rural com violências, ameaças de armas, invadiram o prédio da Câmara Municipal até zero hora do dia 30 pp. impedindo que o Poder Legislativo se reunisse para os trabalhos programados.

Que da impossibilidade da reunião, o Sr. Presidente da Câmara Municipal marcou uma reunião extraordinária para o dia 30 de novembro às 14.00 horas, tendo nesse dia se repetido todos os atos da noite anterior, com maior intensidade, sendo que nessa oportunidade os Senhores Vereadores sofreram ameaças em suas vidas, assim como de seus familiares e bens. Inclusive o Presidente da Câmara Municipal de São João do Caiuá, Sr. Santo Pedrazzoli, que deixa de assinar a presente petição, por fundados receios, foi ameaçado de ter seu estabelecimento comercial (posto de gasolina e derivados de petróleo) incendiados, ameaças essas extensivas ao estabelecimento comercial (máquina de café) do Sr. Lúcio Marques.

Diante do exposto os Vereadores citados vêm à presença de V. Exa. suplicar que sejam tomadas as providências no sentido de que sejam enviadas forças policiais para São João do Caiuá para garantir os livres trabalhos do Poder Legislativo de São João do Caiuá, a integridade física dos Vereadores e seus familiares, assim como para a proteção de seus bens.”

Este documento está subscrito por seis Srs. Vereadores, com firma reconhecida, e é cópia de uma petição que fora encaminhada ao Sr. Juiz da Comarca. Existe também cópia de um ofício encaminhado a S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança de nosso Estado.

E para que esta Casa tome conhecimento estamos aqui, nesta Tribuna, solidário que somos com os Vereadores porque eles apenas querem legislar, cumprir o dever de legislar em favor do povo daquele Município.

Aqui fica o nosso protesto que encaminhamos também a S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança para que S. Exa. tome as providências necessárias, se ainda não as tomou.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas por breves instantes, para dizer à Casa que ocupo a Tribuna pela última vez na condição de Líder do MDB, porque o critério democrático de rodízio que preside a Liderança de nossa Bancada impõe que, no próximo período legislativo, outro Deputado, com mais brilhantismo, mas com os mesmos propósitos e iguais finalidades, passe a representar a Bancada do MDB, nesta Assembleia Legislativa.

Comparecemos poucas vezes durante o ano que vai se findando, a esta Tribuna. Em primeiro lugar porque foi um ano de relativa calma política. O Governo esteve apenas planejando. Esperamos que, no próximo ano, esse planejamento se transforme em realidade, porque não só de planos, diagnósticos e diretrizes pode viver o Estado, pode viver o povo.

Também contribuiu para nossa pouca presença nesta Tribuna o desencanto com a atividade política, desencanto que se comunica à maioria dos Srs. Deputados, porque todos nós estamos cientes de que o Parlamento, na atualidade da vida brasileira, tem quase que uma função meramente formal, tem quase que um função meramente decorativa.

Quando defendemos o retorno de certas prerrogativas ao Parlamento, não se pretende que ele volte a ter aqueles poderes que, no passado, possuía, e que impedia, na maior parte, que os Executivos cumprissem suas finalidades. Reivindicamos, entretanto, que o Parlamento recupere a principal de suas prerrogativas, que é o direito de fiscalizar. Porque, esse direito de fiscalizar, para o Parlamento, tem o significado do oxigênio para o corpo humano. Sem poder fiscalizar, o Parlamento não tem razão de ser, não tem motivo para existir.

E como fiscalizar, Srs. Deputados, se não existe liberdade de imprensa; se a imprensa não pode publicar críticas dos parlamentares, se os escalões governamentais estão, física e espiritualmente presentes em quase todas as redações dos grandes jornais brasileiros.

Lamentavelmente, é uma situação que todo o País tem conhecimento, todos os brasileiros sabem que na atualidade brasileira, na atualidade da vida nacional, há censura à imprensa que impede o povo tomar conhecimento, de assistir, os debates dos grandes temas nacionais. Numa época em que até a Parapsicologia discute os grandes milagres dos santos, um milagre brasileiro, entretanto, o milagre de "São Delfin Neto", não tem, os brasileiros, o direito de discutir. Apenas se pode proclamar que o País progride, sem se admitir que se debate, na televisão, ou nos grandes órgãos de imprensa escrita, como se realiza esse progresso, esse crescimento.

Tudo o mundo sabe que o País progride à custa de uma concentração de rendas que é extraída através do sacrifício dos assalariados. Todos sabem que o Brasil progride também às custas de uma soma imensa de capital estrangeiro que entra no País e que no futuro trará sérias e funestas consequências. O milagre brasileiro não é o que está ocorrendo hoje, o milagre brasileiro é o que ocorrerá amanhã se o País conseguir sobreviver a essa injeção de capital estrangeiro, que transfere para longe decisões vitais a uma economia.

Lamentavelmente, sem estas condições primárias, o Parlamento não tem razão de existir hoje em nosso País. O Congresso Federal, as Assembleias são a roupagem que o Governo usa para as Conferências Internacionais. É uma espécie de traje de gala com o qual comparece para mostrar que no Brasil existe uma democracia. Na verdade, esta roupagem, todos sabem, é para uso externo. Desta maneira o Parlamento não pode cumprir suas finalidades. Vamos ingressar em ano decisivo para a vida institucional brasileira. No próximo ano novamente o Presidente será escolhido. Desde 1964 não sabemos qual o critério que tem sido utilizado para a escolha do mandatário da Nação brasileira. Esperamos que Deus ajude nessa decisão para que o País não seja prejudicado nos seus supremos interesses.

Ao despedir-me na condição de Líder da Bancada do MDB quero, nesta oportunidade, registrar que aqui estará, pela última vez, falando ao Paraná, através da Assembleia Legislativa, o nobre Deputado Nivaldo Krüger, da Bancada do MDB. Aqueles mesmos que o elegeram Deputado o escolheram agora Prefeito do Município de Guarapuava.

Retorna para lá o jovem cheio de idéias que durante tanto tempo abrihantou, com sua palavra fácil, a vida desta Assembleia; retorna para lá para cumprir mais uma missão que o povo guarapuavano lhe confiou; volta aquele jovem que, muitas vezes, eu ouvi respeitosamente o povo guarapuavano chamar de "Cavaleiro do Jordão", relembrando aquele Distrito do Município de Guarapuava de onde saiu o jovem humilde e cheio de idéias para cumprir uma das trajetórias políticas mais brilhantes do Estado do Paraná; retorna para lá o jovem que teve a coragem de crer e sobretudo de afirmar sua crença.

Deputado Nivaldo Krüger receba as despedidas do MDB. Sei que o Paraná hoje lhe presta sua homenagem através dos Deputados que compõem esta Casa.

E, na condição de Líder do MDB, neste instante, reivindico à Mesa, transgredindo as normas regimentais, o privilégio de anunciar à Casa que usará da palavra o próximo orador inscrito no Grande Expediente, nobre Deputado Nivaldo Krüger. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nivaldo Krüger, segundo orador inscrito.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, inicialmente, agradecer as expressões da minha Bancada através da palavra do emiteite Deputado Sebastião Rodrigues, o que faço profundamente sensibilizado, neste momento em que venho pela última vez como Deputado Estadual do Paraná, usar desta Tribuna. E, Srs. Deputados, se de um lado entristeceu pela certeza da ausência deste convívio com os Senhores, por outro lado o fago animado pelo estímulo de quem continuará a mesma batalha de homem público, porém, em outra frente.

O Sr. Emílio Carazzi — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nivaldo Krüger, antecipando-me às palavras que V. Exa. irá proferir por certo — eu me recorde de uma das legislaturas, em que um Deputado se ausentou desta Casa dizendo: daqui não levo saudades — de que V. Exa. daqui vai levar saudades, digo que Guarapuava ganhou muito e esta augusta Casa perdeu muito.

Era este o meu aparte.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Muito obrigado, ilustre Deputado. São estas coisas profundamente humanas que fizeram com que eu me apegasse a esta Casa e a todos os Senhores, porque, atrás, sempre, do homem que possa ser frio — pois o político tem que ser frio também — existe o ser

humano cheio de calor, cheio de amizade, cheio de sentimentos, e este calor e esta amizade e isto tudo fez com que as raízes dos meus sentimentos também se apegassem no íntimo do ser de cada um dos Senhores, com quem convivi aqui, convivência que para mim se constitui na mais notável, experiência a mais valiosa que tive em minha vida. Não compreendo que alguém possa sair daqui desta Casa e dizer que daqui não leva saudades. Aqui voltei muitas e muitas vezes para revê-los, para estreitá-los num amplexo fraterno da amizade que se estabeleceu entre nós, entre os homens do meu grupo político, do meu Partido e entre os homens da outra facção política com quem harmonizamos, embora defrontando-nos no estrechoque de opiniões, mas sempre tendo a certeza de que lutávamos por um mesmo fim — a grandeza do nosso Estado, a grandeza da função pública.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Nivaldo Krüger, a vitória da V. Exa. no pleito que se feriu na minha terra natal que é Guarapuava, me entristeceu, por dois motivos, por duas razões: — primeira:

A ARENA perdeu as eleições, embora eu saiba assim por vias travessas, de que V. Exa. foi substancialmente ajudado com a poderosa ala da ARENA, adversária do Senador Matos Leão; esta foi uma informação, a qual não posso dizer se é verdadeira, ou não; a segunda razão que me entristeceu na vitória de V. Exa. foi o afastamento de um Deputado que sempre primou em primeiro lugar pelo cavalheirismo, pela camaradagem e pelo companheirismo, em segundo lugar, pela intransigência na defesa do interesse público. Lembramo-nos das batalhas memoráveis que, junto com esta valorosa Bancada à qual me incorporei por momentos, num Governo que graças a Deus já está até desaparecendo da lembrança do povo paranaense, no início daquele Governo eu me incorporei a esta brava Bancada do MDB, na luta contra os métodos inusitados usados pelo então Governador do Estado.

E ali pude aquilatar de perto, o valor dos homens que compõem a Bancada do MDB nesta Casa principalmente de V. Exa. que foi o Líder da Bancada no começo da atual Legislatura, pude aquilatar não só a capacidade mas também comportamento e principalmente a intransigência de V. Exa. no respeito aos compromissos assumidos principalmente com a minha pessoa naquela oportunidade.

Também um outro assunto de interesse da coletividade principalmente nos assuntos econômicos, V. Exa. sempre foi o baluarte na defesa do povo paranaense. Por esta razão nobre Deputado Nivaldo Krüger, é que eu me entristeco com a vitória de V. Exa., mas por outro lado sinto-me fartamente compensado porque Guarapuava é a minha terra. Embora devo a Curitiba e aos curitibanos o que sou na vida política. Foi ali que eu nasci no Município que V. Exa. vai governar por quatro anos.

V. Exa., vai prestar todo o brilho de sua inteligência de sua capacidade, e principalmente da sua honestidade no trato da coisa pública no Município de Guarapuava. Tenho certeza que Guarapuava que vem crescendo de uma maneira até desordenada, daqui para frente continuará no seu crescimento extraordinário, mas com os subsídios que V. Exa. colheu pela convivência de dois anos neste Poder Legislativo, com a soma ainda das experiências que lhe proporcionou, tenho a certeza plena, que V. Exa. fará um Governo à altura das aspirações do povo guarapuavano. Peço a Deus que ilumine V. Exa. lhe dando forças e acima de tudo aquela chama patriótica que há de nortear todos os homens deste País que têm a missão sagrada de cumprir com os direitos que o povo lhe outorgou.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado a V. Exa.

E ao afirmar que é Guarapuavano V. Exa. me causa satisfação, porque todo homem viril, com uma personalidade marcante e que afirma ser de minha terra, vejo nele a expressão da própria personalidade de V. Exa. que é um Guarapuavano e expressa todas as características da nossa gente...

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, é com grande honra que sou porta-voz neste instante, dos companheiros e amigos que integram o Comitê de Imprensa dos jornalistas credenciados nesta Assembleia Legislativa e que me solicitaram fosse porta-voz das suas homenagens, do seu respeito, e ao mesmo tempo, que trouxessemos a V. Exa. em nome do Comitê de Imprensa, dos jornalistas credenciados nesta Casa, que todos eles têm absoluta certeza de uma das mais admiráveis gestões à frente da Prefeitura Municipal de Guarapuava. Cumprimento a V. Exa. e aos seus familiares, aos seus companheiros, que mereçam da municipalidade os votos de um trabalho profícuo pelo progresso e pelo desenvolvimento não só de Guarapuava mas de nosso Estado e da Nação brasileira. Aproveito a oportunidade para também rendermos as nossas mais sinceras homenagens a V. Exa., no momento em que se despede desta Casa Legislativa, deixando para sempre aqui dentro a marca de sua passagem fulgurante, pelo seus pronunciamentos, pelas suas iniciativas e pelas medidas adotadas no interesse de nosso povo. — (Assume a Presidência o Sr. Deputado Wilson Fortes).

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado Deputado Maurício Fruet.

Gostaria, Deputado Maurício Fruet, que V. Exa. transmitisse ao Comitê de Imprensa, meus profundos agradecimentos por tudo o que este Comitê de Imprensa proporcionou a mim, à nossa Bancada, a esta Assembleia, neste período. Graças a imprensa, graças aos seus homens, os homens públicos sobrevivem perante a opinião pública. Graças às notícias e informações que são dadas com presteza nesta Casa, graças a tudo isto, temos condições de mantermos acesa a chama da liberdade.

O Sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, grande amigo e aguerrido homem público, Nivaldo Krüger, deveria esta sessão de encerramento das atividades legislativas de 1972, esse Grande Expediente, ser inteiramente dedicado ao balanço das atividades de nossa Casa, do ano que se finda e às despedidas que se fazem necessárias. Como não foram tomadas estas providências e como não posso usar da palavra, porque o número de inscritos é grande, no Grande Expediente, quero abusar de sua boa vontade e aproveitar o expediente deste aparte, para dizer a V. Exa. Sr. Deputado, Nivaldo Krüger, que esta Casa vai sentir profundamente a sua ausência, porque se acostumou nesses dois anos a ter aí nesta Tribuna, não apenas na Tribuna mas aqui no Plenário, não apenas falando, mas dando-nos o exemplo, que é o maior de todos os discursos.

Nós vamos ser saudades de V. Exa.. Mas, entretanto quando soubermos notícias de que Guarapuava, a grande cidade do Oeste paranaense, estiver deslanchando em busca de sua destinação histórica e de seu progresso, nós nos sentiremos satisfeitos por saber que o companheiro nosso, de longa data, está lá, agindo, trabalhando em benefício da comunidade guarapuavana. Sr. Deputado Nivaldo Krüger, permita que eu estenda esta minha homenagem ao ilustre Deputado Pinto Dias, que também vai nos deixar, ilustre Deputado da Aliança Renovadora Nacional, que vai governar o Município de Paranavai. Nesta homenagem a V. Exa. e ao Deputado Pinto Dias, com o de-

sejo de que ambos sejam felizes e façam uma boa gestão, honrosa, cada um dignificando também esta Casa.

Aproveitando ainda a oportunidade, quero render as minhas homenagens à Mesa Executiva desta Casa, porque talvez seja esta a minha última oportunidade que nós temos para dizer alguma coisa, a respeito daqueles que durante dois anos dirigiram os destinos desta Casa. Ao ilustre Presidente Wilson Fortes, ao Vice-Presidente, Antonio Costa, ao Segundo Vice-Presidente Nelson Buffara, ao Primeiro Secretário Ivo Tomazoni, ao Segundo Secretário Quêlise Crisóstomo, aos demais Secretários Rosário Pitelli e Domício Scaramella, a esses homens que sóberbamente enfrentaram dificuldades, maledicências; enfrentar muitas vezes com dificuldade e altivez os problemas, souberam honrar com a dignidade necessária esta Casa, a eles a minha homenagem.

Minha homenagem também a todos os companheiros da Arena e do MDB. Quero aproveitar para me despedir neste ano conturbado de 72 e desejar que em 73 estejamos aqui com mais força de vontade, com mais razões para levar avante a nossa missão. No mudo somos apenas espectadores efêmeros do espetáculo eterno. Que saibamos honrar nossa missão nesta terra, glorificando a Deus e honrando nossas tradições.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado, Deputado Antônio Lopes Jr.

Conviver com V. Exa. nesta Casa, sempre para mim foi motivo de honra e agradeço suas palavras profundamente sensibilizado.

Quero, antes de prosseguir, conceder o aparte que me havia solicitado o Deputado Paulo Poli.

O Sr. Paulo Poli — Nobre Deputado Nivaldo Krüger, temos acompanhado a vida de muitos homens públicos e temos observado que, graças a Deus, apenas uma minoria destes homens valem-se dos cargos, valem-se do Poder para projetar-se. Existem homens outros que, inversamente, elevam, projetam o poder por onde passam. V. Exa. é destes homens. V. Exa. deixa nesta Casa, nobre Deputado, uma marca fortemente positiva. V. Exa. pode partir tranquilo, nobre Deputado. V. Exa. contribuiu indelevelmente para o prestígio, para o engrandecimento do Poder Legislativo no Estado do Paraná. Nestas simples palavras procura sintetizar a passagem de V. Exa. por esta Casa. A nobreza e retidão de caráter, a lhanza no trato são marcas que o homem traz do berço e estas qualidades tem V. Exa. Nobre Deputado, V. Exa. foi um grande professor, um grande amigo, um grande líder. Portanto, no instante em que me parabeno com V. Exa. por esta nova função tão árdua, tão difícil e que sabemos V. Exa. irá desempenhar bem, no mesmo instante sentiremos constantemente sua falta. Tomara que Deus ilumine os homens públicos e que homens como V. Exa. continuem desfilar por este Legislativo. São os votos que faço, de plena felicidade, neste fim de ano, em companhia de seus familiares.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado, Deputado Paulo Poli. V. Exa. é quem foi generoso, V. Exa. é quem foi nobre no trato, V. Exa. é quem conquistou a simpatia de todos nós. Obrigado pelas palavras de estímulo de V. Exa. e quero dizer que o que aqui aprendi serviu como tempero ao meu caráter e amadurecimento à minha formação política e por isso hoje sou inteiramente agradecido. Agradecimento aos Senhores, aos companheiros de Bancada, aos Deputados que conosco lutaram em busca do bem comum, pois este é o sentido de nossa luta. Para cá nos encaminhamos, para buscar isto em favor do povo paranaense.

Agradecimento dirigido a todos os funcionários da Casa, ao pessoal, desde a portaria, ao ascensorista, aos funcionários que zelam pela nossa segurança e tranquilidade.

Enfim, à Mesa, à taquigrafia, aos jornalistas, aos motoristas, ao cozinheiro e ao garçon, a todos que com tanta solicitude nos atenderam. A essas pessoas, quero, neste instante, dizer que continuem na sua luta, em suas funções, e nunca se desesperem por exercer-las supondo-as destituídos de importância e modestas. Tenham a certeza, aqueles que me ouvem, funcionários desta Casa, que toda função do homem, quando exercida com sinceridade, enobrece o homem, engrandece a Nação e faz com que ele seja útil a si e a toda comunidade. Porque, o homem não deve ser medido pela função que exerce, mas pela grandeza de sua alma feita que é à semelhança de Deus.

A todos com os quais convivi, meus agradecimentos pela maneira cavalheiresca com que sempre se houveram, e pelo que senti nesta Casa: nobreza de caráter, atenções e dedicações. Todos nos foram úteis porque possibilitaram a realização de nossa missão, porque a missão do Deputado não é exercida exclusivamente por ele, mas através de todos que com ele convivem.

Enfim, a todos, os nossos agradecimentos.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Nivaldo Krüger, em nome da Liderança do Governo, e em meu próprio nome, não podíamos neste instante, deixar de nos manifestar.

No momento em que V. Exa. traz a esta Casa, aos Srs. Deputados, a todos os funcionários, os seus agradecimentos, tenho a certeza que este é um momento de tristeza, porque, durante esses dois anos de convívio com V. Exa. aprendemos a admirá-lo, a respeitá-lo, pela maneira com que V. Exa. se conduziu na representação popular. Nós que, por dois anos divergimos, e divergimos muito, mas sempre o fizemos com um único objetivo: o bem estar de nosso povo, o engrandecimento de nosso Estado. E, em momento algum, advogamos em causa própria, sempre — embora defendendo pontos de vista diferentes — sempre em torno do mesmo objetivo, sempre no mesmo sentido, pensando no engrandecimento do Estado e no bem do povo.

Espero, nobre Deputado, que quem o suceder venha também engrandecer a Bancada do MDB, integrando-se a ela. Espero, também, que nos próximos anos, possamos continuar mantendo este mesmo convívio, onde a Bancada de V. Exa. soube cumprir com seu dever, fazendo oposição, denunciando irregularidades, trazendo ao conhecimento do Governo e do povo, reivindicações do Interior do Estado; mas, também dando apoio a todas aquelas leis e mensagens que diziam do interesse do Estado e do povo. Dentro dessa independência que sempre mantivemos, ARENA e MDB, nada mais fizemos do que contribuir para o aprimoramento da nossa democracia no cumprimento de nosso dever, como disse, V. Exa. leva uma grande parcela.

Confesso como os demais, que me sinto entristecido, que iremos sentir falta do companheiro de tantos anos.

Mas, os meus votos são para que V. Exa., como Prefeito de Guarapuava, um dos maiores Municípios do Paraná, siga seu próprio exemplo de quando foi primeiro mandatário daquele Município e que faça uma administração sadia, voltada para o povo guarapuavano. A consagração popular que V. Exa. recebeu em 15 de novembro último foi porque V. Exa. soube no seu primeiro mandato cumprir com sua obrigação e entendeu que a administração não é apenas asfalto, estradas e escolas, é também, calor humano e sentimento.

Espero, deputado Nivaldo Krüger e disto tenho certeza, que V. Exa. assim proceda novamente. Sei que isto acontecerá porque o conhecimento de muitos anos,

temos convivido, embora não seja guarapuavano, porque tenho naquele Município grandes amigos e porque não dizer algumas indústrias.

V. Exa. contará aqui com nosso apoio. Aquilo que estiver ao nosso alcance a fim de que possa cumprir com seu mandato e corresponder a confiança que recebeu daquele povo, pode contar com o velho e incondicional amigo. Leve daqui, Deputado Nivaldo Krüger, a certeza que deixou 47 amigos, 47 companheiros que ficarão esperando e torcendo que seu sucessor venha representá-lo à altura a fim de que possamos lutar da mesma forma que fizemos até hoje em prol do Paraná e de nossa terra.

Agradeço o aparte e termino com votos pessoais a V. Exa. e à sua família para que sua administração seja sadia e possa marcar época.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Muito obrigado. O que V. Exa. acaba de dizer como Líder do Governo a um Deputado da oposição, a um Prefeito que se elegeu pelo Partido da oposição dá a exata dimensão da grandeza de alma que tem o homem público que é V. Exa.. Muito obrigado, Deputado João Mansur.

Quero dizer neste instante a todos que nos ouvem, esgrimamos eu e V. Exa., cada um de um lado no ano passado, V. Exa. como Líder do Governo e eu como Líder de oposição, que nossa amizade veio a se consolidar no ano em que nos colocamos em posições políticas opostas. O que aprendi aqui foi de uma valia muito grande para o futuro de minha vida pública. Antes de concluir estas palavras, palavras recortadas de emoção e de sentimento, tenho a dizer que nestes tempos em que vivemos, em que tudo se materializa, em que tudo é cálculo e frio interesse, em que o homem já quase não é considerado, em que o homem é colocado como coisa, viver num momento deste é, para mim, de grande importância, pela afirmação humana nele contida. E assim, Srs. Deputados peço que me perdoem a possível desconexão das idéias, porque diante disto perturba-se o raciocínio frio e a lógica.

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado de Guarapuava, nosso amigo. Sei que preciso lhe dar um aparte, sinto que se não o fizesse eu ficaria devendo alguma coisa a V. Exa.

Com Nivaldo Krüger travamos alguns entrecosques neste Plenário, tivemos algumas discussões. V. Exa. defendendo os seus pontos de vista e eu defendendo os meus. Lembro-me, Sr. Deputado, que houve alguns excessos, em especial da minha parte, e não poderia, Sr. Deputado, não teria, eu melhor oportunidade do que esta, para externar o que penso e para dizer o que sinto. Se houve excesso de minha parte — e houve — eu precisaria lhe dizer, e por que não pedir aqui desculpas e desculpas por aqueles excessos, e desejar a V. Exa. que está saindo desta Casa, sucesso pleno na nova empreitada. Sei que V. Exa. sai daqui entusiasmado e satisfeito, pronto a servir o seu Município, e sei também que o povo de Guarapuava o está esperando com muita esperança, tranquilidade e felicidade. Vamos juntar estas duas coisas, Sr. Deputado, e vamos trabalhar para o bem estadual. É o que desejo a V. Exa.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Deputado Armando Queiroz, V. Exa. jamais cometeu excessos, V. Exa. dá uma demonstração de grandeza, isto sim. Houve, e não pode ser diferente quando os homens defendem ardorosamente, convictamente os seus pontos de vista, o conflito de pontos de vista, mas houve também a grandeza de sentimentos a presidir o convívio entre nós, mormente partindo de V. Exa. que muito me honrou, Sr. Deputado.

Muito obrigado pelo aparte de V. Exa.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Permita o nobre Deputado Nivaldo Krüger, que eu forme também ao lado daqueles que estão dispensando neste tarde, uma palavra direta a V. Exa., conquanto em nome de nossa Bancada houvesse o nosso ilustre líder Sebastião Rodrigues, dito com a maior exatidão e brilhantismo possível, tudo aquilo que V. Exa. devia cumprir de nossa Bancada.

Trago a V. Exa. para que fique registrada nesta Casa, e com a mais elevada honra, a palavra também do nosso Partido, da Comissão Executiva Regional do MDB ressaltando em V. Exa. a figura ímpar do homem de Partido. E é um prazer este registro.

E ao fazer este registro, não o fazemos com um sentido faccioso de partidismo mas sim, com as nossas vistas voltadas para tudo aquilo que de grandioso se possa entender do vocábulo "político", tão bem refletido nas expressões dos nossos eminentes colegas da Bancada majoritária desta Casa notadamente, do eminente Deputado Líder do Governo.

V. Exa. encarnou e encarna e será por certo cada vez mais aprimoradamente, o homem ideal de oposição, de vez que neste ponto, devo confessar que comungo dos mesmos ideais de V. Exa.. Entendo que assim tem sido também o procedimento da nossa Bancada, tanto assim sob a liderança de V. Exa. como igualmente sob a liderança do nobre Deputado Sebastião Rodrigues, não se faz oposição no estilo velho e arcaico de destruir mas sim, no estilo novo de construir, sem que nós acreditamos que possa existir isto, inclusive num partido político.

Porisso, V. Exa. pela sua conduta nesta Casa e por aquilo que irá representar como mandatário mais alto de uma das comunas mais importantes do nosso Estado, não só está colocando o MDB sob a égide de um partido que realmente trabalha com as vistas voltadas para a nossa Pátria como também, e a certeza por tudo aquilo que V. Exa. representa de cultura e de grandeza econômica da sua terra, e que as gerações vindouras colherão, deste trabalho que V. Exa. nesta Casa dá a um seu município, os mais belos exemplos que poderiam encontrar para seguir-lhe e para se orientarem.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte e a delicadeza com que V. Exa. me distinguiu.

O Sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nivaldo Krüger, V. Exa. percebe como é grande o sentimento do Deputado que congrega esta Casa de Leis. A sua benquerência vai a um ponto tão alto que os apertes se generalizaram, nobre Deputado, isto em função do seu comportamento.

Eu talvez não devesse fazê-lo neste meu rápido aparte porque o nobre Deputado Sebastião Rodrigues já o fez em nome da Bancada.

Mas não poderia silenciar, nobre Deputado Nivaldo Krüger porque V. Exa. ícal, sincero, excelente caráter político, renomado pelas suas condições íntas, eu por exemplo muito aprendi com V. Exa.

E no instante em que fazemos a despedida de V. Exa. desta Casa de Leis, eu entendo que o povo do Paraná assim quererá, eu tenho certeza, de que após 1.976, quando V. Exa. quiser, quando bem entender, tenho a certeza, o povo do Paraná fará retorná-lo com uma votação expressiva, pois V. Exa. deixou traços indelévels do seu comportamento, de sua conduta, de seu apaixonado e grande amor à terra do Paraná.

No instante em que V. Exa. despede-se do Legislativo Estadual, cumpre-me fazer minhas as palavras do Deputado Carazazi, quando disse que esta Casa perde muito mas ganha muito Guarapuava.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Muito obrigado, Deputado Nelson Buffara. As palavras de V. Exa. são as do amigo, daquele amigo que tão bem V. Exa.

sabe interpretar, pela forma com que V. Exa. se comporta e sabe conquistar as pessoas.

Muito obrigado a V. Exa. nobre Deputado.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nivaldo Krüger, praticamente como um iniciante da política eu não poderia deixar neste instante de cumprimentá-lo por ocasião de suas despedidas nesta Casa de Leis. Tem sido V. Exa. um instrumento poderoso na luta pela sobrevivência da política e sobretudo, do nosso Partido. Vejo em V. Exa. um representante autêntico daqueles que fazem política por idealismo e não por oportunismo; que querem a política acima das paixões, das vaidades e dos interesses individualistas.

Tenho certeza de uma coisa, se esta Casa perde o grande Deputado, Guarapuava recupera o grande Prefeito. V. Exa. que já foi Prefeito de Guarapuava, considerado por todos o maior Prefeito que Guarapuava já teve, retorna para alegria de sua gente, a ocupar aquelas funções. Não podemos fazer outra coisa a não ser neste instante, desejar-lhe a repetição o êxito anterior e uma brilhante administração.

Aproveito também a oportunidade, nobre Deputado Nivaldo Krüger, para me referir a um outro Deputado, não do nosso Partido mas do Partido da situação, que se despede também para o cargo executivo. O Deputado Pinto Dias, merecedor de todos os aplausos, por sua conduta honesta, coerente e digna, de homem público. Representa também ele, o homem público que honra a função que exerce; que dignifica o Poder Legislativo.

Parabéns, aos Deputados Nivaldo Krüger de minha Bancada e Pinto Dias, da Bancada da Arena, que hoje se despedem de suas funções legislativas, para arcar com as responsabilidades de tão grande importância, que é a função executiva. A ambos, nossos votos de êxito.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Muito obrigado Deputado Alvaro Dias. Não posso perder a oportunidade de dizer a V. Exa. que V. Exa. é um exemplo à juventude paranaense. Porque V. Exa. jovem como é, já vem enfrentando tamanhas responsabilidades e com que tirocinio. O exemplo de V. Exa. engrandece a juventude do nosso tempo. Foi uma honra para mim tê-lo ao meu lado, ilustre Deputado Alvaro Dias e que a juventude do Paraná se espelhe na participação de V. Exa. para não permanecer omissa.

Quero, Srs. Deputados, antes de concluir, deixar aqui uma afirmação de crença, nalguns princípios. Antes porém, concedo o aparte ao Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não poderia, neste momento em que V. Exa. ocupa a Tribuna despedindo-se deste Legislativo, depois de dois anos de convivência, já acostumados com seus vibrantes pronunciamentos, com seu zelo na defesa dos interesses do povo. Não poderia deixar de lamentar esta perda e é com tristeza que nos despedimos de V. Exa., mas ao mesmo tempo é com alegria porque sabemos que V. Exa. deixa esta Casa para assumir a chefia do Executivo de um dos Municípios mais importantes de nosso Estado, que é Guarapuava. Conhecendo bem V. Exa., sei que é um autêntico municipalista que volta a Guarapuava para dirigir novamente os destinos daquele Município e tenho certeza de que voltará também para integrar as filas do municipalismo de nosso Estado, contribuindo para o desenvolvimento do Estado do Paraná e do Brasil. Ao deixar esta Casa e ao assumir o Executivo de Guarapuava, nossos votos de felicidades e uma profícua gestão, e pode contar conosco naquilo em que posamos colaborar com a sua administração.

Quero aproveitar este momento para cumprimentar o nobre Deputado, que não sei se dará tempo de vir à Tribuna, Pinto Dias, que muito nos honrou com sua presença nestes dois anos de convívio. Sei que Guarapuava e Paranavaí terão dirigentes que pensarão sempre no engrandecimento do Estado e no bem estar do povo. Felicidades aos dois, em suas novas funções.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado. O convívio com V. Exa. nesta Casa não foi novidade, pois convivemos em outros tempos, quando lutávamos como municipalistas, V. Exa. como Prefeito e eu como representante do município na Associação Paranaense. Obrigado a V. Exa.

O Sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Nivaldo Krüger, V. Exa. observa que seus colegas fizeram questão — porque tem sido norma nesta Casa, na despedida de algum colega, que usem da palavra os líderes de Bancadas para fazer a saudação — de se unirem em torno de sua pessoa, a ponto de cada Deputado fazer questão de usar do direito de apartear para, nesta despedida que V. Exa. faz nesta Casa, demonstrar de forma mais estreita a amizade que V. Exa. soube grangear aqui. Conheci V. Exa. quando Prefeito de Guarapuava porque constantemente, em sua missão de bem igerir os destinos daquela cidade, muitas vezes V. Exa. visitava esta augusta Casa e já naquela ocasião tivemos a oportunidade de privar desta amizade. Geralmente quando o homem é bom administrador, nem sempre é um bom tribuno. V. Exa. reuniu estas duas qualidades. Demonstrou capacidade de administrar quando dirigiu os destinos de sua Guarapuava, a ponto de ser reconduzido àquele posto. Entendemos que ao homem público muitas vezes é fácil uma vitória, uma primeira vitória, mas a preservação política é difícil. V. Exa. conseguiu isto porque elegeu-se Deputado Estadual e agora, recebendo uma votação maciça como esta que obteve, V. Exa. retorna ao Executivo, dando um exemplo de capacidade para a preservação política. Daí porque nossos cumprimentos, cumprimentos porque a passagem de V. Exa. por esta Casa se fez notar pelos discursos que V. Exa. tem pronunciado e que mostraram que V. Exa. é um Deputado preocupado com os problemas do Estado. V. Exa., a despeito de militar na Oposição, com muita propriedade, abordou temas construtivos. E isso é muito importante.

Receba pois, nobre Deputado, nesta despedida, o abraço do amigo que V. Exa. deixa nesta Casa.

Nossos parabéns pela brilhante vitória obtida por V. Exa. e nossos desejos que essa gestão que V. Exa. vai iniciar seja proveitosa e profícua, e seja marcada pelo sucesso como foi marcada pelo sucesso a gestão de V. Exa. à frente do Executivo de Guarapuava.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica ao nobre Deputado que restam apenas dois minutos para concluir seu pronunciamento.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço, ilustre Deputado, sua manifestação, mormente a afirmação de amizade que faz à minha pessoa e que muito me distingue.

Gostaria de deixar, neste último pronunciamento, os pontos fundamentais de minha crença política, para atestar que daqui não saí decepcionado, embora muitas vezes tenhamos sofrido angústia; angústia pela impotência de realizarmos o que desejávamos; angústia pela impossibilidade de responder aos anseios do povo prontamente.

Vivemos um tempo de mutações e transformações traumatizantes para a sociedade. E cabe ao político a obrigação de intérprete e de protagonista.

Creio na Política como meio de se conduzir a sociedade ao bem comum.

E estou convicto que somente o Político possui a necessária sensibilidade para governar.

Faço esta afirmação dizendo que me orgulho de ser Político num tempo em que ser Político, muitas vezes, é sinônimo de inferioridade. A minha afirmação é de crença na grandeza do Político e da Política.

Mas se creio na Política, é somente na Política de idéias, de idéias que possam infundir confiança, elevar o homem e ordenar o ESTADO como instrumento do bem estar de todos. Porque, nos Evangelhos está escrito: "Os bens da terra são destinados a todos os homens". E cabe esta missão ao Político, como pessoa e como homem do Estado.

Creio em idéias que tenham origem em princípios; princípios que fundamente uma filosofia orientadora.

Creio no poder das idéias como elemento criador que nunca se impõem a uma nação pela força, mas pelo fascínio persuasivo que a verdade sempre exerceu sobre o homem.

Creio no homem e nos homens, e na prevalência do bem sobre o mal.

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Quero, antes de conceder aparte a V. Exa., endereçar a minha homenagem pela brilhante vitória de V. Exa., que, como eu, se despede desta Casa. E talvez por questão de Regimento Interno, não posso repetir, se pudesse repartiria com V. Exa. entretanto o tempo está esgotado. Faço um apelo ao Sr. Presidente para que tenha complacência com V. Exa. para que possa dar o aparte.

O Sr. Pinto Dias — A despedida que V. Exa. registra hoje nesta Casa tem posição especial, ela nos comove. V. Exa. foi um grande Deputado, excelente amigo, companheiro correto. Quando V. Exa. registra da Tribuna sua despedida parece que me sinto até mais feliz do que aqueles colegas nossos que irão aqui permanecer. Eu que tive a honra de conviver com V. Exa. durante dois anos como Deputado, acho que irei continuar a conviver com V. Exa. como Prefeito.

Irei me valer como Prefeito daqueles seus ensinamentos, suas aulas, da experiência que V. Exa. já demonstrou como Prefeito de Guarapuava, experiência agora comprovada pela vitória espetacular que conseguiu em 15 de novembro último.

Tenho certeza que continuaremos trabalhando juntos como Prefeito em prol da grandeza de nosso Estado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — V. Exa. foi daqueles homens com quem privei da Bancada da situação, foi daqueles com quem mais me afinei no relacionamento pessoal, o que foi uma honra para mim. Tenho certeza que aprendi muito com V. Exa. sobre a vida de nosso Estado. Sinto uma admiração muito grande por V. Exa. O povo de Paranavaí soube escolher seu Prefeito, porque V. Exa. fará um grande governo.

Desejo, agora, concluir esta afirmação de crença:

"Creio na liberdade como única forma de possibilitar a plena realização da Pessoa Humana.

Creio no primado do Espírito como substância imperecível e por isso na transcendência da pessoa humana como criatura feita a imagem e semelhança de Deus, com uma destinação transcendental.

Creio na Democracia — como sistema ideal de governo.

Creio no povo e em sua capacidade para auto reger-se".

Em Guarapuava realizaremos um Governo não de facções, mas um Governo de solidariedade, um Governo humano em que cada pessoa possa dele participar. Não será um Governo de discriminações nem de perseguições. Haveremos de fazer com que cada um sinta-se realmente integrado no processo de engrandecimento nacional que se realiza dentro do território de cada município brasileiro. E o que ali se fizer de construtivo, estará concorrendo para a construção da grandeza nacional pela base, pelo alicerce. E assim o faremos, se Deus nos ajudar. E precisaremos do apoio de todos de nossa Bancada, de nossos companheiros e de forma especial do oferecimento feito pelo ilustre Líder do Governo. Manteremos um relacionamento com todos, mantendo a linha político-partidária que sempre nos norteou.

Foi, Srs. Deputados, a maior honra da minha vida, conviver com os Senhores, e está, este Estado, altamente representado, posso dizer pelos que aqui se encontram, homens que vivem diariamente os dramas do povo e as dificuldades da vida do Paraná. Pudera eu dizer a todos os eleitores de cada um dos Senhores: — o homem que para cá mandaram, os representa com dignidade e grandeza, e altamente preocupado em desincumbir-se das funções que lhe foram entregues.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Guarapuava, a cada um dos Senhores será a sua própria terra, a sua própria casa. Lá os Senhores não terão o Prefeito Nivaldo Krüger, lá contarão com o amigo, cujas portas da casa estarão abertas dia e noite para recebê-los, com toda hospitalidade, todo o carinho do amigo.

Guarapuava é uma grande terra, tem um grande povo e um grande futuro, e, conto com os Senhores, para o engrandecimento daquela parcela do nosso Estado. Pode dizer o ilustre Líder do Governo ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, que nós não ficaremos atrapalhando quem quer que seja, nós queremos, isto sim, é trabalhar pelo engrandecimento do nosso País, para que ela desponte entre as primeiras Nações do mundo num clima de afirmação e que toda a população brasileira seja integrada no processo de desenvolvimento sem que nunca percamos o calor humano que sempre presidiu a nossa raça, que não troquemos este valor por nada, por nenhum bem material que possa existir. Preservemos este valor. Cabe a nós, políticos, esta nobre missão.

Muito obrigado, Srs. Deputados. — (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 202-72 — Aprovado.

De acordo com o Requerimento de preferência aprovado:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 202-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 59-72, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar o Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FURESAN, e altera a tabela integrante da Lei n. 5.511 de 10-2-67, que dispõe sobre a taxa de saúde. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Sobre a mesa Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira e outros, constante do Expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei ns. 175-72 e 198-72. — **Aprovado.**

De acordo com o Requerimento de preferência de discussão e votação aprovado:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 175-72, que assegura o Direito de lecionar o mesmo número de aulas extraordinárias no próximo ano letivo, aos professores que no presente ano ministraram aulas com base no artigo 2.º do Decreto n. 15.861, de 5-7-69 e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 198-72, Mensagem n. 58-72, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização ao Poder Executivo, para oferecer as quotas do Imposto Único sobre energia elétrica que couberem ao Estado, em garantia das obrigações que a COPEL assumirá, em empréstimo de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros). — **Aprovado.**

Passaremos à apreciação dos demais Projetos constantes da Ordem do Dia:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 164-71, autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Normal, na sede do Município de Mamborê. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 209-71, transfere a responsabilidade do D.E.R., a Estrada que liga os Municípios de Santa Izabel do Oeste, Salto do Lontra e Dois Vizinhos, passando por Pinhal da Vargem e Alto Bela Vista. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 283-71, autoriza o Poder Executivo estadualizar o Ginásio Redentor, situado em Nova Prata, Município de Salto do Lontra. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 11-72, autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a viúva Maria Coeli Pernechele. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 31-72, autoriza o Poder Executivo firmar convênio através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Piraquara, para construção de uma Ponte em alvenaria sobre o Rio Iraí, naquela comuna. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 53-72, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Santo Antônio do Sudoeste ao de Ampére, numa extensão de 53 quilômetros. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 54-72, que autoriza o Poder Executivo doar à Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, o imóvel de propriedade do Estado que especifica, localizado em Plançita, Município de Santo Antônio do Sudoeste. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 77-72, que autoriza o Poder Executivo, através do D.E.R., firmar convênio com o Município de Cambira, para execução dos serviços de asfaltamento na estrada que liga a sede do referido Município à BR-369 — Rodovia do Café. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 95-72, que declara de Utilidade Pública, o Instituto Bíblico Batista A.B. DETTER, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 110-72, declara de Utilidade Pública, a Associação das Senhoras de Rotarianos de Paranavaí, com sede na cidade de Paranavaí. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 129-72, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a "Pia Sociedade Beneficente Hospital Nossa Senhora das Dores", do Município de Guaraniáçu. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 139-72, declara de Utilidade Pública a "Fundação da Indústria Turística para reclusos e menores de Cascavel" — FITURMEL, com sede e foro na cidade de Cascavel. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 143-72, Mensagem Governamental n. 39-72, encaminhando anteprojeto de Lei que eleva, a dois salários mínimos fixados para a Capital do Estado, o valor das atuais pensões de que tratam as leis ns. 4.763, de 5-11-63 e 54-63, de 22-11-63 e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 146-72, Mensagem Governamental n. 40-72, encaminhando anteprojeto de Lei, que visa majorar para dois salários mínimos da Capital, a pensão mensal de Hilda Miranda de Moraes Sarmento, viúva do Coronel Joaquim Antonio de Moraes Sarmento, Patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 177-72, que autoriza o Poder Executivo conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Coronel Emygdio de Paula, Comandante do 1.º Batalhão de Fronteiras do Exército em Foz do Iguaçu. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 187-72, Mensagem Governamental n. 51-72 — encaminhando anteprojeto de Lei que visa abrir crédito especial de Cr\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros), destinados a subscrição pelo Estado do Paraná, de ações no aumento de capital da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 189-72, que autoriza o Poder Executivo transferir a pensão mensal concedida a Leonor Rauen Bacellar, pela Lei n. 5.204 de 10-12-65, a sua filha Jacy Bacellar Giamberardino. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 201-72, Mensagem Govern-

mental n. 56-72, encaminhando anteprojeto de lei dispndo sobre abertura de Crédito Especial no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n. 6.253, de 3-12-71, para despesas com "Contribuições de Previdência Social. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n. 35-72, — ex-Proposição n. 192-72 aprova Convênio celebrado em 9-8-72, entre o Governo do Estado — Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Florestópolis, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas orçamentárias do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n. 36-72, ex-Proposição n. 198-72 aprova o Convênio firmado em 12-6-72, entre o Governo do Estado do Paraná e demais Estados Membros da Comissão Interestadual da Bacia Paraná — Uruguai (CIBPU), objetivando extinção de referida Comissão Interestadual. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 195-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 52-72, encaminhando anteprojeto de Lei e exposição de motivos do senhor Secretário da Fazenda, objetivando reformular a Lei do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **COM EMENDA DE PLENÁRIO. — EM REGIME DE URGÊNCIA.** — Em votação.

O SR. MUGGIATI SOBRINHO — (Para encaminhar à votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A nossa presença nesta Tribuna nesta tarde, se prende quase que exclusivamente a um Requerimento que encaminhamos, solicitando a retirada da Ordem do Dia, desse Projeto em votação, pelo prazo de 3 dias. E reiterando tudo aquilo que já foi dito, o objetivo desse pedido é ouvir a Comissão de Constituição e Justiça novamente sobre os problemas que foram arquivados nesta Casa. Porque, mesmo que se chegue a uma conclusão ou a uma decisão de que não se trate, no caso, de uma codificação, este projeto jamais poderia deixar de ser incluído entre aqueles que estão caracterizados no artigo 26 da Constituição Estadual. Este artigo exige, para determinados processos, que a sua aprovação seja feita pela votação da maioria absoluta, não somente a presença do número legal para funcionar esta Casa, mas o registro de que foi aprovado pela maioria absoluta.

Poder-se-ia dizer que o artigo 26 considera Leis complementares a Lei Orgânica dos Municípios; o Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado; o Estatuto do Ministério Público; o Estatuto da Polícia Civil; o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado; o Estatuto do Magistério, etc.

Este projeto que ele proporia se denominasse de Lei Orgânica do ICM, não estaria incluído entre este rol de Leis Complementares, mas o n.º 9 inclui muitas leis complementares e, entre elas, leis de caráter estrutural, que também exigem a deliberação da maioria absoluta dos membros da Assembléia.

Consequentemente, não tendo havido a deliberação da maioria absoluta em favor deste projeto, justifica-se nosso ponto de vista.

Tendo em vista que o projeto entrou na Casa no dia 26 de outubro de 72, tendo decorrido, consequentemente, 4 dias do prazo no mês de outubro, 30 no mês de novembro, perfazendo 34 dias e 5 em dezembro, completariam hoje 39 dias de decurso no prazo, havendo, consequentemente, prazo suficiente para que a Comissão de Constituição se pronuncie.

Atercendo, o que o faço com elevada honra, a solicitação do eminente Líder do Governo nesta Casa, altero o meu requerimento e solicito da Mesa que o coloque em votação, com a retificação no tocante ao número de dias em que se poderá retirar da Ordem do Dia. Ao invés de três dias, para um dia, a fim de ser encaminhado à Comissão de Constituição o Projeto em pauta.

Agradecemos o interesse demonstrado pela Liderança do Governo, nesta Casa, não pessoalmente, embora se trate de uma distinção sem par, mas, principalmente em nome da consciência jurídica desta Casa, para qual todos, devotadamente, trabalhamos com todo o afinho possível, pela sua conservação, pela sua manutenção e até para que, cada vez mais, ela reine em toda sua soberania.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa colocará em discussão o Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, — no seguinte teor. — (Lê): "Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, ouvido a Casa, requer a retirada do Projeto de Lei n. 195-72 e seu retorno à Comissão de Constituição e Justiça, para se pronunciar, pelo prazo de um dia.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1972.

(a) Muggiati Filho

Em discussão o Requerimento. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 289-71, de autoria do Dep. Quíelise Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmas, o Rolo Compactador com características que especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 128-72, de autoria do Dep. Antonio F.F. da Costa, autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a "Sociedade Obras Assistenciais Nossa Senhora de Fátima", do Município de Guaraniáçu. — Parecer favorável da C.C.J. — **COM SUBSTITUTIVO** — **Aprovado, pelo Substitutivo.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 164-72, de autoria do Dep. Maurício Fruct, autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Curitiba — UMESC. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 37-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 77-72, aprova o Convênio de ajuda financeira, celebrado em 25-3-71, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e a Prefeitura Municipal de Carlópolis, com objetivo de beneficiar o ensino da Região, conforme especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA** — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 38-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 199-72, aprova os termos do Convênio celebrado em 26-9-72, entre o Governo do Estado do Paraná e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, referente aos trabalhos de promoção, assistência e fiscalização do cooperativismo do Estado do Paraná — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 65-72, de autoria do Dep. Erondy Silvério, acresce do Parágrafo que especifica, o artigo 140 da Lei n. 6.174, de 16-11-70. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 130-72, de autoria do Dep. Igo Losso, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Exmo. Sr. Dr. Roland Zimmermann, Cônsul Geral da República Federal da Alemanha no Paraná. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 131-72, de autoria do Dep. Igo Losso, declara de Utilidade Pública, o Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Evangélica Pentecostal de Curitiba. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 197-72, de autoria do Dep. Quiêse Crisóstomo da Silva, concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao General Luiz Carlos Tourinho. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 17-72, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a Agostinho Corrêa de Bittencourt. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 17-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Agostinho Corrêa de Bittencourt, filho do ex-Capitão da Guarda Nacional Henrique Correa Bittencourt, uma pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros).

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1972.

a) Dep. Nelson Buffara

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa tem por objeto amparar, em parte, a situação precária em que se encontra o senhor Agostinho Corrêa de Bittencourt, filho de ex-membro da Guarda Nacional das Comarcas de Antonina e Morretes no Estado do Paraná.

Com a avançada idade de 69 anos, encontra-se o beneficiário em situação precária, sem condições de prover a sua própria subsistência, sendo de justiça que se lhe conceda a pensão aqui proposta, a qual, além de minorar a sua difícil situação, traduz o reconhecimento público aos inestimáveis serviços prestados à nossa Pátria, pelo seu pai.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 17-72

AUTOR: Dep. Nelson Buffara

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00, a Agostinho Corrêa de Bittencourt.

PARECER

O Projeto de Lei em apreço foi elaborado de acordo com o que dispõe o artigo 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

Trata-se de simples autorização legislativa e não fere, por outro lado, qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, não merece reparos, a proposição atende um inegável imperativo de humanitarismo.

Assim, opinamos pela aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Cândido M. de Oliveira

Santos Lima

Ovidio Franzoni

Erondy Silvério

Maurício Fruet

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei N. 17-72

1) — O Projeto de Lei em pauta recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

2) — No que diz respeito a esta Comissão de Finanças não vemos óbice que se lhe possa antepor.

Somos, portanto, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

David Federmann — Relator

Maurício Fruet

Jorge Sato

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 103-72, de autoria do Dep. Álvaro Dias, declara de Utilidade Pública, o Diretório "Frederico Hermann", pertencente a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 103-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Diretório Acadêmico "Fre-

derico Hermann Júnior", pertencente à Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina, com sede no Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1972.

a) — Deputado Álvaro Dias

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 30 de agosto de 1968, o Diretório Acadêmico "Frederico Hermann Júnior", vem defendendo, há quatro anos os legítimos interesses dos seus associados, membros do corpo discente da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina.

Vedado a qualquer atividade política o DAFHEJ, durante toda a sua existência vem propugnando por uma maior eficiência do ensino, pela elevação do nível cultural dos estudantes e por difundir os preceitos de ética estudantil e profissional.

Incentivando o convívio, a cooperação e a solidariedade entre seus associados, o DAFHEJ vem se batendo pelo bom entendimento entre suas entidades congêneres, bem como entre o corpo discente e docente da FECECOL.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 103-72

AUTOR: Dep. Álvaro Dias

SÚMULA: "Declara de Utilidade Pública o Diretório Acadêmico "Frederico Hermann Júnior", da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina".

PARECER

1) — O plano de lei supra referido vem articulando e devidamente justificado, nos termos em que dispõem o artigo 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Segundo a legislação que regula a declaração de utilidade pública (Lei Federal n.º 91, de 28 de agosto de 1935), somente poderão ser declaradas como tal as sociedades civis, as associações e fundações constituídas no País com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade, provados os seguintes requisitos: a) que adquiriram personalidade jurídica; b) que estão em funcionamento há mais de um ano e c) que os cargos de sua diretoria não sejam remunerados.

Pelo exame do estatuto do Diretório Acadêmico "Frederico Hermann Júnior", verifica-se que aquele órgão estudantil trata única e exclusivamente dos interesses dos estudantes da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina, e não dos interesses da coletividade, de forma desinteressada, como prescreve o art. 1.º, do supra citado dispositivo legal.

Assim, pois, tendo em vista as considerações expedidas, somos pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Paulo Camargo — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 103-72

"Declara de Utilidade Pública o Diretório Acadêmico Frederico Hermann Júnior, da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina".

AUTOR: Deputado Álvaro Dias.

VOTO EM SEPARADO

Discordo das conclusões do eminente Deputado Paulo Camargo.

Atende em seus objetivos, a Entidade favorecida na presente Proposição os requisitos para que se torne de Utilidade Pública.

Assim tem entendido a praxe da legislação vigente, conforme, ainda, recentemente, foram sancionadas as Leis n.º 6282 e 6289, publicadas no Diário Oficial do Estado, edição de 19 de junho de 1972.

Voto pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 1972.

a) — Deputado Muggiati Filho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 103-72

AUTOR: Deputado Álvaro Dias

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública, o Diretório Acadêmico "Frederico Hermann Júnior", pertencente à Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina.

PARECER

O presente Projeto de Lei, já anteriormente apreciado e relatado por esta Comissão, pretende declarar de Utilidade Pública o Diretório Acadêmico Frederico Hermann Júnior, da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina.

O nobre Deputado Muggiati Filho, discordou das conclusões do relator, eminente Deputado Paulo Camargo, argumentando que a entidade enfocada atende os requisitos exigidos pela legislação pertinente à matéria.

Designado para novo relator do Projeto, concordo com a orientação do voto em separado do nobre Deputado Muggiati Filho, quando argumenta que a entidade favorecida pela presente proposição, cumpre os requisitos exigidos pela Lei que regula a matéria.

Assim, sendo, entendendo oportuna, justa e constitucional a proposta ora em exame, opino pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.72.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Emílio Carazzai

Santos Lima

Cândido M. de Oliveira

Luiz R. Soares

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 105-72, de autoria do Dep. Álvaro Dias, declara de Utilidade Pública, o Centro Acadêmico XXI, de Abril, da Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 105-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, o Centro Acadêmico XXI de Abril, da Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, com sede no Município do mesmo nome.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1972.

a) — Deputado Alvaro Dias

JUSTIFICATIVA:

Fundado em oito de maio de 1962, o Centro Acadêmico XXI de Abril, vem há dez anos patrocinando os interesses dos acadêmicos de odontologia de Londrina e lutando pelo prestígio da classe estudantil em geral.

Combaterdo todas as ideologias que atentem contra a dignidade humana e a soberania nacional, esta agremiação vem pugnando ainda pela democracia e pelos direitos fundamentais do homem e o seu respeito à Pátria.

Sendo uma associação apolítica, vedando, inclusive, em estatuto, a utilização de seu nome e sede para fins partidários, o Centro XXI de Abril, durante toda sua existência vem zelando pelo bom nome da Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina desenvolvendo entre alunos e corpo docente o espírito de harmonia e fraternidade e de sadio e benéfico coleguismo, razão pela qual confiamos na aprovação do Plano de Lei em tela.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 105-72

AUTOR: Dep. Alvaro Dias

SÚMULA: "Declara de Utilidade Pública o Centro Acadêmico XXI de Abril, da Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina".

P A R E C E R

1) — De autoria do nobre Deputado Alvaro Dias, o Projeto de Lei ora em exame vem articulado e justificado, segundo o que dispõem o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Objetiva referido plano de lei declarar de utilidade pública o Centro Acadêmico XXI de Abril, da Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, cujo Centro propugna única e exclusivamente pelos interesses de seus membros, segundo se verifica do estatuto competente que acompanha o projeto.

3) Tal estado de coisa contraria o que determina o art. 1.º, da Lei Federal n.º 91, de 28 de agosto de 1935, que estabelece como um dos requisitos necessários para a declaração de utilidade pública, a prestação de serviços à coletividade, de forma desinteressada.

Assim, pois, tendo em vista o óbice de ordem legal apontado, somos pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1972.

aa) Presidente

Paulo Camargo — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 105-72

AUTOR: Deputado Alvaro Dias

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública o Centro Acadêmico XXI de Abril, da Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina.

VOTO EM SEPARADO

Discordo do eminente Deputado Paulo Camargo, em seu voto.

Atende, em seus objetivos, o Centro Acadêmico XXI de Abril, da Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, aos requisitos exigidos pela Lei Federal n.º 91, visto que presta serviços à coletividade, de forma desinteressada, quando diz, em seus Estatutos:

"Organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artísticos e desportivo, visando a complementação e aprimoramento da formação universitária";

"Marcar serviços de assistência aos estudantes carentes de recursos";

"Defender e representar os interesses dos estudantes na Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina desde que esses interesses não se contraponham aos da coletividade".

Por outro lado, como se constata do "Diário Oficial" do Estado, de 19 de junho de 1972, as Leis n.ºs 6282 a 6289, de recente sanção do Chefe do Poder Executivo não têm caráter diferente da presente proposição.

Voto pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 1972.

aa) Muggiati Filho — Relator

Maurício Fruct

Erondy Silvério

Ovidio Franzoni

PROJETO DE LEI N. 105-72

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTOR: Deputado Alvaro Dias

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública o Centro Acadêmico XXI de Abril, da Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina.

P A R E C E R

O Projeto de Lei ora em exame por esta Comissão, de autoria do nobre Deputado Alvaro Dias, pretende declarar de Utilidade Pública o Centro Acadêmico XXI de Abril, da Faculdade de Odontologia de Londrina.

Referido Projeto já foi motivo de axame e parecer por esta Comissão, tendo o então relator designado para apreciá-lo, nobre Deputado Paulo Camargo, opinado pela rejeição do mesmo.

Entretanto, o nobre Deputado Muggiati Filho, em voto separado, discordou com o parecer do relator, votando pela aprovação da proposição.

Designado pelo Senhor Presidente da Comissão para novo parecer, concordo plenamente com a orientação do nobre Deputado Muggiati Filho, quando entende que a referida entidade presta serviços à coletividade, de forma desinteressada, conforme seu Estatuto Social, expressamente comprova.

Por outro lado, argumenta o nobre Deputado Muggiati Filho, se constata que as Leis n.ºs 6282 e 6289, recentemente sancionadas pelo Chefe do Poder Executivo não têm caráter diferente da presente proposição.

Assim sendo, opino pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 26.10.72.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Emílio Carazzai

Santos Lima

Cândido M. de Oliveira

Luiz R. Soares

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante de Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Cardoso, ocorrido em Bela Vista do Paraíso. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista José Wanderley Dias pelo seu retorno às colunas do matutino "Gazeta do Povo". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando dispersa de publicação para o Projeto de Lei n.º 202-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Deputado Federal Jose Alencar Furtado, pela sua escolha como o "Melhor Parlamentar de 1972" em escolha procedida pela Imprensa destacada na Câmara dos Deputados. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Tribunal de Alçada em nosso Estado, pela rapidez com que vem julgando todos os Processos que lhe são encaminhados. em 30 dias. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso pela concessão do Título de Cidadão Matogrossense ao Doutor Enio Pipino. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Conselheiro Raul Viana, digno e ilustre Presidente do Tribunal de Contas do Estado, pela marcante atuação de sua Excelência a frente daquela alta Corte de Cortas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios do Governo, sugerindo o estabelecimento naquela Pasta, de um Grupo de Trabalho encarregado de efetuar o levantamento geral das possibilidades e necessidades científicas e tecnológicas de nosso Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de louvor e regozijo pela montagem do espetáculo "Cidade Sem Portas", de autoria de Paulo Vitola e Adherbal Fortes de Sá Júnior. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando a inclusão nos Anais desta Casa, do discurso proferido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, estampado no "Estado de São Paulo" Ed. de 29.11.72. — **Aprovado.** (O discurso a ser transcrito achava-se publicado no final desta Ata).

Para explicações pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Pinto Dias, Prefeito eleito da cidade de Paranavai.

O SR. PINTO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por decorrência das últimas eleições realizadas em 15 de novembro em nosso Estado, tive a honra de ser escolhido o Prefeito da cidade de Paranavai. E a minha presença nesta Tribuna, depois de eleito Prefeito da cidade, ao ensejo do encerramento do período legislativo deste ano, sabendo que é a última sessão deste período em que vamos participar, vindo à Tribuna para agradecer aos nobres colegas, aos prezados Deputados que aqui alguns deles por três legislaturas nos prestigiaram, nos acompanharam e nos honraram com o seu prestigiamto e outros durante esta última legislatura. Agradeço a solidariedade a compreensão dos meus prezados colegas. Afirmo e tenho consciência disso, que fui aqui, nesta Casa, um dos menos ilustrados, menos admirados, um dos menos brilhantes. Mas, dentro das nossas possibilidades procuramos corresponder e satisfazer o compromisso assumido com o povo.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

O SR. PRESIDENTE — A Presidência pede desculpas ao Deputado e solicita dos Srs. Deputados que sejam breves em seus apartes ou que só aparteiem os Líderes de Bancadas, uma vez que temos a inauguração do retrato do Deputado Francisco Scorsin e um compromisso no Palácio Iguaçu, às 17 e 30 horas.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço à Presidência, a lembrança do tempo. O que eu queria era um aparte longo, quase que um discurso paralelo. Porque, para dizer das qualidades de Pinto Dias, do seu caráter, do seu espírito de civismo que sempre demonstrou, nesta Casa, precisava mesmo um discurso paralelo.

Como a Presidência da Casa nos adverte de que temos ainda uma solenidade também importante para este Poder, quero neste breve aparte dizer da minha tristeza, e ao mesmo tempo da minha alegria. Tristeza porque perdemos o convívio de um grande amigo, de um homem com "h" maiúsculo, que sempre cumpriu com a palavra e seus compromissos nesta Casa e deixa lembranças muito gratas, principalmente a nós, Deputados. E nossa alegria, porque Paranavai vai ganhar um Prefeito extraordinário, tenho absoluta certeza, que V. Exa. é o prefeito que necessitava Paranavai.

Concluo, Sr. Deputado Pinto Dias, desejando a V. Exa. felicidades não só felicidades mas também que V. Exa. faça uma administração à altura da brava gente de Paranavai.

O SR. PINTO DIAS — Nobre Deputado Erondy Silvério, agradeço as palavras de V. Exa. e eu afirmo que o meu contentamento é grande em ser eleito Prefeito de minha cidade. Cidade onde, há 12 anos atrás, tive a honra de ser eleito Vereador; onde iniciei então a vida pública. Mas a minha alegria em ser Prefeito de Paranavai fica absorvida da tristeza que eu venho sentindo neste instante, pois os Senhores não imaginam, Srs. Deputados, quando um homem tem a convivência como nós tivemos, aqui, durante 12 anos, o cavalheirismo e o respeito com que fui tratado nesta Casa. E o que eu aprendi aqui, que é muito mais importante para mim; o ensinamento que esta Casa me deu. Eu saio daqui com tristeza, com emoção, porque eu deixo aqui grandes amigos. Durante 10 anos nesta Casa não deixo aqui um inimigo sequer. Tive a solidariedade de todos aqueles que aqui conviveram conosco.

O Sr. Sebastião Rodrigues Junior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Cabe a mim ao ver V. Exa. que se despede desta Casa, não deixar de recordar quando há poucos anos atrás, dois anos mais ou menos, eu me preparava para assumir uma cadeira de Deputado que generosamente o povo do Sudoeste paranaense me havia conferido, eu desconhecia quase que a totalidade dos homens que também vinham tomar seu assento nesta Casa. Saia eu do Sudoeste do Paraná, informado por um Deputado que tivera assento nesta Casa, das qualidades, da coerência, da honradez e dinidade de V. Exa. V. Exa. bem sabe disso, porque várias vezes eu tive a oportunidade de lhe relatar o episódio. Foi V. Exa. antes mesmo que se iniciasse o primeiro pe-

riodo legislativo desta Assembléia, o Deputado que eu conheci, e hoje, para tristeza minha, para tristeza da Bancada do MDB, vemos que V. Exa. se afasta desta Casa para assumir a Prefeitura de Paranavaí. Sempre ouvi do grande adversário municipal de V. Exa., que é um brilhante Deputado que passou por esta Casa e que hoje honra a representação federal do Paraná, que é o Deputado José Alencar Furtado, as mais elogiosas referências e a demonstração do maior respeito pela pessoa de V. Exa. Conferi, no convívio diário com V. Exa., aquilo tudo que, acerca de sua ilustre pessoa, nossos amigos comuns haviam contado. Hoje passo a dar pelo Paraná afora, também ao povo de minha região, o testemunho de tudo que ouvi a seu respeito. V. Exa. foi, sem dúvida, um exemplo de coerência e deixou indelevelmente marcada sua passagem por aqui. Porque é muito difícil, na vida política, ser coerente, e V. Exa. mostrou que isto é possível. V. Exa. vá para Paranavaí tranquilo para conduzir a cidade, que demonstrou seu apreço a V. Exa., ao seu destino de progresso e desenvolvimento. Saiba que pode contar com todos nós que aqui permaneceremos e deixaremos para o futuro, quando daqui sairmos, a lembrança do que é mais importante, a lembrança de que V. Exa. foi um exemplo de honradez, de coerência, de dignidade. V. Exa. honrou esta Assembléia e me sentirei honrado, daqui para frente, em poder dizer que fui muito mais que um companheiro de V. Exa. Quero reivindicar o título de ser amigo de V. Exa. Obrigado, em meu nome e em nome do MDB e temos a certeza de que Paranavaí está em boas mãos.

O SR. PINTO DIAS — Nobre Deputado Sebastião Rodrigues. V. Exa. é um exemplo, nesta Casa, de trabalho, de luta, de dedicação. Quanto à observação feita por V. Exa. com relação à nossa conduta aqui, gostaria de significar que em Paranavaí, onde disputamos as eleições com três candidatos a Prefeito pelo MDB, fizemos uma campanha com luta mas sem ressentimentos. Não há inimigos naquela cidade. Os líderes do MDB de Paranavaí, quer os que disputaram a Prefeitura com Vereadores eleitos, como o Deputado que hoje é um Líder do MDB na Câmara Federal, José de Alencar Furtado, são nossos amigos e tenho certeza de que irão colaborar com o que for correto, honesto e positivo para Paranavaí. Sei que o MDB estará lá lutando para o desenvolvimento daquela cidade.

Agradeço o aparte de V. Exa. e saio desta Casa com profunda tristeza, com o coração pequenino de um homem simples do interior que para cá veio para trabalhar e fazer alguma coisa para corresponder aos anseios do povo que em nós confiou. Espero ter cumprido com o meu dever. Se não fui mais eficiente talvez não tenha sido eu o único culpado disto. Mas nossa intenção foi boa e tenho a certeza de que tive sempre a compreensão de todos os Srs. Deputados desta Casa.

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado Pinto Dias, será um aparte de poucas palavras, mas serão palavras de entusiasmo, palavras sinceras, palavras puras, no sentido de apresentar a V. Exa., não só como Deputado, mas como amigo, os votos de que lá, em Paranavaí, continue V. Exa. com o mesmo modo de agir, com a mesma conduta, com os mesmos propósitos, como atuou, nesta Casa. Se fizer isso, Paranavaí estará de parabéns.

Leve, portanto, nosso abraço e a certeza de que V. Exa., lá, honrará, como honrou, nesta Casa, com o mandato que o povo lhe conferiu.

Receba, mais uma vez, os meus cumprimentos.

O SR. PINTO DIAS — Muito obrigado.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, todos os Deputados que integram a representação popular, tanto da ARENA, como do MDB, e como de resto os jornalistas credenciados neste Poder, os membros que integraram a Comissão Executiva, e porque não dizer todos os funcionários desta Casa, desejariam apartear-se neste instante. Mas, dada a exiguidade do tempo, quando temos que prestar uma homenagem ao ex-Presidente Francisco Escorsin, inaugurando seu retrato na Galeria de Presidentes deste Poder, e o compromisso que temos no Palácio Iguaçu, quando S. Exa., o Sr. Governador do Estado, receberá todos os Srs. Deputados que integram este Poder, rumo homenagem simples mas sincera, para agradecer toda colaboração que teve durante este ano.

Falo, com muita satisfação em nome de todos, e como dissemos há pouco ao nobre Deputado Nivaldo Krüger, quando S. Exa., como V. Exa. de despedia desta Casa, estamos possuídos de uma grande tristeza, porque sabemos admirá-lo e respeitá-lo. Muito aprendemos com V. Exa. que soube tão bem honrar o mandato que o povo lhe confiou.

Vá, V. Exa., a Paranavaí de cabeça erguida e diga ao povo do Paraná que cumpriu com sua obrigação e que correspondeu ao mandato que lhe foi conferido.

E nós, nobre Deputado, aqui ficamos sempre prontos a ajudá-lo na sua administração em tudo que estiver ao nosso alcance, porque sabemos que sua administração marcará uma época de desenvolvimento para Paranavaí, um dos grandes municípios do Paraná. Nesta Casa, V. Exa. poderá contar conosco e aqui ficará um representante de seu Município, o nobre Deputado Wilson Fortes. E temos a certeza que V. Exa. corresponderá à confiança que mereceu daquele povo.

Receba, pois, em meu nome pessoal, e em nome da Liderança, os nossos votos de felicidade pessoal a V. Exa., à sua família, e que V. Exa. possa realizar muito a favor daquele município, e, quiçá, a favor do Paraná.

O SR. PINTO DIAS — Nobre Deputado João Mansur, agradeço a solidariedade de V. Exa.

V. Exa. está sendo neste instante além de Líder da Bancada da ARENA, também porta voz do MDB desta Casa, e falou também em nome dos funcionários da Assembléia Legislativa do Paraná.

Devo dizer, Sr. Deputado João Mansur, que desde o primeiro dia em que aqui comecei atuar, recebi da Bancada de Imprensa, do Comitê de Imprensa desta Casa, sempre sua solidariedade, sempre mantivemos o melhor trato com os jornalistas credenciados, nesta Casa. Quero, nesta oportunidade, agradecer, de coração, aos jornalistas que sempre nos compreenderam e sempre prestaram sua solidariedade ao nosso trabalho.

Aos funcionários deste Poder, a todos aqueles que trabalham nesta Casa, do mais humilde ao mais graduado, aqueles que talvez não tivemos a oportunidade de conversar pessoalmente, queremos deixar registrado nos Anais desta Casa o nosso agradecimento pelo muito que fizeram durante o período que aqui estivemos como Deputado, pela ajuda que nos deram, principalmente, aqueles que trabalham, quase que dia e noite, no Departamento de Assistência Social.

Aos Deputados que compõem a Mesa desta Casa queremos que fique registrado o nosso agradecimento, pois sempre tive da Mesa da Assembléia Legislativa a melhor boa vontade.

Sabemos que o tempo é escasso e sei da responsabilidade que os Srs. Deputados têm dentro de alguns minutos, porém, queremos nos despedir dizendo aos colegas que estaremos lá em Paranavaí e que todos poderão con-

tar com aquela cidade do Noroeste. Paranavaí é uma cidade boa, seu povo é extraordinário e sabemos que iremos contar sempre com este Poder e seus Deputados. O meu muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao Sr. 1.º Secretário que faça a leitura da Sinopse dos trabalhos realizados durante 1.º de agosto até esta data. (O Sr. 1.º Secretário procede à leitura da Sinopse) (A sinopse acha-se transcrita no final desta Ata).

O SR. PRESIDENTE — (Lendo): Srs. Deputados, entendemos que os dados numéricos que acabam de ser anuciados, somados aos do período anterior, são altamente expressivos como demonstração quantitativa dos trabalhos desta Casa. Todavia, não nos parece que sejam suficientemente elucidativos quanto à qualidade do que realizou a Assembléia, no decurso da etapa de atividades que hoje finda.

Por isso mesmo, propõe-se a Mesa a suprir com esclarecimentos verbais o vazio qualitativo aparente, que a frieza dos números não logrou preencher.

Cabe salientar, portanto, que a Assembléia Legislativa, quando a isso solicitada, sempre propiciou ao Poder Executivo os instrumentos legais de que este careceu para o melhor exercício de sua ação administrativa. As medidas propostas pelo Sr. Governador do Estado mereceram, quase que invariavelmente, a aprovação desejada, sem que se pousasse esta Casa do dever de analisar detidamente cada proposição, em sua forma e em seu conteúdo, aprimorando-a se necessário e quando possível.

Propondo lei, sugerindo providências, não negando elogios merecidos, não se furtando a críticas alertadoras e pertinentes, desincumbiu-se o Legislativo Estadual dos encargos que os imperativos constitucionais lhe conferem. E o fez bem, entendemos nós outros, os membros da Mesa.

E, se assim foi, cabe crédito a todos e a cada um dos Srs. Deputados. Membros da ARENA ou integrantes do MDB, apoiando ou se opondo, louvando ou recriminando, com o uso da palavra ou o emprego do voto, atendendo orientação partidária ou como decorrência do livre convencimento de toda maneira os Srs. Deputados cumpriram com o seu dever e, mais que tudo, buscaram corresponder com integral fidelidade à confiança popular que os sufragou.

É oportuno e justo, também, destacar a valiosa e indispensável colaboração dos funcionários da Secretaria, atentos, prestimosos e eficientes que são. Seu permanente zelo e dedicação, a Mesa faz questão de ressaltar e louvar.

Em seguida, vamos suspender a sessão, até que seja lavrada a ata dos trabalhos de hoje, a ser aprovada ainda nesta reunião, como determina o Regulamento Interno.

(É suspensa a Sessão).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão. Antes da leitura da Ata, a Mesa convida os Srs. Deputados a comparecerem após a Sessão, ao Salão Nobre, onde terá lugar a inauguração na Galeria dos ex-Presidentes, do retrato do colega Francisco Escorsin.

Solicito ao Sr. 2.º Secretário que proceda à leitura da Ata.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (procede à leitura da Ata).

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Ata que acaba de ser lida — Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão e encerro também, o período ordinário de sessões, da 2.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7.ª Legislatura.

Ressalvada a possibilidade de convocação extraordinária os Srs. Deputados voltarão a se reunir à Hora Regimental, no dia 27 de fevereiro de 1973, em Sessão preparatória de Instalação da 3.ª Sessão Legislativa, oportunidade em que se procederá à eleição destinada à renovação da Mesa, tudo na conformidade do que estabelece o Art. 12 do Regulamento Interno, combinado com o Art. 15 da Constituição Estadual, redação dada pela Emenda n.º 4. Levanta-se a sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MUGGIATI FILHO, NA SESSÃO DE 5 DE DEZEMBRO DE 1972

"Neste dia de galas, pelo oitavo aniversário do Tribunal de Alçada da Guanabara, e pelo encerramento feliz do vosso II Encontro, trago-vos — meus nobres colegas — a simpatia, a solidariedade e o aplauso dos juizes do Supremo Tribunal Federal.

Fago-o de cabeça fria, como se quer sempre a do magistrado encarnado nas rotinas forenses. O duplo motivo que nos congrega aqui marca uma hora de inspiração jurídica e cívica. Como que um clarim desesperado, que rebate para a meditação sobre as grandezas e as misérias da carreira que abraçamos. Já constitui fatigado lugar-comum ouvir que exercemos alto e nobre sacerdotio e, por isso, poderíamos invocar as palavras do famoso orador sacro de nossa língua, em relação aos que servem de sal da terra para a preservação da sociedade.

Se esta hora se impregna de elevação espiritual, não menos sugestivo é o lugar — esta sala "belle epoque", onde funcionou, durante 50 anos, cercado de vitrais, como as catedrais venerandas, o Supremo Tribunal Federal, continuando as tradições augustas do Supremo Tribunal de Justiça de 1823. que, por sua vez, restaurou a obra daquela Casa de Suplicação do Brasil, plantada nesta Guanabara, em 1808, por D. João VI e por ele arrancada de suas raízes às vésperas de seu regresso para Lisboa.

O coração comovido sonha que, nas horas de silêncio, quando cessa todo o rumor de vossas fecundas tarefas e a cidade adormece, talvez ainda se possa ouvir o eco longínquo dos debates carregados de vivacidade, entre Pedro Lessa e Epitácio, nas grandes crises nacionais, que tantas vezes repercutiram aqui pelo verbo imortal de Rui Barbosa.

Quantos juizes de prol, quantos advogados luminosos pelejaram dentro deste âmbito a velha e interminável batalha da Justiça contra a iniquidade, o duelo eterno da autoridade e da liberdade."

Que esses ecos remotos se não extinguam nunca! Que neste país embragado pela euforia das expansões demográfica e tecnológica, ninguém — ricos e pobres, os potentes e os et coeterna da vida — ringuem se esqueça de que não há desenvolvimento contínuo e durável fora do estado de Direito, onde só mandam as leis e não os homens.

E por elas e para elas que existimos há mais de 400 anos, neste país, desde que o primeiro governador geral do Brasil desembarcou ao lado do primeiro-ouvidor e, depois, há mais de 350 anos, um Tribunal de Relação passou a funcionar na minha vetusta Bahia.

Nestes tempos de automação, quando os juristas jovens entram em efervescência, com as possibilidades imensas da cibernética, e falam de prodi-

gios mnemotécnicos dos computadores, aplicados aos pretórios, teremos de responder-lhes com muito carinho, para não decepcioná-los, que nós, os juizes, somos e seremos incorrigíveis arteisões do Direito, no trabalho manual de recortar, esculpir e polir cada solução, uma a uma, porque a Justiça, a despeito do entusiasmo cálido dos moços, não poderá ser produzida acondicionada e distribuída em série, monotonamente padronizada, como as mercadorias da rua da Alfândega.

Dentro de nossas togas negras e tristonhas, seremos inevitáveis como a própria iniquidade e como o próprio arbitrio dos poderosos, porque dum e doutro promanou a necessidade de nosso artesanato. Permaneceremos artífices meticulosos, minudentes e compassados na arte caprichada de criar o Direito, como legisladores do caso concreto. Ao labor de nossas mãos, pintaremos imaginação, simpatia e caridade para todos os homens. Porque não é artesão nem juiz, o indiferente, o sádico, o leguleio de coração murcho e sensibilidade gelada.

Decerto, nesse vosso Encontro, praticastes de tudo isso, como artistas do Direito aplicado, na moldagem do bronze bruto das leis à solução específica de cada caso. A vós poderia ser endereçada a ordem do dia de Bonaparte aos soldados que conduziu de vitória em vitória, dos Alpes as planícies férteis do Norte da Itália — "exaustos, famintos e esfarrapados".

Não vos queixais por isso, reconfortados dentro da consciência pelas alegrias do dever cumprido no único país do mundo ocidental e de nosso tipo de cultura, talvez, em que nos tempos atuais os juizes podem ser demitidos ou aposentados de plano, sem defesa, recurso ou motivação expressa. Pouco importa que essa espada de Damocles não tenha sido empunhada pelo menos no governo atual. Ela existe em seu estado potencial.

Não estais intimidados. Mas sem medo nem mancha, como cavaleiro medieval, continuais a garantir o cidadão contra os abusos do Estado e da prepotência. O respeito e a confiança que vos tributam em todos os recantos do Brasil são o prêmio da vossa bravura serena, sem vacilações nem fanfarronadas.

Talvez no futuro um historiador desta fase reivindique para vós o reconhecimento lapidado de Churchill, para outros que não temeram o sacrifício por fidelidade ao dever: "Nunca tantos deveram tanto a tão poucos". Assim tendes sido até hoje e a nação está certa de que continuareis assim pelo futuro afora. Vós sois os mesmos. Ela é que mudou.

SINOPSE

SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA

Sétima Legislatura

SINOPSE DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS E ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO ORDINÁRIO COMPREENDIDO ENTRE 1.º DE AGOSTO A 5 DE DEZEMBRO DE 1972

Presidente — Dep. Wilson Fortes
1.º Secretário — Dep. Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Dep. Quíelise C. Silva

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA

Sinopse dos Trabalhos Legislativos e Administrativos da Segunda Sessão Legislativa da Sétima Legislatura período compreendido entre 1.º de agosto a 5 de Dezembro de 1972.

Sessão de Instalação	1
Sessões Solenes	3
Sessões Ordinárias	119
Sessões Extraordinárias	87
Projetos de Lei Apresentados	75
Projetos de Lei Aprovados	120
Projetos de Lei Sancionados pelo Sr. Governador	69
Projetos de Lei Vetados pelo Sr. Governador	84
Projetos de Lei Rejeitados	26
Projetos de Resolução Apresentados	4
Projeto de Resolução Aprovados	23
Requerimentos dos Srs. Deputados	269
Votos de Pesar inseridos em ata	34
Votos de Congratulações Aplausos e Regozijo inseridos em ata	49
Mensagens do Sr. Governador do Estado	33
Ofícios do Sr. Governador do Estado	81
Ofícios das Camaras Municipais	7
Ofícios das Prefeituras Municipais	2
Ofícios de Diversos	31
Resoluções Promulgadas pelo Sr. Presidente	29
Telegramas	3
Visitas Ilustres	11
Decretos Legislativos	145
Portarias baixadas pelo Sr. Diretor Geral	103

Curitiba, 5 de dezembro de 1972.

MESA

Presidente — Wilson Fortes
1.º Vice-Presidente — Antonio Costa
2.º Vice-Presidente — Nelson Bufara
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quíelise Crisóstomo
3.º Secretário — Domício Scaramella
4.º Secretário — Rosário Pitelli

SECRETARIA GERAL

Diretor Geral — Fausto Luiz Abry
Diretor do Dep. Administrativo — Francisco Dranka
Diretor do Dep. Legislativo — José T. Canto Filho

DEPUTADOS ESTADUAIS

Wilson Fortes
Antonio Costa

Nelson Bufara
Ivo Tomazoni
Quíelise Crisóstomo
Domício Scaramella
Rosário Pitelli
Aguinaldo P. Lima
Alvaro Dias
Antonio Belinatti
Antonio Lopes Junior
Antonio Maciel
Arizone Araujo
Armando Queiroz
Artur de Souza
Basilio Zanusso
Borsari Neto
Candido Martins de Oliveira
David Federman
Emilio Carazzai
Erondy Silvério
Fabiano Braga Cortes
Francisco Escorsin
Fuad Nacli
Gabriel Manoel
Gilberto Carvalho
Hélio Manfrinato
Igo Losso
João Fadel
João Mansur
Jorge Sato
Lazaro Dumont
Leopoldo Jacomel
Marciano Baraniuk
Mauricio Fruet
Mugiatti Filho
Nivaldo Kruger
Odilon Reinardt
Ovidio Luiz Franzoni
Paulo Camargo
Paulo Poli
Pinto Dias
Sebastião Rodrigues Junior
Santos Lima
Wilson Brandão
Xenofonte Villanueva
Luiz Roberto Soares

CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES

Comissão de Constituição e Justiça

Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruet — Vice-Presidente

Santos Lima
Ovidio Franzoni
Erondy Silvério
Emilio Carazzai
Igo Losso
Cândido Martins de Oliveira
Luiz Roberto Soares
Mugiatti Filho

Comissão de Orçamento

Jorge Sato — Presidente
Nivaldo Kruger — Vice-Presidente
Paulo Poli
Fabiano B. Cortes
Basilio Zanusso
Fuad Nacli
Borsari Neto

Comissão de Finanças

Fuad Nacli — Presidente
Antonio Belinatti — Vice-Presidente
David Federman
Leopoldo Jacomel
Antonio Lopes Junior
Odilon Reinhardt
João Fadel

Comissão de Obras Publ. Transp. e Comunicações

Borsari Neto — Presidente
Hélio Manfrinato — Vice-Presidente
Lázaro Dumont
Xenofonte Vilanueva
Gabriel

Comissão de Agricultura Indústria e Comércio

Antonio Maciel — Presidente
Hélio Manfrinato — Vice-Presidente
Lázaro Dumont
Francisco Escorsin
Marciano Baraniuk

Comissão de Terras Colonização e Imigração

Arizone Araujo — Presidente
Sebastião Rodrigues — Vice-Presidente
Francisco Escorsin
Xenofonte Vilanueva
Marciano Baraniuk

Comissão de Redação

Candido Martins de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias — Vice-Presidente
Basilio Zanusso
Antonio Maciel
Gabriel Manoel

Comissão de Polícia

Aguiraldo Pereira Lima — Presidente
Antonio Belinati — Vice-Presidente
Paulo Poli
Wilson Brandão
Antonio Maciel

Comissão de Saúde Pública

David Federman — Presidente
Arizone Araújo — Vice-Presidente
João Fadel
Xenofonte Vilanueva
Mauricio Fruet

Comissão de Tomada de Contas

Paulo Poli — Presidente
Mauricio Fruet — Vice-Presidente
Aguinaldo Pereira Lima
Francisco Escorsin
Leopoldo Jacomel

Comissão de Instrução Pública

Antonio Lopes Junior — Presidente
Alvaro Dias — Vice-Presidente
Arizone Araújo
Cândido Martins de Oliveira
Gabriel Manoel

Comissão de Turismo

Xenofonte Vilanueva — Presidente
Sebastião Rodrigues — Vice-Presidente
Marciano Baraniuk
Jorge Sato
Odilon Reinhardt

ATIVIDADES LEGISLATIVAS

VOTOS DE PESAR

Dia	Súmula
23.11.72	Do Sr. Antonio Costa, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Francisco de Souza.
1.º.12.72	Do Sr. Fuad Nacli, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Antonio Martini.
4.12.72	Do Sr. Antonio Costa, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Rosa Romanus.
20. 9.72	Do Sr. Igo Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Elias Jorge.
28. 9.72	Do Sr. Aguinaldo P. Lima, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Urias.
29.09.72	Do Sr. Erondy Silvério, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento de Wenceslau G. Netto.
09.10.72	Do Sr. Fabiano Braga Cortes, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Laurinda Macedo Xavier Villanueva.
09.10.72	Do Sr. Erondy Silvério, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Tereza Smaniotto Marchiorato.
11.10.72	Do Sr. Antonio Costa, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Eduardo Xavier da Veiga.
11.10.72	Do Sr. Gilberto Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Basilio Ravanhoi.
12.10.72	Do Sr. Domicio Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Baggio.
24.10.72	Do Sr. Borsari Netto, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário deste Poder Clodoveu de Paula.
27.10.72	Do Sr. Ovidio Franzoni, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Nicolau.
20.11.72	Do Sr. Fuad Nacli, solicitando a inserção de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Jorge Radziminski.
24.11.72	Do Sr. Wilson Fortes, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Luiz Dalcanalle Filho.
27.11.72	Do Sr. Odilon Reinhardt, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Dalcanalle.
05.07.72	Solicita um voto de pesar pelo falecimento do sr. Benjamim A. Feitosa — Dep. Jorge Sato.
02.08.72	Solicita um voto de pesar pelo falecimento do sr. Avelino Stelatto — Dep. Rosário Pitelli
03.08.72	Solicita um voto de pesar pelo falecimento do sr. Francisco Ribeiro — Dep. Gabriel Manoel.
07.08.72	Solicita um voto de pesar pelo falecimento da sra. Maria Fatuch — Dep. Fuad Nacli.
07.08.72	Solicita um voto de pesar pelo falecimento da sra. Aglair Kluppel. — Dep. João Mansur.
05.08.72	Solicita um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lourdes Garcia. — Dep. Ovidio Franzoni.
10.08.72	Solicita um voto de pesar pelo falecimento do sr. Olinto Muzzullon. — Dep. Igo Losso.
28.08.72	Do Sr. João Mansur, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr.: Pedro Slonik.

29.08.72	Do Sr. Nelson Bufara, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bogdano Nestor Kobilianski.
11.09.72	Do Sr. Gilberto Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Brischiliari.
12.09.72	Do Sr. Marciano Baraniuk, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Balan.
12.09.72	Do Sr. Leopoldo Jacomel, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Reginato Souza.
12.09.72	Do Sr. Cândido Martins de Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ?
13.09.72	Do Sr. Domicio Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Egidio Michalser
15.09.72	Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Carlos Goulart.
25.09.72	Do Sr. Quielsen C. da Silva, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Atanagildo de Souza Laio.
25.09.72	Do Sr. Domicio Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Dr. José Moscalewski, ocorrido nesta Capital.
25.09.72	Do Sr. Luiz Roberto Soares, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Cassiana Machado.

VOTOS DE CONGRATULAÇÕES, REGOZIO E LOUVOR

SÚMULA

21-11-72	— Do Sr. Igo Losso solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Rádio Cultura do Paraná, pela cobertura dada ao último pleito eleitoral.
20-11-72	— Do Sr. Erondy Silvério, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações aos srs. Paulo Pimentel, ao Ministro Cândido Mota Filho e a todas as Emissoras de televisão do País pela escolha do Dr. Paulo Pimentel, para o cargo de Presidente do Conselho Consultivo da ABRATE.
22-11-72	— Do Sr. Wilton Fortes, solicitando a inserção em ata de um voto de Regozio, pela posse do Desembargador Isidoro Brzezinski, no Cargo de Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.
22-11-72	— Do Sr. Muggiati Filho, solicitando a inserção em ata de um voto de Reconhecimento ao Sr. Presidente da República, pelo advento Legal da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas.
24-11-72	— Do Sr. Antônio Lopes Júnior, solicitando um voto de aplausos ao Governo Parigot de Souza, pelo transcurso do 1.º Aniversário.
29-11-72	— Do Sr. Antônio Lopes Júnior, solicitando a inserção em ata de um voto de aplauso, pela nomeação do Cel. Waldemar Osvaldo Bianco ao Cargo de representante da DENTEL, no Paraná.
29-11-72	— Do Sr. Igo Losso, solicitando um voto de regosio, pelo transcurso do cinquentenário de fundação da Colônia Leta.
4-12-72	— Do Sr. Aguinaldo P. Lima, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações a Paulo Sá Produções, Artísticas pela brilhante encenação da peça "Via Crucis".
4-12-72	— Do Sr. Mauricio Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações, ao Jornal "Diário Popular" pela aquisição de nova maquinaria.
29-9-72	— Do Sr. Quiêlse Crisóstomo da Silva, solicitando a inserção em ata de um voto de regozio, pelo transcurso nesta data do Centenário de nascimento do Professor Elysio de Oliveira Viana.
29-9-72	— Do Sr. Jorge Sato, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações a Fundação Telepar na forma que especifica.
29-9-72	— Do Sr. Igo Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de regozio, pelo transcurso nesta data do centenário do nascimento do Sr. Professor Elisio de Oliveira Viana.
11-10-72	— Do Sr. Mauricio Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Colégio Santa Maria por ter se consagrado Campeão dos Jogos Maristas.
12-10-72	— Do Sr. Fabiano B. Cortes, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações, pelo transcurso do 63.º aniversário do Coritiba Futebol Club.
12-10-72	— Do Sr. Erondy Silvério, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações pelo transcurso do 63.º Aniversário do Coritiba Futebol Club.
12-10-72	— Dos Srs. Wilson Fortes e Antônio Maciel, solicitando a inserção em ata de um voto de regozio, pelo transcurso no dia de hoje de Dia do Agrônomo.
24-10-72	— Do Sr. Fabiano Braga Cortes, solicitando a inserção em ata de um voto de regozio, pela vinda em data de amanhã ao nosso Estado do Senhor Presidente da República.
6-11-72	— Do Sr. Mauricio Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de regozio, pelo transcurso do 50.º aniversário de fundação da Sociedade de Agricultura, União de Rio Negro.
6-11-72	— Do Sr. João Mansur, solicitando a inserção em ata de um voto de regozio, pelo transcurso do 40.º aniversário de fundação da firma Hermes Macedo S.A.
10-11-72	— Do Sr. Mauricio Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de regozio, pela comemoração do 1.º Centenário da Imigração Italiana no Paraná.
10-11-72	— Do Sr. Igo Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de regozio, pelo transcurso do 25.º aniversário de fundação do município de Porto Amazonas.
13-9-72	— Do Sr. Erondy Silvério, solicitando a inserção em ata de um voto de aplauso às alunas da 4.ª. Série do Colégio Cajuru por terem escolhido o Guarda Sinalheiro Miguel Renato Costa, como Parazinho da referida Turma.
13-9-72	— Do Sr. Domicio Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor, ao Sr. Ministro dos Transportes pelos motivos que especifica.
13-9-72	— Do Sr. João Fadel, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao Jornal "Diário Popular", pela sua linha de conduta.
13-9-72	— Do Sr. Mauricio Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de regozio, pela passagem do Dia da Imprensa ocorrido em 10 do corrente.
14-9-72	— Do Sr. Paulo Poli, solicitando a inserção em ata de um voto de aplauso aos Srs. Secretário de Segurança e Diretor da Polícia Civil, pelos motivos que especifica.
25-9-72	— Do Sr. Rosário Pitelli, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações, a TV Coroados, pela passagem do seu 9.º aniversário.

26-9-72 — Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo, ao escritor paranaense José Maria Orreda, pela edição do seu último livro denominado Irati.

26-9-72 — Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo, pela passagem no último dia 21. do jubileu de ouro do Instituto de Educação do Paraná.

26-9-72 — Do Sr. Wilson Brandão solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Jorral "Folha do Norte" da cidade de Maringá.

23-9-72 — Dr. Sr. Wilson Brandão, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações pela passagem do 60.o aniversário do Município de Mallet.

28-9-72 — Do Sr. Wilson Brandão, solicitando a inserção em ata de um voto de aplausos, à Indústria de Máquinas Maringá Ltda.

29-9-72 — Do Sr. Wilson Fortes, solicitando a inserção em ata de um voto de aplausos aos Srs. Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, e Presidente da UPI, pela brilhante organização do VI Congresso Brasileiro de Assembleias Legislativas.

29-9-72 — Do Sr. Wilson Fortes, solicitando a inserção em ata de um voto de aplausos ao Sr. Governador do Estado do Ceará, pela realização do Congresso de Assembleias realizado no seu Estado.

5-7-72 — Solicita Voto de Congratulações aos Srs. Ministro dos Transportes e Diretor do Departamento Nacional dos Portos e Vias Navegáveis — Dep. Nelson Buffara.

1-8-72 — Solicita um voto de regozijo pela posse de Dom José Martinez, na Eparquia de São João Batista de Curitiba — Dep. Marciano Baraniuk e outros.

3-8-72 — Solicita um voto de congratulações ao cineasta paranaense Silvio Back — Dep. Nivaldo Krüger.

7-8-72 — Solicita um voto de regozijo pelo transcurso do 69.o aniversário da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil — Dep. Igo Losso.

7-8-72 — Solicita um voto de aplauso ao "Jornal da Cidade", da TV Iguaçu — Dep. Maurício Fruet.

8-8-72 — Solicita um voto de regozijo pela passagem em data de amanhã do centenário de fundação do Clube Literário de Paranaguá — Dep. Nelson Buffara.

10-8-72 — Solicita um voto de louvor ao Sr. Secretário do Interior e Justiça, pela programação alusiva ao Dia do Encarcerado — Dep. João Fadel.

11-8-72 — Solicita um voto de louvor ao Município de Prudentópolis, que comemora no dia 12 do corrente, 66 anos de fundação — Dep. João Mansur.

15-8-72 — Solicita um voto de aplauso ao corredor brasileiro Emerson Fittipaldi — Dep. Maurício Fruet.

16-8-72 — Solicita um voto de louvor ao professor Osni Antonio Dacol, Diretor do Colégio Estadual do Paraná — Dep. Quielise Crisóstomo.

28-8-72 — Do Sr. Fabiano B. Cortes, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Diretoria da Copel pelos trabalhos realizados no Município de Morretes.

29-8-72 — Do Sr. João Fadel, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Professor Herley Mehl.

31-8-72 — Do Sr. Ovidio Franzoni e outros, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Dr. Justino Alves Pereira, pela sua investidura no cargo de Chefe do Gabinete do Ministério da Saúde.

11-9-72 — Do Sr. Nelson Buffara, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo, ao vencedor do Campeonato de Automobilismo Mundial, Emerson Fittipaldi.

11-9-72 — Do Sr. João Mansur, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Coritiba Futebol Clube, pela conquista do bicampeonato paranaense de futebol.

RESOLUÇÕES PROMULGADAS PELO SENHOR PRESIDENTE

SUMULA

28-72 — Aprovando o convênio celebrado entre o Banco Nacional de Habitação, Governo do Estado do Paraná, Banco do Estado do Paraná S.A., Secretaria de Viação e Obras Públicas e a SANEPAR.

29-72 — Aprovando o convênio celebrado entre o Estado do Paraná e Santa Catarina conforme específica.

30-72 — Aprovando em todos os seus termos o convênio celebrado em 9-12-71, entre o Departamento Estadual de Trânsito e o Município de Curitiba, conforme disposto no Art. 37. do Regulamento Nacional de Trânsito.

31-72 — Dando nova redação ao Art. 2.o e seus parágrafos da Resolução n. 19-69, de 15-8-69.

32-72 — Aprovando os termos do convênio celebrado entre a Secretaria da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, e dá outras providências.

33-72 — Dando nova redação ao art. 1.o da Resolução n. 2-66 de outubro de 1.966.

34-72 — Aprovando convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a União Federal para os fins que específica.

35-72 — Instituído concurso destinado a divulgar a importância do Poder Legislativo no desenvolvimento do Estado do Paraná e dá outras providências.

36-72 — Autorizando a Comissão Executiva da Secretaria deste Poder, a instituir medalhas alusivas como prêmio pela participação de estudantes paranaenses no Projeto Rondon e dá outras providências.

17-72 — Aprovando o termo de convênio celebrado em 29-7-70 entre o IBC, através do GERCA e o Governador do Estado do Paraná, para a implantação do Instituto Agrônomo do Norte do Paraná.

18-72 — Aprovando o termo de acordo n. 23-71, celebrado em 13-10-71, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinada a realização do Curso de Administração de Serviços de Saúde.

19-72 — Aprovando os termos de acordo firmado entre o Estado do Paraná e a SUDESUL, celebrado em 13-10-71 destinada para os fins que específica.

20-72 — Aprovando o termo do acordo firmado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Planalto.

21-72 — Aprova o termo do acordo n. 27-71 celebrado entre o Estado do Paraná e a SUDESUL, destinado a dinamizar o Fundo de Água e Esgoto — FAE, do Estado do Paraná.

22-72 — Aprovando em todos os seus itens, o acordo entre o Estado do Paraná e a SUDESUL, que envia a obtenção do Mapa Pedológico adotado pela Comissão dos Recursos Naturais (CERENA).

23-72 — Aprovando o termo do acordo n. 24-71 celebrado entre o Estado do Paraná e a SUDESUL, destinado a realização do 1.o Curso de Auxiliares de Estatística de Saúde e Registro Hospitalares.

24-72 — Aprovando convênio celebrado entre o DER, e a Prefeitura de Curitiba, objetivando execução de serviços de construção e conservação das vias de acesso a esta Capital.

25-72 — Aprovando o termo aditivo de retificação de cláusulas do convênio firmado em 25-2-70, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. dos Negócios de Agricultura e a Prefeitura Municipal de Curitiba objetivando conservação e Planificação de Jardim Botânico desta Capital.

26-72 — Dispondo sobre a realização dos trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado, até o dia 17 de novembro de 1.972.

27-72 — Aprovando o convênio celebrado em 3-12-71 entre o IPASE e o IPE.

VISITAS AO PODER LEGISLATIVO

5-7-72 — A Presidência anuncia com satisfação a presença em Plenário dos Srs. Deputado Federal pelo MDB Alencar Furtado, Prefeito Municipal de Porecatu e do Sr. Jamil Buffara, membro do Congresso Nacional do Líbano.

11-8-72 — A Mesa registra com satisfação a presença no Plenário desta Casa dos Srs. Cássio Macedo, Wilson Ribeiro e José Moscaleski, componentes da Diretoria do Instituto de Engenharia do Paraná.

29-8-72 — A Presidência registra com satisfação a presença em Plenário do Deputado Federal Arnaldo Busato.

12-9-72 — A Presidência registra com satisfação a presença em Plenário desta Casa do Sr. Ronaldo Tramuja, candidato a prefeito do Município de Francisco Beltrão.

26-9-72 — A Presidência registra com satisfação no Plenário deste Poder de um Grupo de escolares do Colégio Ermelino de Leão desta Capital.

11-10-72 — O Sr. Presidente anuncia a presença em Plenário do Coral Vila Lobos, da União Juventude Estudantil de Presidente Prudente.

11-10-72 — O Sr. Presidente anuncia com satisfação a presença em Plenário do Sr. Presidente da Arena do Município de Guaraniáçu.

13-10-72 — A Presidência anuncia a presença do Plenário do Sr. Professor Calisto Medeiros, Professora Ivonete Bogado e Senhorita Márcia Cordeiro de Paula.

27-10-72 — A Presidência anuncia com satisfação a presença em Plenário de um Grupo de alunas do Colégio Estadual de Campo Comprido.

21-11-72 — A Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença no Plenário da Casa do Sr. Piratan Araújo ex-Deputado Estadual.

29-11-72 — A Mesa registra com satisfação a presença em Plenário do Sr. Deputado Federal Antônio Anibelli.

SESSÕES SOLENES

DIA

17-8-72 — É realizada pela Comissão Executiva Sessão Especial destinada a homenagear o Dia do Advogado e ao aniversário de instalação dos cursos Jurídicos no Brasil.

1.o-9-72 — É realizada Sessão Solene comemorativa ao Sesquicentenário da Independência do Brasil.

23-11-72 — É realizada Sessão Solene destinada a entrega do Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Dr. João Batista Focaccia.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

DECRETOS LEGISLATIVOS

N.

SÚMULA

454-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Almir de Oliveira Santos, funcionário da Secretaria deste Poder e dá outras providências.

455-72 — Mandando incorporar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Maria do Carmo de Oliveira, funcionária deste Poder.

456-72 — Mandando incorporar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Josina Pereira, funcionária deste Poder.

457-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Hilda Mathieu Blanc, funcionária da secretaria deste Poder.

458-72 — Colocando a disposição do Congresso Nacional a funcionária Wilma Wambier Gusso, funcionária da secretaria deste Poder.

459-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Jahir Dalagassa, funcionário da Secretaria deste Poder.

460-72 — Autorizando a funcionária deste Poder, Elcy da Silva Batista, a prestar serviços extraordinários percebendo a gratificação correspondente.

444-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais tempo de serviço em favor de Luiz Fernando Tatara Ribas, funcionário da Secretaria deste Poder.

445-72 — Concedendo a José Ari Valério, funcionário da Secretaria deste Poder, três meses de Licença Especial a que tem direito.

446-72 — Retificando o Decreto Legislativo n. 84-66 de 11 de março de 1966.

447-72 — Concedendo Licença sem Vencimentos a Clévis Freitas, funcionário da Secretaria deste Poder.

448-72 — Mandando incorporar para todos os efeitos legais tempo de serviço em favor de Maria Dolores Tulio Barvik, funcionária deste Poder.

449-72 — Mandando incorporar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ana Cristina de Souza, funcionária deste Poder.

450-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais tempo de serviço em favor de Rubens Padilha Mendes, funcionário deste Poder.

451-72 — Autorizando a prestar serviços extraordinários a funcionária deste Poder, Lidia Muchinski.

452-72 — Revogando o Dec. Leg. n. 471-70, de 30 de setembro de 1.970, na parte que se refere à funcionária deste Poder, Euménia de Oliveira.

426-72 — Colocando a disposição do DENTEL neste Estado, o funcionário deste Poder, José Rosa Filho.

427-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais tempo de serviço em favor de Eduardo Elias Tomé, funcionário deste Poder.

428-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ayrton Alves Aranha, funcionário deste Poder.

429-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José Rosa Filho, funcionário deste Poder.

430-72 — Mandando pagar a Wilson Kaiel, funcionário deste Poder, a gratificação a que o mesmo tem direito.

431-72 — Autorizando o funcionário deste Poder, Celso Aparecido de Castro a prestar serviços extraordinários e dando outras providências.

432-72 — Revogando o Dec. Leg. n. 410-72 de 2 de outubro de 1.972 e dá outras providências.

- 433-72 — Designando os funcionários Durval Daros, Alfredo Presta e Wilson Kaiel, para sob a presidência do primeiro constituírem Comissão de Inquérito com a finalidade de apurar irregularidades atribuídas a Brígida Lobo Kolarovics, funcionária deste Poder.
- 434-72 — Revogando o item I do Dec. Leg. n. 418-71 de 16 de agosto de 1971, e dá outras providências.
- 435-72 — Revogando o Dec. Leg. n. 324-71, de 23 de junho de 1.971 e dá outras providências.
- 436-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Manoel Maia Júnior, funcionário deste Poder.
- 437-72 — Reajustando a pensão concedida a Ester Gomes do Amaral.
- 438-72 — Autorizando a prestação de serviços extraordinários pelo funcionário deste Poder, José Ary Valério.
- 439-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Maria Menegusso, funcionária deste Poder.
- 440-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto, funcionário deste Poder.
- 441-72 — Designando o funcionário José Renato Duarte, para compor a Comissão revisora instituída pelo Dec. Leg. n. 389-72 em substituição ao funcionário Dario F. Darif.
- 442-72 — Concedendo a Rosalina P. Santin, funcionária deste Poder, reajuste nos seus vencimentos.
- 408-72 — Autorizando ao funcionário deste Poder, a prestar serviços extraordinários, Sr. Luiz Carlos Martins de Araujo, conforme especifica.
- 409-72 — Designando Francisco Bubiniak, para exercer a função de Motorista no Gabinete da Primeira Secretaria deste Poder.
- 410-72 — Atribuindo a Ophir Fibelino de Souza a gratificação de função a que o mesmo tem direito.
- 411-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Dorizon Salgado Bueno, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 412-72 — Revogando o Dec. Leg. n. 367-72, de 31 de agosto de 1.972 e dando outras providências.
- 413-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Luiz Carlos Licheski, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 414-72 — Designando Dario F. Darif, funcionário da Secretaria deste Poder, para exercer as funções de Chefe da Div. de Assistência Técnico Administrativa.
- 415-72 — Autorizando o pagamento de gratificação à funcionária deste Poder, Maria Leonilda Rocha.
- 416-72 — Autorizando o pagamento de gratificação à funcionária deste Poder, Irani Carini.
- 417-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Sofia Kolososki, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 418-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Sofia Kolososki.
- 419-72 — Autorizando a funcionária deste Poder, Zildete Teixeira, a prestar serviços extraordinários e dando outras providências.
- 420-72 — Revogando o Dec. Leg. n. 520-71 de 27 de outubro de 1971, e dando outras providências.
- 421-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Jayro Camargo, funcionário deste Poder.
- 422-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Wilma Wambier Gusso, funcionária deste Poder.
- 423-72 — Mandando incorporar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Clemetilde Delfina Bortolon e dando outras providências.
- 424-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Acir Villatore, funcionário deste Poder.
- 425-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Casemiro Marques, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 390-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Alceu Ramos, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 391-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Cecilia K. Stuart, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 392-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Duílio Dias, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 393-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Lázaro da Silva, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 394-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Maria Menegusso, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 395-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Sebastião de Cristo, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 396-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Clarice F. Miranda, funcionária deste Poder.
- 397-72 — Mandando incorporar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Adairton Borges dos Santos, funcionário deste Poder.
- 398-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Marlene Couto de Cristo, funcionária deste Poder.
- 399-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Iracilda Silva.
- 400-72 — Designando para exercer as funções de Chefe do Serviço do Cerimonial o funcionário deste Poder, Osmar D. Passos.
- 401-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Joana Maciel Farias, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 402-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Joaquim R. M. Mello, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 403-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Luiz Fernando Flores, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 404-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Rubys de Souza, funcionário deste Poder.
- 405-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José Suplicy de Lacerda, funcionário deste Poder.
- 406-72 — Dispensando das funções de Chefe da Divisão de Relações Públicas a funcionária deste Poder, Myrtes M. Gomes, e dando outras providências.
- 407-72 — Revogando o Dec. Leg. n. 89-71, de 17 de fevereiro de 1.971 e dando outras providências.
- 371-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Maria Arantes de Lima, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 372-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais tempo de serviço em favor de Ari Natal Chemin, funcionário deste Poder.
- 373-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Maria Amália Cesar Cercal de Oliveira, funcionária deste Poder.
- 374-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais tempo de serviço em favor de Paulina Scherner Simões, funcionária deste Poder.
- 375-72 — Concedendo a Maria I. C. Fagundes, reajuste nos seus vencimentos.
- 376-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Rogério Antonio Souza Nascimento, funcionário deste Poder.
- 377-72 — Revogando o Dec. Legl. n.º 519-71, na parte que se refere a Zildete Teixeira.
- 378-72 — Autorizando a concessão de gratificação a Ayrton Précoma, funcionário deste Poder.
- 379-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Maria A. C. C. Oliveira, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 380-72 — Transferindo Pensão concedida a Gastão de Araujo Espindola.
- 381-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Walter dos Santos Reinholdt, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 382-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais tempo de serviço em favor de Luiz Alberto Soffiati Cassal, e dando outras providências.
- 383-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Marcos Uniga, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 384-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Josefa K. Levandoski, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 385-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Clóvis S. de Souza, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 386-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais tempo de serviço em favor de Rosalinda P. Santin, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 387-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais tempo de serviço em favor de Sebastião L. Cardoso, funcionário deste Poder.
- 388-72 — Autorizando o pagamento de Gratificação a Izidoro Ceccon, funcionário deste Poder.
- 389-72 — Designando os funcionários deste Poder, Rui Ferraz de Carvalho, Vidal Vanhoni e Dario Fortunato Darif, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Revisora dos atos indicados no processo Protocolado sob n.º 6.690-72 de 28 de agosto de 1972.
- 351-72 — Determinando reajuste nos vencimentos do Sr. Lázaro Caetano da Silva, ora a disposição desta Assembléia.
- 352-72 — Concedendo a Roraldo Lopes Linhares, funcionário deste Poder, reajuste nos seus vencimentos.
- 353-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais tempo de serviço em favor de Maria Cunha Martins funcionária deste Poder.
- 354-72 — Designando Marcos Uniga para exercer as funções de Aux. de Gabinete do Departamento de Finanças deste Poder.
- 355-72 — Designando Gerson Evangelista Passos, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Assessor do Gab. da 2.ª Secretaria.
- 356-72 — Alterando o Orçamento Analítico deste Poder.
- 357-72 — Mandando pagar a Paulo de Souza Filho gratificação a que tem direito por ter exercido funções de Chefe do Serviço Médico deste Poder.
- 358-72 — Arbitrando os vencimentos do Sr. Henrique Wojcki, funcionário deste Poder.
- 359-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais tempo de serviço em favor de Myrian Correa Montanha Teixeira, funcionária deste Poder.
- 360-72 — Autorizando modificação nos vencimentos de Zeno Paciornik, funcionário deste Poder.
- 361-72 — Concedendo a Ophir Fibelino de Souza, funcionário deste Poder 5% sobre os seus vencimentos por ter completado 10 anos de serviço público.
- 363-72 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Blumer Bosquilla, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 364-72 — Concedendo gratificação a José Rosa Filho, funcionário da Secretaria deste Poder, de acordo com o que especifica.
- 365-72 — Concedendo a Luiz Alberto Soffiati Cassal, funcionário deste Poder, gratificação a que o mesmo tem direito.
- 366-72 — Concedendo licença especial a Aldo Angelo Sperandio, funcionário deste Poder, de acordo com o que especifica.
- 367-72 — Concedendo gratificação que especifica a Izidoro Ceccon, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 368-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Casemiro Marques, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 369-72 — Concedendo a Ocirema Stamm Belle, reajuste nos seus vencimentos, de acordo com o que especifica.
- 370-72 — Mandando contar para todos os efeitos legais tempo de serviço em favor de Luiz Douglas Ferreira, funcionário deste Poder.
- 332-72 — Manda contar, para todos os efeitos legais, em favor de Leny Sabcia, o tempo de dois meses e das outras providências.
- 333-72 — Concede a Luiz Carlos Caron Grossi, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento.
- 334-72 — Concede a Clarice Szatkowski, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento.
- 335-72 — Manda incorporar, ao acervo de serviço público de Ruth da Silva Lopes, o tempo de seis meses.
- 336-72 — Revoga os Decretos Legislativos n.ºs 76-71 e 519-71.
- 337-72 — Designa Laertes Luiz Foggiato, para exercer as vantagens inerentes.
- 338-72 — Manda incorporar, ao acervo de serviço público de Luiz Carlos Molinari, o tempo de seis meses dá-se outras providências.
- 339-72 — Manda contar, para todos os efeitos legais, em favor de Haroldo João Tedeschi, o tempo de onze meses e vinte e oito dias.
- 340-72 — Manda contar, para todos os efeitos legais, em favor de Alceu Ramos, o tempo de um ano e quatro meses e das outras providências.
- 341-72 — Manda contar, para todos os efeitos legais, em favor de Jahir Delagassa, o tempo de dois meses.
- 342-72 — Manda pagar a Wilma Gusso, função gratificada correspondente ao símbolo F-4.
- 343-72 — Manda incorporar, ao acervo de serviço público de Isaura Bravos, o tempo de seis meses e das outras providências.
- 344-72 — Concede a Terezinha Gluck, gratificação de representação, correspondente ao cargo de Auxiliar de Gabinete de A. Técnica.
- 345-72 — Autoriza Areodiva Mann de Souza, a prestar serviços extraordinários.
- 346-72 — Autoriza Marclonílio Sarcho Cambuy, a prestar serviços extraordinários.
- 347-72 — Manda pagar a Aldo Angelo Sperandio, gratificação correspondente a um terço de seus vencimentos.

- 348-72 — Arbitra em cinquenta por cento de seus vencimentos, o valor da gratificação, fixada anteriormente em um terço, de Luiz Carlos Licheski.
- 349-72 — Retifica o Decreto Legislativo n.º 133-72.
- 350-72 — Retifica o Decreto Legislativo n.º 136-72.
- 313-72 — Autoriza Antonio dos Santos Ribas e Joana Maciel Farias, a prestarem serviços extraordinários.
- 314-72 — Autoriza Nelson Augusto Araújo, a prestar serviços extraordinários.
- 315-72 — Prorroga por mais trinta dias o prazo concedido à Comissão Especial criada pelo Decreto Legislativo n.º 230-72.
- 316-72 — Concede a Reginaldo Xavier Bittencourt, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento.
- 317-72 — Concede a Wilson Ramos, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento.
- 318-72 — Concede a Maria da Luz Azevedo Soares, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento.
- 319-72 — Autoriza João Maria Campos de Araujo, a prestar serviços extraordinários.
- 320-72 — Autoriza Nevinha Cardoso, a prestar serviços extraordinários.
- 321-72 — Autoriza Leny Sabóia, a prestar serviços extraordinários.
- 322-72 — Concede a Antonio Carlos Itiberê da Cunha, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento.
- 323-72 — Manda contar, para todos os efeitos legais, em favor de Raul Zipperer, o tempo de quatro meses.
- 324-72 — Concede a Flodocaldo Trindade, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento.
- 325-72 — Manda contar, para todos os efeitos legais, em favor de Lucy de Mello Keinert, o tempo de um mês.
- 326-72 — Manda contar, para todos os efeitos legais, em favor de Laertes Luiz Foggiao, o tempo de um ano e dois dias, e da outras providências.
- 327-72 — Concede a Darci Antonio Budel, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento.
- 328-72 — Concede a João Cruz, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento.
- 329-72 — Autoriza José Carlos Pereira, a prestar serviços extraordinários.
- 330-72 — Manda incorporar, ao acervo de serviço público de Manoel Martins de Castro, o tempo de seis meses e da outras providências.
- 331-72 — Manda incorporar, ao acervo de serviço público de Umbelina Cararo Santos, o tempo de seis meses.

PORTARIAS BAIXADAS PELO SENHOR DIRETOR GERAL

N. SÚMULA

- 297-72 — Designando Noir Pacheco, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Serviço de Segurança.
- 298-72 — Designando para prestar serviços de natureza Técnico Científico na Comissão de Instrução Pública, os funcionários deste Poder, Antonio Carlos Dantas e Luiz Francisco Fontoura.
- 299-72 — Concedendo a Joana de Lima, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 300-72 — Concedendo a Roberto Diniz Sátiro, funcionário deste Poder, 15 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 301-72 — Concedendo a Reginaldo Xavier Bittencourt, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 302-72 — Concedendo a Maria Madalena Colaço de Mattos, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1971.
- 303-72 — Lotando Antonio Carlos Nassar, ora a disposição deste Poder, no Departamento Administrativo.
- 304-72 — Tornando sem efeito a Portaria n.º 294-72, de 31 de Outubro de 1972.
- 305-72 — Revogando a Portaria n.º 272-72 de 29 de setembro de 1972.
- 306-72 — Designando para prestar serviços que especifica, os funcionários deste Poder, Ophir F. de Souza, Antonio C. Dantas e Luiz F. Fontoura.
- 307-72 — Concedendo a Alceu I. Costacurta, funcionário deste Poder, 30 dias de férias correspondentes ao ano de 1971.
- 308-72 — Concedendo a Julieta R. Sampaio, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1971.
- 309-72 — Concedendo a Paulo de S. Filho, funcionário da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 291-72 — Concedendo a Tracy S. Rudnik, funcionária da Secretaria deste Poder, 10 dias de licença para tratamento de saúde.
- 282-72 — Concedendo a Ethel P. Neves, funcionária deste Poder, 90 dias de licença, para tratamento de saúde.
- 283-72 — Designando, os funcionários que especifica para prestarem serviços na elaboração do Orçamento Geral do Estado, e dando outras providências.
- 284-72 — Concedendo a César Augusto Leoni, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 285-72 — Concedendo a Floripes A. Boschi, funcionária deste Poder, 15 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 287-72 — Autorizando a Ismar Dalagassa Passos, funcionário da Secretaria deste Poder, para participar do I Congresso Nacional dos Servidores Cíveis do Brasil.
- 288-72 — Concedendo a Oleni F. de Lima, funcionário deste Poder, 15 dias de licença para tratamento de saúde.
- 289-72 — Concedendo a Rosa Fernandes funcionária deste Poder, 15 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 290-72 — Concedendo a Iolanda G. Mello de Castro, funcionária deste Poder, 15 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 291-72 — Lotar Edgar Alber, ora à disposição deste Poder, no Gabinete do Deputado Maurício Fruct.
- 292-72 — Revogando a Portaria n.º 255-72 de 11 de Setembro de 1972.
- 293-72 — Designando Luciano Antonio Bittencourt, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Motorista no Gabinete da Segunda Secretaria.
- 294-72 — Concedendo a Wilma W. Gusso, funcionária da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 295-72 — Designar Eumênia de Oliveira, funcionária deste Poder, para prestar serviços junto a Comissão de Tomadas de Contas.
- 296-72 — Lotando José F. C. de Querizo, ora a disposição deste Poder, no Gabinete da Presidência.
- 293-72 — Concedendo a Lindamir Edil Caran, funcionária da Secretaria deste Poder, 30 dias de licença para tratamento de saúde.

- 264-72 — Lotando Albary Pedroso, ora a disposição deste Poder, no Gabinete da 1.ª Vice-Presidência desta Casa.
- 265-72 — Revogando a Portaria n.º 246-72, de 29 de Agosto de 1972.
- 266-72 — Concedendo a Valdomira D. Pereira, funcionária deste Poder, 15 dias de férias, referentes ao ano de 1972.
- 267-72 — Concedendo a Cleide Angelina Molinari da Silva, funcionária da Secretaria deste Poder, 15 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 268-72 — Concedendo a Luiz C. G. de Castro funcionário da Secretaria deste Poder, 15 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 269-72 — Concedendo a Hilda S. Lopes, funcionária da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 270-72 — Concedendo a Rogério F. N. da Cruz, funcionário da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 271-72 — Designando Zelma Lopes Wojcik, funcionária deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Wilson Brandão.
- 272-72 — Designando Wilma W. Gusso, funcionária da Secretaria deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Santos Lima.
- 273-72 — Designando Zildete Teixeira, funcionária deste Poder, a prestar serviços no Gabinete do Deputado Lázaro Dumont.
- 274-72 — Lotando Maximínio Cardoso, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Motorista no Departamento de Divulgação e Relações Públicas.
- 275-72 — Concedendo a Roberto Diniz Sátiro, funcionário deste Poder, 15 dias de férias referentes ao ano de 1971.
- 276-72 — Designando Carmen A. Fregoneze, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Basílio Zanusso.
- 277-72 — Concedendo a Paulina S. Simões, funcionária da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 278-72 — Concedendo a Clodoveu de Paula, funcionário da Secretaria deste Poder, 90 dias de licença para tratamento de saúde.
- 279-72 — Concedendo a Durvalina dos Santos, funcionária da Secretaria deste Poder, 90 dias de licença para tratamento de saúde.
- 280-72 — Concedendo a Maria I. C. Fagundes, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 282-72 — Designando Paulo César Duboc, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Santos Lima.
- 289-72 — Designando José Maria Z. Camargo, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Paulo Camargo.
- 284-72 — Concedendo a Cenira S. Freitas, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 285-72 — Determinando horário de serviço para os funcionários deste Poder.
- 246-72 — Concedendo a Adilson Vicentini, funcionário da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1970.
- 247-72 — Concedendo a Maria da Conceição Rodrigues, funcionária deste Poder, 30 dias para tratamento de saúde.
- 248-72 — Concedendo a Clemetilde D. Bortolon, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 250-72 — Designando os funcionários deste Poder, que especifica para prestarem serviços na Assistência Social, como Motoristas.
- 251-72 — Designando Wilson Kaiel, funcionário deste Poder, para prestar serviços junto a Seção de Regime Legal.
- 252-72 — Concedendo a José Antonio Maingue, funcionário deste Poder, 15 dias de férias referentes ao ano de 1970.
- 253-72 — Designando Mario Augusto Guerra, para exercer as funções de Motorista no Gabinete da Diretoria Geral desta Casa.
- 254-72 — Lotando Hamilton Marcondes, ora à disposição deste Poder, nas funções de Motorista.
- 255-72 — Designando Ophir Fibelino de Souza, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Motorista do Gabinete da Presidência.
- 256-72 — Concedendo a Maria de Lourdes Santos, funcionária deste Poder, 30 dias de férias, referentes ao ano de 1972.
- 257-72 — Concedendo a Maria Neide Bozza Stival, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1971.
- 258-72 — Concedendo a Iglair Smariotto funcionária da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1971.
- 259-72 — Concedendo a Josina Pereira, funcionária da Secretaria deste Poder, 15 dias de férias referentes ao ano de 1971.
- 260-72 — Designando Josina Pereira, funcionária deste Poder, para prestar serviços na Divisão de Protocolo Geral.
- 261-72 — Concedendo a Joaquina L. José, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 262-72 — Concedendo a José Elias Martins, funcionário da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1972.
- 223-72 — Concede a Aldo Angelo Sperandio, trinta dias de férias, referentes ao exercício de 1.972.
- 224-72 — Concede a Cenira dos Santos Freitas, quinze dias de licença para tratamento de saúde.
- 225-72 — Lota, Bogdano Karpen, no Serviço de Assistência Judiciária.
- 226-72 — Concede a Izabel de Deus Bueno, sessenta dias de licença para tratamento de saúde.
- 227-72 — Designa, José Rosa Filho, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria do Departamento de Divulgação e Relações Públicas.
- 228-72 — Concede a Clodoveu de Paula, sessenta dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação.
- 229-72 — Designa, Marcionílio Cambuy, para prestar serviços no Gabinete da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Gabriel Manoel.
- 230-72 — Revoga a Portaria n.º 216-69, que concedeu férias a Marina Cunha Martins.
- 231-72 — Concede a Julia Julinski de Paula, trinta dias de férias, referentes ao exercício de 1.972.
- 232-72 — Concede a Senhorinha Bernardi, trinta dias de férias, referentes ao exercício de 1.971.
- 233-72 — Concede a Joaquim Roberto Munhoz de Mello, trinta dias de férias, referentes ao exercício de 1.971.
- 234-72 — Concede a Alaide Maria Cherubino, trinta dias de férias, referentes ao exercício de 1.972.
- 235-72 — Concede a Joubert da Silva Santos, quinze dias de férias, referentes ao exercício de 1.972.
- 236-72 — Designa José Renato Duarte, Sergio Zacarias e Sergio Maravalhas, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Estudos para implantação de sistema de microfilmagem de documentação.
- 237-72 — Concede a Cenira dos Santos Freitas, quinze dias de licença para tratamento, em prorrogação.

238-72 — Concede a Lindamir Edil Caran, trinta dias de licença para tratamento.

239-72 — Designa, Jorge Mathias Junior, para prestar serviços no Gabinete de ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Francisco Escorsin.

240-72 — Concede a Lindamir dos Santos, quinze dias de férias, referente ao exercício de 1.971.

241-72 — Concede a Genir dos Santos Fernandes, trinta dias de férias, referentes ao exercício de 1.972.

202-72 — Concede a Percy Tamplin, quinze dias de férias, referentes ao exercício de 1.971.

203-72 — Concede a Luiz Augusto Cantador, trinta dias de férias, referentes ao exercício de 1.972.

204-72 — Concede a Salomão de Souza Andrade, quinze dias de férias, referentes ao exercício de 1.972.

205-72 — Concede a Walter dos Santos Reinaldet, trinta dias de férias, referentes ao exercício de 1.972.

206-72 — Concede a Cecília Stuart, trinta dias de férias, referentes ao exercício de 1.972.

207-72 — Concede a Izabel de Freitas, quinze dias de férias, referentes ao exercício de 1.972.

208-72 — Designa Paulo de Souza Filho, para exercer as funções de Chefe do Serviço Médico, durante o período de férias do Titular.

209-72 — Torna sem efeito a Portaria n.º 353-70, de 24 de setembro de 1970.

210-72 — Lota no Gabinete da Liderança da ARENA, Douglas Godoy, para prestar serviços ao Deputado Wilson Brandão.

211-72 — Concede a Hilton Ronald Alice, quinze dias de férias, referentes ao exercício de 1.971.

212-72 — Concede a Rosária de Lima Azevedo, trinta dias de férias, referentes ao exercício de 1.972.

213-72 — Concede a Aldo Angelo Sperandio, treze dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação.

214-72 — Concede a Ricardo Saboia Khury, quinze dias de férias, referentes ao exercício de 1.970.

215-72 — Concede a Aldo Angelo Sperandio, trinta dias de licença para tratamento, em prorrogação.

216-72 — Lota, Luiz Alberto Soffiatti Cassal, no Departamento Legislativo.

217-72 — Concede a Oleni Ferreira de Lima, quinze dias de férias, referentes ao exercício de 1.972.

218-72 — Interrompe, por necessidade de serviço, as férias concedidas pela Portaria n.º 186-72, de 22 de junho de 1.972.

219-72 — Lota, Waldemiro Camargo, na Seção de Transportes da Divisão de Serviços Gerais.

220-72 — Concede a João Maria Serpa, oito dias de licença para casamento.

221-72 — Concede a João Maria Serpa, quinze dias de férias, referentes ao exercício de 1.972.

222-72 — Lota, Orlando Sabotto, no Serviço de Oficina e Manutenção.

PRONUNCIAMENTOS DOS SENHORES DEPUTADOS NO PEQUENO EXPEDIENTE

Cândido Martins de Oliveira	1
Alvaro Dias	1
Maurício Fruet	3
Gilberto Carvalho	2
Erondy Silvério	8
João Mansur	2
Quielise Crisóstomo	3
Borsari Neto	3
Paulo Poli	1
Antonio Belinati	4
Luiz Roberto Soares	2
Antonio Costa	1
Arizone Araujo	2
Rosário Pitelli	2
Antonio Lopes Junior	1
Lázaro Dumont	1
Sebastião Rodrigues	3
Nelson Buffara	1
Total de Pronunciamentos	40

DISCURSOS NO GRANDE EXPEDIENTE

Gilberto Carvalho	2
Antonio C. Junior	2
Paulo Poli	1
João Mansur	1
Sebastião Rodrigues	3
Nivaldo Krüger	2
Cândido Martins de Oliveira	3
Maurício Fruet	2
Quielise Crisóstomo	1
Nelson Buffara	5
Igo Losso	2
Armando Queiroz	1
Erondy Silvério	1
Total de Discursos	25

Resumo do Serviço de Protocolo realizado durante os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro do ano de 1.972.

Mensagens	26
Of. do Governo	136
Projetos de Lei	100
Projetos de Resolução	13
Of. dos Deputados	410
Requerimento Dep.	867
Ofícios Func.	429
Req. Funcionários	630
Of. das Comissões	66
Of. Diversos	350
Prestação de Conta	161
Expedientes	20
Telegramas	21
Convites	3

Cartas	12
Circular	2
Propostas	17
Frequências	11
O. Int. Serviço	2
Laudos Médico	15
Req. Diversos	272
Emendas	19

Resumo Estatístico do Serviço de Assistência Social durante os meses de Agosto, Setembro e Outubro de 1.972.

Encaminhados	7.690
Internados	1.177
Outras Providências	370

Departamento Legislativo.

Divisão de Imprensa Legislativa.

Relatório dos serviços gráficos executados por esta Divisão no período de 2 de Janeiro à 5 de Dezembro de 1.972.

	N.º de Chapas	N.º de Impressos
Gabinete da Presidência	35	5.900
Gabinete da 1.ª Secretaria	23	9.540
Gabinete da 2.ª Secretaria	1	300
Diretoria Geral	53	5.100
Departamento Legislativo — Serviços Gerais	118	89.600
Departamento Legislativo — Ordem do Dia	1.835	436.565
Departamento Administrativo	83	34.690
Departamento de Finanças	47	50.250
Gabinete de Assistência Técnica	14	3.400
Serviço de Assistência Social	3	4.000
Serviço de Segurança	13	34.000
Liderança da Arena	11	3.070
Liderança do M.D.B.	13	8.350
Dep. Antonio Costa	4	3.500
Dep. Antonio Belinati	5	6.500
Dep. Armando Queiroz	1	360
Dep. Antonio dos Santos Maciel	2	5.000
Dep. Borsari Neto	1	600
Dep. Domicio Scaramella	13	1.500
Dep. Francisco Scorsin	2	200
Dep. Fuad Nacli	1	300
Dep. Gilberto Carvalho	7	1.000
Dep. Igo Losso	12	4.800
Dep. Jorge Sato	2	1.000
Dep. Mauricio Fruet	52	94.050
Dep. Muggiati Filho	5	1.550
Dep. Nelson Buffara	3	500
Dep. Ovidio Franzoni	2	800
Dep. Paulo Camargo	2	5.000
Dep. Wilson Brandão	3	1.200
Dep. Xenofonte Villanueva	1	300
Total Geral	2.367	812.925

Comissão de Constituição e Justiça 7.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA SINOPSE DO ANO DE 1972

Relator	P. Receb.	Relatados	Em Dilig.	C/ o Relator
Dep. Armando Queiroz	4	4	0	0
Dep. Cândido M. de Oliveira	58	46	5	7
Dep. Emilio Carazzai	43	33	1	9
Dep. Erondy Silvério	54	50	4	0
Dep. Igo Iwant Losso	30	20	1	9
Dep. Luiz Roberto Soares	57	48	2	7
Dep. Mauricio Fruet	54	47	4	3
Dep. Muggiati Filho	32	31	1	0
Dep. Ovidio Franzoni	58	54	3	1
Dep. Paulo Camargo	49	44	5	0
Dep. Santos Lima	64	47	2	15
T O T A L	503	424	28	51

PRESIDENTE: Dep. ARMANDO QUEIROZ
VICE-PRESIDENTE: Dep. MAURICIO FRUET

REUNIÕES ORDINÁRIAS	17
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	1
OFÍCIOS EXPEDIDOS	101
OFÍCIOS RECEBIDOS	5
MENSAGENS DO P.E. APRECIADAS	64
MENSAGENS DO P.E. QUE ESTÃO NA COMISSÃO	9
PROJETOS DE RESOLUÇÃO DE AUTORIA DA COMISSÃO	31

Divisão das Comissões, em 5 de dezembro de 1972

a) Rita Celestino Soares — Secretária

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO — DIVISÃO DAS COMISSÕES COMISSÃO DE FINANÇAS SINOPSE DO ANO DE 1.972

Presidente: FUAD NACLI Vice-Presidente: ANTONIO BELINATI

Relatores	Recebidos	Fav.	Contr.	Dilig.	Arq.	C/ Relator
Dep. David Federmann	28	27				1
Dep. Antonio Lopes Junior	37	30	2	1	1	4
Dep. João Calil Fadel	30	28	2			
Dep. Odilon Reinhardt	37	36	1			
Dep. Antonio Belinati	33	31				2
Dep. Jorge Sato	15	15				
TOTAL GERAL	180	167	5	1	1	7

Ata da Instalação	1
Reuniões Ordinárias	10
Reuniões Extraordinárias	2
Ofícios Expedidos	15

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 1.972
a) Teresinha P. de Moura e Claro — Secretária

Curitiba, 5 de dezembro de 1.972

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Presidente: — Deputado Antônio Lopes Júnior
Vice-Presidente: — Deputado Arizone M. Araújo
Membros: — Deputado Alvaro Dias
Deputado Cândido M. Oliveira
Deputado Gabriel Manoel
Suplentes: — Deputado Francisco Escorsin
Deputado Santos Lima
Deputado João Fadel
Deputado Fabiano Braga Côrtes
Deputado Nivaldo Krüger

Reuniões Ordinárias	5
Reuniões Extraordinárias	3

Total de Reuniões 8

Projetos Apreciados 34

Assim Relatados:

Deputado Antônio Lopes Júnior	3
Deputado Alvaro Dias	1
Deputado Arizone M. Araújo	14
Deputado Cândido M. Oliveira	8
Deputado Gabriel Manoel	8
Total	34

PROJETOS DISTRIBUÍDOS A RELATAR

Deputado Gabriel Manoel	8
Deputado Cândido M. Oliveira	7
Deputado Arizone M. Araújo	3
Deputado Alvaro Dias	33

Projetos que se encontram na Comissão	51
	21

Os Projetos acima foram apreciados na 2.a Sessão Legislativa da 7.a Legislatura.

a) Maria Aparecida Amaral — Secretária

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO — DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA SINOPSE DO ANO DE 1972

Presidente: DAVID FEDERMANN Vice-Presidente: ARIZONE ARAUJO

Relatores	Recebidos	Favorável
Dep. David Federmann	1	1
Dep. Mauricio Fruet	1	1

TOTAL GERAL 2 2

ATA DA INSTALAÇÃO	1
REUNIÕES ORDINÁRIAS	2
OFÍCIOS EXPEDIDOS	3

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 1972

a) Elza C. Camargo — Secretária

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO — DIVISÃO DAS COMISSÕES

PROCESSOS RELATADOS PELA COMISSÃO DE REDAÇÃO SINOPSE DA 7.a LEGISLATURA DA 2.a SESSÃO LEGISLATIVA PERÍODO DE 18-04-72 a 05-12-72

Relatores	Total	Aprovados	Diligência	Arquivados
Alvaro Dias	97	97	"	"
Gabriel Manoel	36	36	"	"
Antônio Maciel Filho	61	61	"	"
Basilio Zanusso	134	134	"	"
Na Divisão	5		"	"
TOTAL GERAL	328	323	"	"
Ofícios Expedidos		33		
Atas Ordinárias		35		
Ata de Instalação		1		

Sala das Comissões, em 5 de dezembro de 1972

a) Lélio Guimarães Sotto Maior — Secretário

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 2.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA ATA DA 9.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de janeiro de um mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões das Comissões e das Comissões Técnicas, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do senhor deputado Francisco Borsari Neto, presentes os senhores deputados Lázaro Dumont, Xenofonte Villanueva, Gabriel Manoel e Hélio Manfrinato, havendo número legal, o senhor Presidente, declarou abertos os trabalhos, lida a Ata da sessão anterior pelo senhor Secretário, foi a mesma aprovada sem observações. Nada constando do expediente, passou-se à ORDEM DO DIA: — PROJE-

TO DE LEI N.º 161-71 — de autoria do senhor deputado Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria da Agricultura, construir uma escola agrícola, no Município de Palmatal e dá outras providências, relator senhor deputado Hélio Manfrinato, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 273-71 — de autoria do senhor deputado Quiêse Crisostomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, um prédio para o Ginásio Estadual da sede do Município de Itaguapé, relator senhor deputado Hélio Manfrinato, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 115-72 — de autoria do senhor deputado Antonio Belinati, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem a Rodovia Faxinal - Grandes Rios, que passa por Porto Perigoso e bifurca rumo ao Distrito de Rosário, em Ortigueira, daí em diante toma a direção do Distrito de Rio Branco, em Grandes Rios, terminando em Candido de Abreu, relator senhor deputado Hélio Manfrinato, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 108-72 — de autoria do senhor deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e manutenção, a estrada municipal que liga as cidades de Cascavel e Capitão Leonidas Marques, relator senhor deputado Xenofonte Villanueva, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada, bem como pelo senhor Presidente.

aa) Francisco Borsari Neto — Presidente
Roberto Diniz Satyro — Secretário

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

ATA DA 4.a REUNIÃO ORDINÁRIA

2.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Antonio Lopes Júnior, Gabriel Manoel e João Fadel. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de lei: PROJETO DE LEI N.º 99-72 — de autoria do senhor Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo, criar a Universidade Estadual da cidade de Jacarezinho, e dá outras providências. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

a) Deputado Antônio Lopes Júnior — Presidente
a) Maria Aparecida Amaral — Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

2.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

ATA DA 4.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Às dezesseis horas do dia vinte e seis do mês de outubro do ano de hum mil e novecentos e setenta e dois, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Poli e com as presenças dos Senhores Deputados Mauricio Fruet, Leopoldo Jacomei, Francisco Escorsin e Aginaldo Pereira Lima, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada sem restrições a Ata da reunião anterior. Em seguida foram relatadas as seguintes contas: Conta n.º 6897-71, da Paróquia Nossa Senhora do Pilar de Antonina, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Xenofonte Villanueva, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 901-72, da Associação dos Colaboradores da Escola para Surdos EPHETA, de Curitiba, no valor de Cr\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros), recebidos dos Deputados Ivo Tomazoni, Fuad Nacli e Antonio Belinati, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 8259-71, da Paróquia Santa Luzia, de Cafeara, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Xenofonte Villanueva, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 9508-71, do Centro de Assistência e Promoção Social de Uraí, no valor de Cr\$ 500 00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Francisco Borsari Neto referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 10170-71, da Escola Normal Secundária Vicente Themudo Lessa, de Araopongas, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 10127-71, do Serviço de Obras Sociais, de Cambará, no valor de Cr\$ 400 00 (quatrocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Francisco Borsari Neto, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1567-72, das Obras Sociais de São Judas Thadeu, de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), recebidos do Deputado David Federmann, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1497-72, da Policlínica Pato Branco S/A, de Pato Branco, no valor de Cr\$ 10.600,00 (dez mil e seiscentos cruzeiros), recebidos do Deputado Sebastião Rodrigues de Souza Júnior, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1332-72, da Casa Escolar de Florestal, Município de Teixeira Soares, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio Lopes Júnior, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1231-72, da Sociedade Socorro aos Necessitados, da Lapa, no valor de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomei, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1239-72 do Lar da Acadêmica de Curitiba, no valor de Cr\$ 1.050,00 (hum mil e cinquenta cruzeiros), recebidos dos Deputados Francisco Borsari Neto, Basilio Zanusso, Helio Manfrinato, Fuad Nacli e Antonio Belinati, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1155-72 da Cruz Vermelha Brasileira — filial do Paraná, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1154-72, da Missão Evangelizadora Cristã de Curitiba, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1086-72, da Associação Cristã Feminina de Curitiba, no valor de Cr\$ 6.075,00 (seis mil e setenta e cinco cruzeiros), recebidos de 18 dezoito Senhores Deputados, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1036-72, da Associação Educacional e Cultural "Padre Melécio" de Curitiba, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Marciano Baraniuk, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1033-72, do Centro Social Santa Terezinha, de Sabáudia, no valor de Cr\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros), recebidos dos Deputados Muggiati Filho e Quiêse Crisostomo da Silva, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1037-72, da Paróquia de São Josafat, de Prudentópolis, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Marciano Baraniuk, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1038-72, da Sociedade Instrutiva de São Basílio o Grande, de Prudentópolis, no valor de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), recebidos do Deputado Marciano Baraniuk, referente ao

exercício de 1.971. Conta n.º 1019-72, da Escola Especializada Primavera, de Curitiba, no valor de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), recebidos dos Deputados Emílio Carrazai e Maurício Fruet, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1564-72 do Gremio Esportivo Rionegrense de Rio Negro, no valor de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Maurício Fruet, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1545-72, da Assistência Lar Esperança, de Londrina, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio Benatti, referente ao exercício de 1.971. Contas n.ºs. 10140-71, 10141-71 e 10142-71, do Orfanato Quadrangular Mariano Rodrigues de Castro, de Araucária, no valor de Cr\$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzeiros), recebidos dos Deputados Basílio Zanusso, Ovídio Franzoni e Xenofonte Villanueva, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1911-72, da Diocese de Campo Mourão, no valor de Cr\$ 4.772,68 (quatro mil setecentos e setenta e dois cruzeiros e sessenta e oito centavos), recebidos do Deputado Armando Queiroz, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1910-72, da Escola Adventista de Campo Mourão, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Armando Queiroz, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1901-72, da Inspetoria Auxiliar de Ensino de Contenda, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1900-72, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Piraquara, no valor de Cr\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1803-72 do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, de Campo Mourão, no valor de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), recebidos do Deputado Armando Queiroz, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2151-72 da Curia Metropolitana de Curitiba, no valor de Cr\$ 1.233,79 (hum mil duzentos e trinta e oito cruzeiros e setenta e nove centavos), recebidos do Deputado Fabiano Braga Côrtes, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2126-72, da Prefeitura Municipal de Kaloré, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Fabiano Braga Côrtes, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2094-72, da Igreja Evangélica Pentecostal de Curitiba, no valor de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2097-72 do Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, no valor de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2015-72, da Loja Maçônica Luz e Fraternidade de Cascavel, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Fuad Nacli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2020-72, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Quitandinha, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2034-72, do Centro Filológico Paranaense de Curitiba, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Maurício Fruet, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 19497-2, do Departamento de Assistência Social da Sétima Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1939-72, da Quinta Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1938-72, do Departamento de Assistência Social da Quarta Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Iwant Losso, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1937-72, do Departamento de Assistência Social da Terceira Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Iwant Losso, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 1941-72, do Departamento de Assistência Social da Igreja do Evangelho Quadrangular de Pato Branco, no valor de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Iwant Losso, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2056-72, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Nova Cantú, no valor de Cr\$ 1.250,00 (hum mil duzentos e cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Armando Queiroz, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 7598-72, da Assistência Social Adventista de Irati, no valor de Cr\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio Lopes Junior, referente ao exercício de 1.971. Contas n.ºs. 2267-72 e 2268-72, da Sociedade Procopense de Assistência ao Menor (Casa da Criança), no valor de Cr\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Contas n.ºs. 2265-72 e 2266-72, da Liga das Senhoras Católicas de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2238-79 (hum mil duzentos e trinta e oito cruzeiros e oito centavos), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2277-72, das Obras Sociais da Igreja do Distrito de Congonhas Município de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2305-72 do Centro Social Paroquial de Bela Vista do Paraíso, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta 2260-72 da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, de Leopoldina, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2263-72, do Instituto Rui Barbosa, de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2275-72, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Santa Mariana, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2272-72, da Escola de Aplicação Cecília Meireles de Sertaneja, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 7100-72, da Caixa Beneficente São Roque de Piraquara, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Roberto Wypych, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 2274-72, da Igreja de Sertaneja, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2276-72, da Casa de Misericórdia de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2270-72, da União Centenariense dos Estudantes Secundários, de Centenário do Sul, no valor de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2280-72, do Abrigo Bom Pastor, de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2259-72, da Casa Escolar Afonso Belenda Villa Progresso, de Centenário do Sul, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2263-72, da Escola Procopense de Assistência à Criança Excepcional (EPACE) de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2264-72, do Lions Club de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2289-72, do Instituto Social Lar Pa-

raná de Campo Mourão, no valor de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Armando Queiroz, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2230-72 da Prefeitura Municipal de Janiópolis, no valor de Cr\$ 5.033,00 (cinco mil cruzeiros), recebidos do Deputado Arnaldo Busato, referente ao exercício de 1.970. Conta n.º 2206-72, da C.N.E.C., de Sapopema, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Arthur de Souza, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2333-72, da Congregação da Igreja Presbiteriana Independente da Sabáudia, no valor de Cr\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco cruzeiros), recebidos do Deputado Muggiati Filho, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2336-72, da Capela Santo Antonio do Distrito de Bom Progresso Sabáudia, no valor de Cr\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco cruzeiros), recebidos do Deputado Muggiati Filho, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2335-72, da Capela Santa Luzia, Distrito Vila Vitória, Sabáudia, no valor de Cr\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco cruzeiros), recebidos do Deputado Muggiati Filho, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2333-72, da Paróquia de São Sebastião, Munhoz de Mello Diocese de Apucarana, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Muggiati Filho, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2332-72, da Congregação Cristã no Brasil, de Sabáudia, no valor de Cr\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco cruzeiros), recebidos do Deputado Muggiati Filho, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 3329-72, da STI — Fiação e Tecelagem de Jaguariava, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado João C. Fadel, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2337-72, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, de Sabáudia no valor de Cr\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco cruzeiros), recebidos do Deputado Muggiati Filho, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2339-72, da Conferência Nossa Senhora Auxiliadora da Sociedade São Vicente de Paulo, de Sabáudia, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Muggiati Filho, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2334-72, do Clube Atlético Paranaense, de Munhoz de Mello, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Muggiati Filho, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2444-72, da Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida, de Primeiros de Maio, no valor de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2445-72, da Igreja Nossa Senhora de Fátima, de Primeiro de Maio, no valor de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2442-72, da Escola Normal Colégio Estadual de Santa Amélia, no valor de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2441-72, da Igreja Matriz de São Jerônimo da Serra, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2475-72, da A.P.M.I., de Curitiba, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Arthur de Souza, referente ao exercício de 1.969. Conta n.º 2469-72, do Ginásio de Roncador, no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), recebidos do Deputado Armando Queiroz, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2519-72, do Grupo Escolar Tancredo Martins, de Irati, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio Lopes Junior, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2520-72, do Grupo Escolar João XXIII, de Irati, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio Lopes Junior, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2541-72, da A.P.M.I., de Campo Mourão, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Armando Queiroz, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2463-72, das Obras Sociais da Igreja Matriz de Piraquara, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 2469-72, da A.P.M.I., de Rancho Alegre, no valor de Cr\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Borsari Neto, referente ao exercício de 1971. Relator Deputado Francisco Escorsin. Parecer favorável — APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião da qual eu, Agilides de Oliveira Martins, Secretário "ad-hoc", lavei esta Ata, que após lida e achada conforme, será por mim e pelo Senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972

ao Deputado Paulo Poli — Presidente

Agilides de Oliveira Martins — Secretário "ad-hoc"

Comissão de Tomada de Contas

2.a Sessão Legislativa — 7.a Legislatura

Ata da 5.a Reunião Ordinária

"As onze horas do dia vinte e sete do mês de outubro do ano de hum mil e novecentos e setenta e dois, sob a Presidência do Senhor Paulo Poli e com as presenças dos Senhores Deputados Mauricio Fruet, Leopoldo Jacomet, Francisco Escorsin e Aginaldo Pereira Lima, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. Havendo numero legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada sem restrições a Ata da Reunião anterior. Em seguida foram relatadas as seguintes contas: Conta n.º 3215-72, do Clube Literário e Recreativo do Portão, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) recebidos do Deputado Mauricio Fruet referente ao exercício de 1971. Conta n.º 3198-72, do Templo Místico Luz dos Santuários Filial de Guaratuba, no valor de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Emílio Carrazai, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 3187-72, da Guarda Mirim de Arapongas, no valor de Cr\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta cruzeiros) recebidos do Deputado Muggiati Filho, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 3188-72 do Serviço de Obras Sociais S.O.S. de Arapongas, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) recebidos do Deputado Muggiati Filho, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 3160-72 da A.P.M.I. de Engenheiro Beltrão, no valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) recebidos do Deputado Armando Queiroz, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 3148-72, da Associação e Oficina de Caridade de Santa Rita de Cássia de Arapongas, no valor de Cr\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta cruzeiros), do Deputado Muggiati Filho, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 3147-72 do Rotary Club de Arapongas, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) recebidos do Deputado Muggiati Filho, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 3146-72, da Loja Simbólia Estrela de Arapongas, no valor de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Muggiati Filho, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 3145-72 da Irmandade da Santa Casa de Arapongas, no valor de Cr\$ 2.270,00 (dois mil duzentos e setenta cruzeiros), recebidos do Deputado Muggiati Filho, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 3108-72, da Igreja Missionária de Centenário do Sul, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Fuad Nacli, referente ao exercício de 1.971. Conta n.º 3036-72, da A.P.M.I. de

Tijucas do Sul, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) recebidos do Deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 2972-72, da Escola Primária Rui Barbosa de Centenário do Sul, no valor de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1971. Conta n. 2898-72, das Obras Sociais da Igreja Matriz de Nova Fátima, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1971. Conta n. 2956-72, da Sociedade Operária Beneficente Estrela da Manhã, desta Capital, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Luiz Renato Malucelli, referente ao exercício de 1969. Conta n. 2897-72, das Obras Sociais da Igreja do Distrito de Quinzópolis-Santa Mariana, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1971. Conta n. 2818-72, do Asilo Santa Rita de Irati, no valor de Cr\$ 7.190,00 (sete mil cento e noventa cruzeiros), recebidos do Deputado João Mansur, referente ao exercício de 1971. Conta n. 2561-72, da Congregação Cristã do Brasil de Marumbi, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Gilberto Carvalho, referente ao exercício de 1971. Conta n. 2681-72, da Paróquia da Transfiguração de Curitiba, no valor de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), recebidos do Deputado Erondy Silvério, referente ao exercício de 1971. Conta n. 3425-72, da Tenda de Umbanda Caboclo Araguari de Curitiba, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Nelson Buffara, referente ao exercício de 1970. Conta n. 3429-72, da União dos Escoteiros do Brasil Região do Paraná, no valor de Cr\$ 5.950,00 (cinco mil novecentos e cinquenta cruzeiros), recebidos de 13 (treze) senhores Deputados, referente ao exercício de 1971. Conta n. 3327-72, da A.P.M.I. de Pinhais no valor de Cr\$ 170,00 (cento e setenta cruzeiros), recebidos dos Deputados Leopoldo Jacomel, Fabiano Braga Cortes e Ivo Thomazoni, referente ao exercício de 1969. Conta n. 3302-72, da A.P.M.I., de Tibagi, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) recebidos do Deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 2175-72, da Prefeitura Municipal de Teixeira Soares, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio Lopes Junior, referente ao exercício de 1971. Conta n. 3303-72, da A.P.M.I. Luciano Stencil de São Mateus do Sul, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 5902-72, da Assistência Social Adventista do 7.º Dia, da cidade da Lapa, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado João C. Fadel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 5879-72, da Igreja Nossa Senhora da Boa Esperança de Pinhais, Município de Piraquara, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 5844-72, da Comunidade Evangélica Luterana da Lapa, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado João C. Fadel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 5845-72, da Sociedade de Assistência Social Nossa Senhora das Brotas, de Pirai do Sul, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), recebidos do Deputado João C. Fadel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 5843-72, do Asilo São Vicente de Paulo da Lapa, no valor de Cr\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos cruzeiros), recebidos do Deputado João C. Fadel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 5805-72, do Ginásio São José Assistência à Juventude do Interior, da Lapa, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), recebidos do Deputado João C. Fadel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 3454-72 e 3592-72, da Sociedade Cultural Beneficente Ahu, no valor de Cr\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos cruzeiros), recebidos dos Deputados Acyr José e Fabiano Braga Cortes, referente ao exercício de 1971. Conta n. 3721-72, da A.E.R.B., São Cristovão de União da Vitória, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Domicio Scaramella, referente ao exercício de 1971. Conta n. 6333-72 da Prefeitura Municipal de Santa Inês, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Arthur de Souza, referente ao exercício de 1971. Conta n. 6407-72, da Escola Maternal Annette Macedo de Curitiba no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Erondy Silvério, referente ao exercício de 1971. Conta n. 6238-72, do Lar dos Meninos de São Luiz de Curitiba, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Erondy Silvério, referente ao exercício de 1971. Conta n. 6548-72, da Congregação Espiritualista Mensageiro do Astral de Curitiba, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio Lopes Junior, referente ao exercício de 1971. Conta n. 6550-72, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Construção e do Mobiliário de Arapongas, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) recebidos do Deputado José Muggiati Filho, referente ao exercício de 1971. Conta n. 6809-72, da Prefeitura Municipal de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), recebidos do Deputado Emilio Carazzai, referente ao exercício de 1971. Conta n. 7008-72, da Casa da Criança José Lacerda da Lapa, no valor de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros), recebidos do Deputado João C. Fadel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 6712-72, da Escola Apucaranaense de Recuperação da Criança Excepcional — E.A.R.C.E., de Apucarana no valor de Cr\$ 1.750,00 (hum mil setecentos e cinquenta cruzeiros), recebidos dos Deputados Antonio Maciel Filho e Santos Lima, referente ao exercício de 1971. Conta n. 6884-72, do Diretório Acadêmico Roberto Simonsen de Maringá, no valor de Cr\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Alvaro F. Dias, referente ao exercício de 1971. Conta n. 892-72, da Policlínica São Vicente de Paula Ltda. Francisco Beltrão, no valor de Cr\$ 10.100,00 (Dez mil e cem cruzeiros), recebidos do Deputado Sebastião Rodrigues, referente ao exercício de 1971. Conta n. 2262-72, da Comunidade Paroquial Cristo Rei de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1971. Conta n. 6321-72, da Tenda Espírito Pai João de Aruanda de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado, Emilio Carazzai, referente ao exercício de 1970. Conta n. 5654-72 da Associação dos Professores Municipais de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado David Pederhmann, referente ao exercício de 1969. Conta n. 5804-72, do Dispensário São Benedito da Lapa, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado João C. Fadel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 5803-72, do Serviço Social do Hospital e Maternidade Doutor Paulo Fortes de São Mateus do Sul no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado João C. Fadel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 5628-72, da Igreja Presbiteriana Independente de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Arthur de Souza, referente ao exercício de 1970. Conta n. 5774-72, da Paróquia de

São Cristovão de Curitiba, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos dos Deputados Gilberto Carvalho e Kielsen C. da Silva, referente ao exercício de 1971. Conta n. 5308-72, da Sociedade Operária Beneficente Universal de Curitiba, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1969. Conta n. 5522-72 do Centro Recreativo e Cultural da Juventude de Colombo no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Fabiano Braga Cortes, referente ao exercício de 1971. Conta n. 5492-72, da Igreja Evangelho Quadrangular de Curitiba, no valor de Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros) recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1971. Conta n. 5491-72, da 1.ª Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, no valor de Cr\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso referente ao exercício de 1971. Conta n. 5421-72, da A.P.M.I. de União da Vitória, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio Lopes Junior referente ao exercício de 1971. Conta n. 5718-72, do Albergue Noturno Emanuel, de Marumbi, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) recebidos do Deputado Gilberto Carvalho referente ao exercício de 1971. Conta n. 7043-72, do Internato Irmãs da Imaculada Virgem Maria, de General Carneiro, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) recebidos do Deputado Domicio Scaramella, referente ao exercício de 1971. Conta n. 4864-72, do Centro Social Papa João XXIII, entidade Filantropica de Agudos do Sul, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Ernesto Moro, referente ao exercício de 1969. Contas n.s 7190-71 e 5361-72, da Assistência Social Adventista de Curitiba, no valor de Cr\$ 1.100,00 (hum mil e cem cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1971. Conta n. 4850-72, do Albergue Noturno de Jandaia do Sul, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) recebidos do Deputado Luiz Renato Malucelli referente ao exercício de 1969. Conta n. 4702-72, da Comunidade Paroquial Imaculada Conceição Aparecida de Tomazina, no valor de Cr\$ 250,00 (hum mil duzentos e cinquenta cruzeiros), recebidos dos Deputados Emilio Carazzai e Gabriel Manoel referente ao exercício de 1971. Conta n. 4829-72, da Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia de Curitiba, no valor de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Arthur de Souza, referente ao exercício de 1970. Conta n. 4331-72 da União Londrinense dos Estudantes Secundários de Londrina, no valor de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), recebidos do Deputado Alvaro Dias, referente ao exercício de 1971. Conta n. 3491-72 da Paróquia de Santo Antonio da Boa Vista no valor de Cr\$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Mauricio Fruet, referente ao exercício de 1971. Conta n. 3901-72, da Escola Técnica de Enfermagem Catarina Labouré, de Curitiba, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Muggiati Filho, referente ao exercício de 1971. Conta n. 38449-72, da Prefeitura Municipal de Guairacá, no valor de Cr\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos cruzeiros) recebidos do Deputado Wilson Fortes referente ao exercício de 1971. Conta n. 3785-72, do Juvenuts Esporte Clube de Colombo, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Fabiano Braga Cortes referente ao exercício de 1971. Conta n. 3763-72, da Creche e Escola Maternal, O Bom Pastor de Curitiba, no valor de Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros), recebidos dos Deputados Antonio Lopes Junior e Mauricio Fruet referente ao exercício de 1971. Conta n. 3722-72, do Educandário Coração de Maria, de União da Vitória, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Domicio Scaramella, referente ao exercício de 1971. Conta n. 3723-72 da Congregação Irmãs Catequistas de Sant Ana, de União da Vitória, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) recebidos do Deputado Domicio Scaramella, referente ao exercício de 1971. Conta n. 4173-72 da Prefeitura Municipal de Mariópolis, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Candido Martins de Oliveira, referente ao exercício de 1971. Conta n. 6093-72, da Associação Santo Antonio de Pádua de Jaguariava, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) recebidos do Deputado João C. Fadel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 6322-72, da Igreja Assembléia de Deus, de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Emilio H. Carazzai, referente ao exercício de 1970. Relator Deputado Mauricio Fruet, parecer favorável. — APROVADO. Sendo o que consy, digo constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião da qual eu, Agilides de Oliveira Martins, Secretário "ad-hoc", lavrei esta Ata, que após lida e achada conforme será por mim, pelo Senhor Presidente e demais membros assinada, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões em 27 de outubro de 1972.

sa) deputado PAULO POLI — Presidente

AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS — Secretário "ad-hoc"

Comissão de Tomada de Contas
2.ª Sessão Legislativa — 7.ª Legislatura
Ata da 3.ª Reunião Ordinária

As quinze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco do mês de outubro do ano de hum mil e novecentos e setenta e dois, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Poli e com as presenças dos Senhores Deputados Mauricio Fruet, Leopoldo Jacomel, Francisco Escorsin e Aginaldo Pereira Lima, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada sem restrições a Ata da reunião anterior. Em seguida foram relatadas as seguintes contas: Contas n.s 10094-71 e 9507-71 da Irmandade da Santa Casa de Uraí, no valor de Cr\$ 2.100,00 (dois mil e cem cruzeiros), recebidos do Deputado Borsari Neto, referente ao exercício de 1971. Conta n. 396-72, da A.P.M.I. de Rio Branco do Sul — Hospital e Maternidade Leony Pioli, no valor de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Borsari Neto referente ao exercício de 1971. Conta n.º 9708-71, da A.P.M.I. de Rio Branco do Sul, Hospital e Maternidade Leony Pioli, no valor de Cr\$ 290,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do ex-Deputado Estadual Luiz Renato Malucelli, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 3720-72, da Ação Social Vianey, de Teixeira Soares, no valor de Cr\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros) recebidos dos Deputados Domicio Scaramella e Antonio Lopes Junior, referente ao exercício de 1971. Conta n. 716-72, da Prefeitura Municipal de Faxinal, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) recebidos do Deputado Fabiano Braga Cortes referente ao exercício de 1970. Conta n. 10050-71, da Prefeitura Municipal de Ortigueira, no valor de Cr\$ 300,00

(trezentos cruzeiros), recebidos do ex-Deputado Estadual Arnaldo Busato, referente ao exercício de 1970. Conta n. 9972-71, da Prefeitura Municipal de Congonhinhas, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Arthur de Souza, referente ao exercício de 1970. Conta n. 1944-72 do Instituto Adventista Paranaense desta Capital, no valor de Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1971. Conta n. 652-72 do Colégio "São José", de Rio Negro, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio Lopes Júnior referente ao exercício de 1970. Conta n. 964-72, do Orfanato Santa Luiza de Irati, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio Lopes Júnior, referente ao exercício de 1970. Conta n. 8885-71 da Ação Social de São Sebastião de Rondinha, Campo Largo, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Fabiano Braga Cortes, referente ao exercício de 1970. Conta n. 9889-71, do Lar Santo Antonio, de Cambé, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) recebidos do Deputado Olivir Gabardo referente ao exercício de 1970. Conta n. 9890-71, do Lar Infantil "Marília Barbosa", de Cambé, no valor de Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros) recebidos do Deputado Olivir Gabardo, referentes ao exercício de 1970. Conta n. 9694-71 da União Londrinense dos Estudantes Secundários, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Olavo Ferreira, referente ao exercício de 1970. Conta n. 9744-61 do Albergue Noturno Emanuel de Marumbi, no valor de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Túlio Vargas, referente ao exercício de 1970. Conta n. 9743-71 da C.N.E.C., setor local de Marumbi, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) recebidos do Deputado Túlio Vargas, referente ao exercício de 1970. Conta n. 9782-71, da Paróquia São José de Alto Piquiri, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Paulo Poli referente ao exercício de 1970. Conta n. 9693-71, do Liceu Mário de Andrade, de Londrina, no valor de Cr\$ 2.649,00 (dois mil seiscentos e quarenta e nove cruzeiros) recebidos dos Deputados Olivir Gabardo e Olavo Ferreira, referente ao exercício de 1970. Conta n. 9893-71, do D.A.S. da Igreja Batista Independente, desta Capital, no valor de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros) recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1970. Conta n. 10113-71, da Tenda Espiritualista Oxóce-Xangô, desta Capital, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) recebidos do Deputado Arthur de Souza referente ao exercício de 1970. Conta n. 1269-72, da Liga Desportiva Norte Paranaense, de Londrina, no valor de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) recebidos do Deputado Jorge Sato, referente ao exercício de 1970. Conta n. 1713-72, da Paróquia de São Benedito de Kaloré, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Luiz Renato Malucelli, referente ao exercício de 1969. Conta n. 9450-71 do Educandário Nossa Senhora do Rosário Escola Normal, de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Emilio Carazzai, referente ao exercício de 1969. Conta 6431-71, do Colégio Nossa Senhora do Rosário, Sociedade Bem Aventurada Imelda, de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) recebidos do Deputado Emilio Carazzai referente ao exercício de 1969. Conta n. 9609-71, da Prefeitura Municipal de Kaloré, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Fabiano Braga Cortes referente ao exercício de 1969. Conta n. 10070-71, da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Leopoldo, no valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), recebidos do Deputado Emilio Carazzai referente ao exercício de 1969. Conta n. 9871-71, da A.P.M.I., de Nova Esperança, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Abrahão Miguel, referente ao exercício de 1969. Conta n. 9885-71, da Comunidade Paroquial Cristo Rei de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), recebidos do Deputado Emilio Carazzai, referente ao exercício de 1969. Conta n. 9534-71, da Associação Cultural e Esportiva de Bandeirantes, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Jorge Sato, referente ao exercício de 1969. Conta n. 9765-71, do Ginásio Estadual Professora Maria Inácia, de Rebouças, no valor de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio Lopes Júnior, referente ao exercício de 1969. Conta n. 9315-71, do D.A.S., Adventista da Promessa, desta Capital, no valor de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1969. Conta n. 9098-71, dos Depts. de A.S. das 8.a, 11.a, 12.a e 13.a Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, no valor de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1969. Conta n. 2461-72, do Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café e Arrumadores de Arapongas, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Muggiatti Filho, referente ao exercício de 1971. Conta n. 2439-72, da Prefeitura Municipal de Corbélia no valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), recebidos do Deputado Fuad Nacli, referente ao exercício de 1970. Conta n. 2447-72, do Colégio Estadual Padre José Pires, da cidade de Centenário do Sul, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebido do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1971. Conta n. 4181-72, da Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia, desta Capital, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Nelson Buffara, referente ao exercício de 1971. Conta n. 2443-72, da Assembleia de Deus de Primeiro de Maio, no valor de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1971. Conta n. 4408-72, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Bandeirantes, no valor de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Borsari Netto, referente ao exercício de 1971. Conta n. 4441-72, do Lar Batista Paranaense, da cidade de Londrina, no valor de Cr\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Alvaro Dias, referente ao exercício de 1971. Conta n. 89-72, das Obras Sociais da Igreja "O Brasil para Cristo", da cidade de Marumbi, no valor de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Gilberto Carvalho, referente ao exercício de 1971. Conta n. 88-72, da Legião da Boa Vontade, de Marumbi, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Gilberto Carvalho, referente ao exercício de 1971. Conta n. 87-72, do Rotary Club de Jandaia do Sul, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Gilberto Carvalho referente ao exercício de 1971. Conta n. 190-72, do Colégio Comercial São Domingos de Faxinal, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Fabiano Braga Cortes, referente ao exercício de 1971. Conta n. 192-72, da Associação de Pais e Professores, do Colégio Sacré-Coeur de Marie, desta Capital, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Fabiano Braga Cortes, referente ao exercício de 1971. Conta n. 122-72, do Grupo Escolar Paula Gomes, desta Capital, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Cândido Martins de Oliveira, referente ao exercício de 1971. Conta n. 86-72, do CNEC — Setor Kaloré, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Gilberto Carvalho, referente ao exercício de 1971. Conta n. 872-72, da Associação Cultural Esportiva de

Bandeirantes, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Jorge Sato, referente ao exercício de 1971. Conta n. 902-72, da Associação Damas de Caridade, de Jardim Alegre, no valor de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio M. Filho, referente ao exercício de 1971. Conta n. 903-72, da Nossa Escolinha de Educação da Criança Excepcional — NEECE — de Primeiro de Maio, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Borsari Netto, referente ao exercício de 1971. Conta n. 919-72, da Igreja Matriz de Jussara, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 906-72, da Sociedade Espirita, Francisco de Assis, de Amparo aos Necessitados de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado David Federmann, referente ao exercício de 1971. Conta n. 5068-72, do Ginásio Estadual Padre Anchieta de Inajá, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Basílio Zanusso, referente ao exercício de 1971. Conta n. 4855-72, da Sociedade Beneficente Operária União Bacacheri, desta Capital, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Acir José, referente ao exercício de 1971. Conta n. 9120-71, do Lar dos Meninos São José, de Irati, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio Lopes Júnior referente ao exercício de 1971. Conta n. 703-72, da A.P.M.I., de Primeiro de Maio, no valor de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros), recebidos do Deputado Borsari Netto, referente ao exercício de 1971. Conta n. 486-72, da Liga de Defesa Contra a Tuberculose de Antonina, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Borsari Netto, referente ao exercício de 1971. Conta n. 481-72, do Lar dos Velhinhos de Andará, no valor de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Borsari Netto, referente ao exercício de 1971. Conta n. 7442-71, das Obras Sociais de São Judas Tadeu, de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado David Federmann, referente ao exercício de 1971. Conta n. 7232-71, da Comissão de Construção da Igreja Católica de Vila Nova Holanda, distrito de Carambei - Castro, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado David Federmann, referente ao exercício de 1971. Conta n. 7832-71, do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo, de Cambé, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Xenofonte Villanueva, referente ao exercício de 1971. Conta n. 8939-71, do Asilo São Vicente de Paula, da Lapa, no valor de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 8785-71, da Inspetoria Auxiliar de Ensino de Contenda, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 3755-72, da A.P.M.I., "Purze Ribas" de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado David Federmann, referente ao exercício de 1970. Conta n. 9796-71, da Sociedade Hospitalar Beneficente de Bandeirantes, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Borsari Netto, referente ao exercício de 1971. Conta n. 6434-71, da Guarda Mirim de Bela Vista do Paraíso, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1971. Conta n. 6059-71, do Serviço de Obras Sociais de Umuarama, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) recebidos do Deputado Marciano Baraniuk, referente ao exercício de 1971. Conta n. 9968-71, da Casa de Caridade São Vicente de Paulo — Albergue Noturno de Joaquim Távora, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Borsari Netto, referente ao exercício de 1971. Conta n. 6358-71, da Associação Cultural e Esportiva — Nipo Brasileira, de Curitiba, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Jorge Sato, referente ao exercício de 1971. Conta n. 3944-72, da União Espirita Beneficente "Jesus-Maria-José" de Morretes, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Cândido Martins de Oliveira, referente ao exercício de 1971. Conta n. 1710-72, do Ginásio Estadual "Papa João XXIII", de Pitangueiras Distrito, de Rolândia, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Xenofonte Villanueva, referente ao exercício de 1971. Conta n. 1711-72, da Sociedade São Vicente de Paulo de Rolândia, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Xenofonte Villanueva, referente ao exercício de 1971. Conta n. 1712-72, do Grupo Escolar Souza Naves, de Rolândia, no valor de Cr\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Xenofonte Villanueva, referente ao exercício de 1971. Conta n. 1731-72, da Paróquia de São Sebastião, de Guaraci, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Arthur de Souza, referente ao exercício de 1971. Conta n. 1705-72, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irati, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio Lopes Júnior, referente ao exercício de 1971. Conta n. 1708-72, da A.P.M.I., de Jataizinho, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Xenofonte Villanueva, referente ao exercício de 1971. Conta n. 1715-72, da Paróquia de Santo Antonio, de Pitangueiras Município de Rolândia, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Xenofonte Villanueva, referente ao exercício de 1971. Conta n. 1714-72, da Paróquia de São José de Rolândia, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Xenofonte Villanueva, referente ao exercício de 1971. Conta n. 1716-72, da Paróquia de Vila Oliveira, de Rolândia, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Xenofonte Villanueva, referente ao exercício de 1971. Conta n. 1717-72, da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, de Pérola, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Xenofonte Villanueva, referente ao exercício de 1971. Conta n. 1718-72, do Colégio Canadá de Londrina, no valor de Cr\$ 810,00 (oitocentos e dez cruzeiros), recebidos do Deputado Xenofonte Villanueva, referente ao exercício de 1971. Conta n. 1682-72, da Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Matias Jacomel, de Varge Grande — Pinhais Município de Piraquara, no valor de Cr\$ 1.495,00 (hum mil quatrocentos e noventa e cinco cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 1153-72, do Dept. de Assistência Social, da Sexta Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1971. Conta n. 10168-71, da Casa Maternal Nossa Senhora Aparecida, de Santa Felicidade, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Arthur de Souza, referente ao exercício de 1971. Conta n. 316-72, da Prefeitura Municipal de Uraí, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Borsari Netto, referente ao exercício de 1971. Conta n. 908-72, da Prefeitura Municipal de Manguelirinha, no valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), recebidos do Deputado Cândido Manoel de Oliveira, referente ao exercício de 1971. Conta n. 475-72, da Prefeitura Municipal de Tuneiras do Oeste, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Emilio Carazzai, referente ao exercício de 1971. Conta n. 191-72 da Sociedade Espirita Irmandade de Jesus, de Cascavel, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Odilon Reinhardt, referente ao exercício de 1971. Con-

ta n.º 216-72, da Federação das Congregações Marianas de Curitiba, no valor de Cr\$ 6.850,00 (seis mil oitocentos e cinquenta cruzeiros), recebidos de 9 (nove) Senhores Deputados, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 260-72, da Sociedade Operária Beneficente Lidoia, de Curitiba, no valor de Cr\$ 5.376,31 (cinco mil seiscientos e setenta e seis cruzeiros e trinta e hum centavos), recebidos dos Deputados Antonio F. da Costa e Ivo Tomazoni, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 307-72, da Ação Social Vicentina de Peabiru, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Borsari Netto, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 360-72, da Legião Paranaense de Expedicionário de Curitiba, no valor de Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros), recebidos do Deputado Fabiano Braga Côrtes, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 427-72, da Associação de Pais e Professores do Instituto de Recuperação de Surdos e Mudos do Paraná, no valor de Cr\$ 1.050,00 (hum mil e cinquenta cruzeiros), recebidos de 12 (doze) Senhores Deputados, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 424-72, da Sociedade Lavrador Santo Antonio de Araucária, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos dos Deputados Leopoldo Jacomet e Maurício Fruct, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 542-72, da Congregação Espiritualista Mensageiros do Astral, de Curitiba, no valor de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) recebidos do Deputado Maurício Fruct, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 17-72, da Paróquia Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Maurício Fruct, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 10124-71, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, de Londrina, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio Belinatti, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 7240-71, do Grupo Escolar General Ozório de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado David Federmann, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 91-72 da Paróquia do Senhor Bom Jesus, de Marumbi, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Gilberto Carvalho, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 96-72, do C.N.E.C., de Marumbi, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Gilberto Carvalho, referente ao exercício de 1971. Relator Deputado Aguinaldo Pereira Lima. Parecer favorável. APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Agilides de Oliveira Martins, Secretário "ad-hoc", lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será por mim e pelo Senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1972.

aa) Deputado Paulo Poli — Presidente
Agilides de Oliveira Martins — Secretário "ad-hoc"

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
2.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA
Ata da 6.a Reunião Ordinária

As dezessete horas e dez minutos do dia vinte e dois do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, sob a presidência do Senhor Deputado Paulo Poli e com as presenças dos Senhores Deputados Maurício Fruct, Leopoldo Jacomet, Francisco Escorsin e Aguinaldo Pereira Lima, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada, sem restrições, a Ata da reunião anterior. Em seguida o Senhor Presidente fez a distribuição dos processos a serem relatados. PROPOSIÇÃO N.º 96-72, prestação de contas do Senhor Deputado Arthur de Souza, pela Verba de Assistência Social no valor de Cr\$ 24.934,00 (vinte e quatro mil, novecentos e trinta e quatro cruzeiros), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 1.336,00 (hum mil trezentos e trinta e seis cruzeiros) e a recolher a importância de Cr\$ 3.730,00 (três mil setecentos e trinta cruzeiros), totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. PROPOSIÇÃO N.º 97-72, prestação de contas do Senhor Deputado Muggiati Filho, pela Verba de Assistência Social no valor de Cr\$ 29.694,30 (vinte e nove mil seiscientos e noventa e quatro cruzeiros e trinta centavos) tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 8,00 (oito cruzeiros) e a recolher a importância de Cr\$ 297,70 (duzentos e noventa e sete cruzeiros e setenta centavos), totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. PROPOSIÇÃO N.º 98-72, prestação de contas do Senhor Deputado David Federmann, pela Verba de Assistência Social no valor de Cr\$ 29.960,00 (vinte e nove mil novecentos e sessenta cruzeiros), tendo sido recolhido ao Tesouro do Estado a importância de Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros), totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. PROPOSIÇÃO N.º 99-72, prestação de contas do Senhor Deputado Santos Lima, pela Verba de Assistência Social no valor de Cr\$ 28.254,51 (vinte e oito mil duzentos e cinquenta e quatro cruzeiros e cinquenta e um centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado, a importância de Cr\$ 153,49 (cento e cinquenta e três cruzeiros e quarenta e nove centavos) e a recolher a importância de Cr\$ 1.592,00 (hum mil e quinhentos e noventa e dois cruzeiros), totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Relator Deputado Maurício Fruct, parecer favorável. Aprovado. PROPOSIÇÃO N.º 101-72, prestação de contas do Senhor Deputado Lázaro Dumont, pela Verba de Assistência Social no valor de Cr\$ 29.906,10 (vinte e nove mil novecentos e seis cruzeiros e dez centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 63,90 (sessenta e três cruzeiros e noventa centavos) e a recolher a importância de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros), totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. PROPOSIÇÃO N.º 102-72, prestação de contas do Senhor Deputado Rosário Pitelli, pela Verba de Assistência Social no valor de Cr\$ 29.287,68 (vinte e nove mil duzentos e oitenta e sete cruzeiros e eses, digo, sessenta e oito centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 632,32 (seiscentos e trinta e dois cruzeiros e trinta e dois centavos) e a recolher a importância de Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros), totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. PROPOSIÇÃO N.º 107-72, prestação de contas do Senhor Deputado Alvaro Dias, pela Verba de Assistência Social, no valor de Cr\$ 27.558,00 (vinte e sete mil quinhentos e cinquenta e oito cruzeiros), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 2.426,00 (dois mil quatrocentos e vinte e seis cruzeiros) e a recolher a importância de Cr\$ 16,00 (dezesseis cruzeiros), totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. PROPOSIÇÃO N.º 143-72, prestação de contas do Senhor Deputado João Fadel, pela verba de Assistência

Social no valor de Cr\$ 29.938,07 (vinte e nove mil novecentos e oitenta e três cruzeiros e sete centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 16,93 (dezesseis cruzeiros e noventa e três centavos), totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. PROPOSIÇÃO N.º 197-72, prestação de contas do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, pela Verba de Assistência Social no valor de Cr\$ 22.216,42 (vinte e dois mil duzentos e dezesseis cruzeiros e quarenta e dois centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de 20,58 (vinte cruzeiros e cinquenta e oito centavos) e a recolher a importância de Cr\$ 7.763,00 (sete mil setecentos e sessenta e três cruzeiros), totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Relator Deputado Aguinaldo Pereira Lima, parecer favorável. Aprovado. Usando da palavra o Senhor Deputado Aguinaldo Pereira Lima propôs, digo, propôs, o encaminhamento de uma relação das contas aprovadas à Tesouraria desta Assembleia, com a finalidade de ser dado baixa da responsabilidade dos Senhores Deputados, colocada a mesma foi aprovada por unanimidade. A seguir o Senhor Deputado Francisco Escorsin, solicita a palavra propondo que sejam transformadas em Resolução as proposições ora aprovadas, colocada em votação a mesma foi aprovada. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Alberto Carazzai Neto, Secretário lavrei esta Ata, que após lida e achada conforme, será por mim, pelo Senhor Presidente e demais membros assinada, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões em 22 de novembro de 1972.

aa) Deputado PAULO POLI — Presidente
ALBERTO CARAZZAI NETO — Secretário

Comissão de Instrução Pública
Ata da 5.a Reunião Ordinária
2.a Sessão Legislativa da 7.a Legislatura

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Antonio Lopes Júnior, Gabriel Manoel, Arizone Mendes de Araújo e Alvaro Dias. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos sendo aprovado a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Lei: PROJETO DE LEI N.º 175-72 — De autoria do senhor deputado Cândido M. de Oliveira, que assegura o direito de lecionarem o mesmo número de aulas extraordinárias no próximo ano letivo, aos professores que no presente ano ministraram aulas com base no artigo 2.º do Decreto n.º 15.861 de 5.7.69, e dá outras providências. Relator: Deputado Antonio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

a) Deputado ANTONIO LOPES JUNIOR — Presidente
a) Maria Aparecida Amaral — Secretária

Comissão de Tomada de Contas
2.a Sessão Legislativa — 7.a Legislatura
Ata da 7.a Reunião Ordinária

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às dezesseis horas, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Poli e com as presenças dos senhores deputados Maurício Fruct, Leopoldo Jacomet, Francisco Escorsin e Aguinaldo Pereira Lima, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos; como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada sem restrições a Ata da reunião anterior. A seguir foram relatados os seguintes processos: Conta n.º 2261-72, da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), recebidos do deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 8019-72, da Sociedade Latino Americana de Investigação Pediátrica de Curitiba, no valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), recebidos do deputado Maurício Fruct, referente ao exercício de 1971. Contas n.ºs 1730-72 e 8799-72 da Prefeitura Municipal de Guaraci, no valor de Cr\$ 1.700,00 (hum mil e setecentos cruzeiros), recebidos do deputado Arthur de Souza, referentes ao exercício de 1970. Conta n.º 88.39-72, da Paróquia da Imaculada Conceição de Guabiruba Curitiba, no valor de Cr\$ 1.490,00 (hum mil quatrocentos e noventa cruzeiros), recebidos do deputado Borsari Netto, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 8797-72, da A.P.M.I. Hospital e Maternidade Santo Antonio de Pirai do Sul, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), recebidos do deputado João C. Fadel, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 8724-72, da Federação Espirita do Paraná Curitiba, no valor de Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros), recebidos do deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 7814-72, da Liga de Assistência Social das Senhoras Católicas de União da Vitória, no valor de Cr\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos cruzeiros), recebidos dos senhores deputados Luiz Roberto Soares e Domicio Scaramella, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 3931-72, da Santa Casa de Misericórdia de Engenheiro Francisco Beltrão, no valor de Cr\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta cruzeiros), recebidos do deputado Armando Queiroz, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 7795-72, da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico de Cianorte, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), recebidos do deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 8838-72, do Educandário Santa Isabel de Bandeirantes, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do deputado Emilio Carazzai, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8800-72, da 3.a Igreja do Evangelho Quadrangular Cruzada Nacional de Evangelização de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), recebidos do deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 2446-72, da Igreja Matriz de Ibiaci-Distrito de Primeiro de Maio, no valor de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), recebidos do deputado Rosário Pitelli, referente ao exercício de 1971. Conta n.º 8135-72, da Igreja Assembleia de Deus de Sertaneja, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Emilio Carazzai, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8233-72, do Diretório Acadêmico Senador Flávio Carvalho

Guimarães de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Eurico Batista Rosas, referente ao exercício de 1.970. Conta n. 8156-72, da Cruzada de São Sebastião de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), recebidos do deputado Amadeu Puppi, referente ao exercício de 1970. Conta n. 9340-72, do Ginásio Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco de Borrazópolis, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Gilberto R. de Carvalho, referente ao exercício de 1971. Conta n. 9365-72, da A.P.M.I., de Contenda, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 9366-72, da Inspetoria Auxiliar de Ensino de Quitandinha, no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) recebidos do deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 9341-72, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade de São Pedro do Ivaí, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do deputado Túlio Vargas, referente ao exercício de 1969. Conta n. 9296-72, da Ação Social de São Sebastião de Rondonia Município de Campo Largo, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Fabiano Braga Cortes, referente ao exercício de 1971. Conta n. 9314-72, do Pequeno Cotelengo do Paraná (D. Orione), desta Capital, no valor de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros), recebidos do deputado Muggiati Filho, referente ao exercício de 1971. Conta n. 7447-72, da A.P.M., da Escola Municipal Corveta Camaquã Londrina, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), recebidos do deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1971. Conta n. 9156-72, da União da Mocidade Adventista da Promessa (UMAP) de Curitiba, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do deputado Cândido Martins de Oliveira, referente ao exercício de 1971. Contas n.s 8801-72 e 8802-72, da Casa do Estudante Universitário Pontagrossense de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros), recebidos dos deputados Eurico Batista Rosas e Antonio Lopes Júnior, referente aos exercícios de 1970 e 1971. Conta n. 9487-72, do Grupo de Bandeirantes Gralha Azul, da cidade de Rebouças, no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do deputado Antonio Lopes Júnior, referente ao exercício de 1970. Relator deputado Maurício Fruct, parecer favorável. — APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião da qual eu, Agildes de Oliveira Martins, Secretário "ad-hoc", lavrei esta Ata, que após lida e achada conforme será por mim, pelo Senhor Presidente e demais membros assinada, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1972.

aa) Deputado PAULO POLI — Presidente

AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS — Secretário "ad-hoc"

Comissão de Redação
7.a Legislatura — 2.a Sessão Legislativa
Ata da 33.a Reunião Ordinária

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cândido M.M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Gabriel Manoel apresentou redação final aos seguintes projetos: PROJETO DE LEI N. 164-71 — de autoria do deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal, na sede do Município de Mamborê. PROJETO DE LEI N. 209-71 — de autoria do deputado Ivo Thomazoni que, transfere a responsabilidade do D.E.R., a estrada que liga os Municípios de Santa Izabel do Oeste, Salto do Lontra e Dois Vizinhos, passando por Pinhal da Vargem e Alto Bela Vista. PROJETO DE LEI N. 283-71 — de autoria do deputado Arizone Araújo que, autoriza o Poder Executivo estadualizar o Ginásio Redentor, situado em Nova Prata, Município de Salto do Lontra. PROJETO DE LEI N. 11-72 — de autoria do deputado Wilson Fortes que, autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), à viúva Maria Coeli Pernechele. PROJETO DE LEI N. 31-72 — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel que, autoriza o Poder Executivo a firmar convenio através da Secretaria dos Transportes, com a Prefeitura de Piraquara, para a construção de uma ponte de alvenaria sobre o Rio Irai, naquela comuna. PROJETO DE LEI N. 101-72 — de autoria do deputado Xenofonte Vilanueva que, institui o Símbolo Paranaense de Qualidade Turística e dá outras providências. PROJETO DE LEI N. 110-72 — de autoria do deputado Wilson Fortes que, declara de utilidade pública, a Associação das Senhores de Rotarianos de Paranavai, com sede na cidade de Paranavai. PROJETO DE LEI N. 129-72 — de autoria do deputado Antonio Franco F. da Costa que, autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a "Pia Sociedade Beneficente Hospital Nossa Senhora das Dores", do Município de Guaraniaçu. PROJETO DE LEI N. 139-72 — de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que declara de utilidade pública a "Fundação da Indústria Turística para Recursos e Menores de Cascavel" — Fiturmel, — como sede e foro na cidade de Cascavel. PROJETO DE LEI N. 145-72 — de autoria do deputado Paulo Camargo que, dispõe sobre os proventos de aposentadoria do funcionário civil ou militar do Estado, abrangido pelo disposto no art. 148, da Constituição Estadual, quando submetido ao Regime de Trabalho de Tempo Integral pelo período de 1 (um) ano, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N. 154-72, de autoria do deputado Muggiati Filho, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Arapongas, com sede em Arapongas. PROJETO DE LEI N. 157-72 — de autoria do deputado Muggiati Filho que, declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapongas, com sede e foro em Arapongas. PROJETO DE LEI N. 174-72 — de autoria do deputado Jorge Sato que, autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Estadual de Maringá, os bens que especifica. PROJETO DE LEI N. 199-72 — de autoria do deputado Erondy Silvério que, denomina Ernesto Milani a unidade escolar do Distrito de Borda do Campo, Município de Quatro Barras. PROJETO DE LEI N. 203-72 — de autoria do deputado Jorge Sato que, acresce de mais 4 (quatro), passando de 17 (dezessete) para 21 (vinte e um) o número de vereadores junto a Câmara Municipal de Maringá. PROJETO DE LEI N. 34-72 — de autoria da Comissão Executiva que, eleva para dois salários mínimos regionais da Capital, a gratificação a que se refere o artigo 13 da Resolução n.o 2-64, de 20.2.64. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o

Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotó-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) CANDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
LÉLIO GUIMARÃES SOTTO-MAIOR — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 164/71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Governo do Estado autorizado a criar na sede do Município de Mamborê, uma Escola Normal.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-11-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Gabriel Manoel — Muggiati Filho — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 209/71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica transferido à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem a estrada intermunicipal que liga os Municípios de Santa Izabel do Oeste — Salto do Lontra a Dois Vizinhos, passando por Pinhal da Vargem e Alto Bela Vista.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-11-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Gabriel Manoel — Muggiati Filho — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 283/71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio Redentor, situado em Nova Prata, Município de Salto do Lontra.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-11-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Gabriel Manoel — Muggiati Filho — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 11/72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Maria Coeli Pernechele, viúva do Engenheiro Agrônomo Carlo Pernechele, uma pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros).

Art. 2.º. A despesa com a execução desta lei correrá à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-11-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Gabriel Manoel — Muggiati Filho — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 31/72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Piraquara, para a construção de uma ponte de alvenaria, na extensão de 25 metros, sobre o rio Irai, naquela Comuna.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-11-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Gabriel Manoel — Muggiati Filho — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 101/72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica instituído o símbolo paranaense de qualidade turística.

Art. 2.º. Da simbologia participará, obrigatoriamente, a figura do pinhão.

Art. 3.º. É vedada a reprodução do símbolo instituído por esta lei, para finalidades estranhas ao turismo.

Art. 4.º. As Secretarias de Estado colaborarão, dentro de suas respectivas áreas de ação, com a Empresa Paranaense de Turismo, objetivando a finalidade para a qual é instituído o símbolo.

Art. 5.º. O Conselho Paranaense de Turismo baixará os atos regulamentadores da presente lei.

Art. 6.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-11-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Gabriel Manoel — Muggiati Filho — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 110/72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Paranavai, com sede na cidade de Paranavai.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-11-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Gabriel Manoel — Muggiati Filho — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 129/72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Pia Sociedade Beneficente Hospital Nossa Senhora das Dores, com sede e foro na cidade de Guaraniaçu.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-11-72
aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Gabriel Manoel — Muggiati Filho — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 139/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Fundação da Indústria Têxtil para Reclusos e Menores de Cascavel, FITURMEL, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-11-72
aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Gabriel Manoel — Muggiati Filho — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 145/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a calcular os proventos da aposentadoria do funcionário do Estado, civil ou militar, abrangido pelo disposto no art. 148, da Constituição do Estado, e que se tenha submetido pelo período mínimo de 1 (um) ano ao regime de trabalho de tempo integral, tomando-se por base o vencimento do cargo mais o acréscimo resultante do trabalho no referido regime.

Art. 2.º. O tempo de contribuição ao Instituto Nacional de Previdência Social, será contado como tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, do funcionário ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-11-72
aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Gabriel Manoel — Muggiati Filho — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 154/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a sociedade beneficente denominada — Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Arapongas, com sede e foro na cidade de Arapongas, neste Estado.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, porventura, existentes.

Sala das Comissões, em 30-11-72
aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Gabriel Manoel — Muggiati Filho — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 157/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapongas, sociedade civil de caráter assistencial, com sede e foro na cidade de Arapongas, neste Estado.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-11-72
aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Gabriel Manoel — Muggiati Filho — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 174/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Universidade Estadual de Maringá, o imóvel constituído pelas datas de terra números 1, 2, 3, 4, 5, 6; 15; 16; 17; 18; 19 e 20 da Quadra n.º 6 da Zona 2, com a área de 8.280 metros quadrados, entre as ruas Martin Afonso, Vaz Caminha e Monte Pascoal, da planta do loteamento da cidade de Maringá, neste Estado, com todas as benfeitorias.

Art. 2.º. A doação estabelecida nesta lei se destina à formação do patrimônio básico da donatária, na forma do artigo 4.º da Lei n.º 6.034 de 6 de novembro de 1969, publicada no Diário Oficial de 10 do mesmo mês e ano, e artigo 4.º n.º I do Decreto n.º 18.109 de 28 de janeiro de 1970, publicado no Diário Oficial de 30 do mesmo mês e ano, ficando isenta a donatária do imposto de transmissão inter vivos que incide sobre o imóvel da doação referida nesta lei.

Art. 3.º. Na escritura que for lavrada em decorrência desta lei, o Poder Executivo, se julgar conveniente, poderá estabelecer que a donatária se obriga a continuar admitindo o uso parcial dos prédios, por parte da administração pública, até que haja condições de localizar os órgãos ali instalados em outros imóveis pertencentes ao Estado, ou construídos por este, para tal fim.

Art. 4.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-11-72
aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Gabriel Manoel — Muggiati Filho — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 199/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica denominado Ernesto Milani a unidade escolar do Distrito de Borda do Campo, Município de Quatro Barras.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-11-72
aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Gabriel Manoel — Muggiati Filho — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 203/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. A Câmara Municipal de Maringá fica acrescida de 4 (quatro) Vereadores, passando de 17 (dezessete) para 21 (vinte e um) a composição numérica da referida representação.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-11-72
aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Gabriel Manoel — Muggiati Filho — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 34/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º. Fica elevado para o valor de 2 (dois) salários mínimos regionais da Capital, a gratificação a que se refere o artigo 13, da Resolução n.º 2/64, de 20 de fevereiro de 1.964.

Art. 2.º. As despesas com a execução da presente Resolução, correrão à conta da verba própria do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 3.º. A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-11-72
aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Gabriel Manoel — Muggiati Filho — Relatores